



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

HAROLDO DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PRODUTIVA DO
CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE: O ASSENTAMENTO
PALMARES II, PARAUAPEBAS/PA**

Belém
2010

HAROLDO DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PRODUTIVA DO
CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE: O ASSENTAMENTO
PALMARES II, PARAUAPEBAS/PA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em
Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Professor Dr. Thomas Peter Hurtienne

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Souza, Haroldo

A Reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA / Haroldo Souza; Orientador, Thomas Peter Hurtienne. – 2010.

174 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Camponeses – Aspectos sociais – Parauapebas (PA). 2. Assentamentos humanos – Aspectos econômicos - Parauapebas (PA). 3. Posse da terra – Aspectos sociais - Parauapebas (PA). 4. Agricultura familiar - Parauapebas (PA). I. Hurtienne, Thomas Peter, orientador. II. Título.

CDD 21.ed. 305.5633098115

HAROLDO DE SOUZA

**A REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PRODUTIVA DO
CAMPEPINATO NO SUDESTE PARAENSE: O ASSENTAMENTO
PALMARES II, PARAUAPEBAS/PA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em: 24 de junho de 2010.

Banca Examinadora

Profº Dr. Thomas Peter Hurtienne
Orientador – NAEA / UFPA

Profº Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador – NAEA / UFPA

Profº Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Examinador externo - NCADR/ UFPA

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico não se realiza, tampouco é concebido de maneira isolada e sem contribuições e motivações de diversas ordens, sejam elas, teóricas, críticas, metodológicas, amorosas, sociais, políticas e operacionais. Faz-se necessário a convergência de diversas frentes para que o produto seja consumado e posto de maneira minimamente clara para o corpo social e não só nas prateleiras.

Nesse sentido, não poderei deixar de lembrar e agradecer alguns personagens marcantes em minha curta história teórica e média história de vida, em especial, nos últimos anos vividos na fronteira, não só pela inspiração teórica do trabalho, mas por todos os momentos vividos.

Dessa maneira, não posso nem pensar em deixar de agradecer, dedicar e me desculpar pelas recorrentes ausências, ao meu grande amor, um beijo imenso, um cheiro maior ainda, Magrela, e toda felicidade do mundo para nós Luciana, sei que foi difícil, mas acredito que valeu a pena. Ter ao meu lado uma companheira de alta luz foi fundamental para prosseguir marchando e passando pelas emboscadas da vida e da academia. Agora somos nós!

Registro um agradecimento especial pela acolhida e morada nos primeiros dias na capital ao novo ambiente familiar conquistado. Obrigado Dona Help, Helen, Herma e Alex, meus sinceros agradecimentos pela disposição em sempre contribuir. Agora no final, não poderia esquecer os cunhas Paula e Marcelo, minhas sinceras considerações, da mesma forma, meu muito obrigado pela porta sempre aberta.

Agradeço com poucas e insuficientes palavras ao amigo, camarada e professor, Fernando Michelotti, camarada: sem você teria sido mais difícil ainda. Desde o primeiro dia em Marabá até hoje, você sempre presente, aquele abraço e sei que ainda estamos só engatinhando. Oxalá, um dia chegaremos lá e vida longa ao campesinato. Apesar da intolerância de algumas estreitas visões sociais, políticas e acadêmicas os camponeses continuam sua marcha.

Partilho o rumo encontrado contigo Beatriz Ribeiro, desde a acolhida quando da chegada em Marabá, até os dias um pouco distantes de hoje. O palco foi aberto por ti Bia, a crítica sempre pertinente, a reflexão consistente, a importância de qualificar os estudos, a educação do campo e a juventude da Escola Família Agrícola de Marabá (EFA), com certeza foram aprendizados que estão bem guardados e fincados dentro de mim e que na medida em que sou chamado a

contribuir tento buscar nessas bases as qualidades para reflexão, um beijo imenso cheio de saudades, força na caminhada para nós e saibas que estou contigo.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer das contribuições críticas, sugestões, recomendações de leitura e clareza de você Professor Thomas Hurtienne, meu muito obrigado! Sei que ainda estou longe, mas a porta foi aberta, espero entrar. No mais, foram anos difíceis, mas com certeza um grande horizonte está ainda aberto pra ti, muita força e felicidades.

Durante as aulas e disciplinas momentos foram marcantes, pois compreender o campesinato em sua essência e historicidade requer dedicação e disciplina teórica e metodológica. Nesse sentido, deixo aqui uma especial saudação ao Professor Francisco de Assis Costa, que com sua obra me encorajou a encarar e tratar os dados e as análises sem medo.

À coordenação do PLADES, em especial, na pessoa da Professora Ana Paula pela confiança depositada, meus sinceros agradecimentos.

O ano vivido em Belém foi importante, pois reforçou velhas e novas amizades inesquecíveis, nesse sentido deixo aqui um abraço do tamanho da baía do Guamá ao casal maioral Fabiano Bringel e Helena Palmquist, vocês são minha referência na capital.

Ao camarada e amigo Fabiano Gumier um abraço imenso. Valeu mesmo mano velho, muito bom conviver contigo, momentos que deixarão saudades. Claro que não esquecerei as caronas partilhadas, dos papos de sexta à noite e de nossas andanças pela Cidade Velha. Registro aqui nesse mesmo rumo as minhas considerações ao amigo colorado; valeu Pedrão, força na caminhada e a gente se encontra.

Valeu Léo, muito bom ter conquistado sua amizade e irmandade logo na chegada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), o senhor é sangue bom mesmo e Pernambuco não falha nunca. É a Nação! Bons momentos vividos e partilhados que já deixaram saudades. Parabéns pelo trabalho e oxalá a vida nos coloque novamente em contato.

Em tempos de mudança de habitat não poderia deixar faltar a inspiração artística e cultural da cidade de Belém! Eitá povo festeiro! Um forte abraço Allan Carvalho e Aninha Moraes, desde a acolhida dos dias partilhados até a amizade e a irmandade conquistada. Valeu mesmo! Que venha o Hermeto para engrossar esse

caldo, força na caminhada de vocês e a visita em Marabá é dívida a ser paga, esperamos vocês!

O trabalho não seria realizado sem as condições materiais adequadas, dessa forma agradeço e parabeno o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada pela bolsa, seriedade e apoio concedido e por apostar na pesquisa amazônica.

No mais, todos os agradecimentos são insuficientes pela paciência dos agricultores em colaborar com a presente pesquisa em Palmares II, pois compreender a dinâmica camponesa. Além de dedicação faz-se necessário viver a quente a realidade concreta desses sujeitos. Para não correr riscos de esquecer ninguém, deixo um agradecimento especial à direção da associação do assentamento - APROCPAR e da coordenação estadual do MST em Marabá, meus sinceros agradecimentos e com certeza vocês são e fazem diferente, a luta é diária e não para nunca. Obrigado pela receptividade e confiança, estarei sempre à disposição.

Agradecimentos especiais à equipe da Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas (SEMPROR), em especial ao Gladson, Hugo e Graça, parabéns pelo empenho no trabalho, da mesma forma, à equipe da COPSERVIÇOS, em especial aos camaradas Edmundo e Neudilan, muito bom escutar vocês, ajudou um bucado.

Ao casal Beto e Heloísa Helena valeu pela base avançada no Peba e pela acolhida de sempre, estarei sempre à disposição para o que for preciso.

Por fim, aos amigos e camaradas de Marabá, um saravá especial e um salve geral cheio de saudades, Compadre Zé e Comadre Nilsa não esqueço nunca de vocês, valeu Negão pela confiança depositada e pelo retorno à Marabá, vocês são muito abusados, mas tem meu respeito, no mais, Angélica, Rogério, Dudu, Aninha, Ana, Sávio, Jorge, Kátia, Tati, Regina, Rogério, Glaucia e Seu Éber, podem botar fogo no caldeirão e a maniva pra ferver que eu estou chegando.

RESUMO

O Sudeste Paraense foi palco de um dos maiores e mais incisivos processos de ocupação e colonização da região amazônica em sua totalidade. O elevado contingente migrante camponês ao longo de todo século XX, em especial, nas décadas dos anos de 1970, 1980 e 1990, concorreu diretamente com outras estratégias postas e pensadas para a colonização da região, como a agropecuária de grande porte e extensiva, mineração e projetos de geração de energia. Diante de uma complexidade ímpar no agrário regional, esse cenário é marcado até a atualidade por elevada conflitividade, posicionando claramente a região no debate acadêmico como sendo uma fronteira. A partir de meados dos anos 1990, os conflitos e disputas ganham novos contornos com a criação de Projetos de Assentamentos e a implementação de uma série de políticas voltadas ao atendimento da agricultura familiar, o que possibilita de certa forma pensar em novos tipos de conflitos e possibilidades de reprodução social e econômica dos camponeses assentados. O presente trabalho, dentro desse novo contexto, trata especificamente das possibilidades atuais de reprodução social e econômica do campesinato no assentamento Palmares II, município de Parauapebas/PA, buscando compreender os possíveis fatores que vem permitindo ou não a ruptura com a tese do ciclo e fronteira e em contraposição permitindo certa estabilização aos camponeses assentados. Para além de evidenciar e comprovar a existência de novas trajetórias dos sistemas de produção postas em prática pelos agricultores do assentamento em questão, o trabalho pretende indicar quais fatores econômicos, políticos, sociais têm sido importantes para a continuidade e possibilidade das estratégias de reprodução camponesa.

Palavras-chave: Fronteira. Camponeses. Reprodução Social e Econômica. Estabelecimentos Agropecuários.

ABSTRACT

The southeast region of Pará State was the main stage of one of the strongest and most pungent occupation and colonization process ever seen in the Amazonian area as a whole. The high number of migrant peasant workers along the twentieth century, especially during the decades of 1970's, 1980's and 1980's, occurred straightly together with another series of plans strategically thought out in order to colonize the area such as extensive agriculture, mining and energy generation projects. Due to the complex situation found in the regional agricultural system, nowadays this scenery is marked a high level of conflict, which brings up the region subjects to academic debate as being a frontier. From middle 90's conflicts and contestation has changed due to the adoption of settlement of agricultural laborers projects and the elaboration of politics aiming the improvement of self-sustainable familiar agriculture. Such facts made it possible for us to think in new sort of conflicts and possibilities of social and economic reproduction among those settled peasant communities. The current study, following the context described above, is therefore focused on the present possibilities of social and economic reproduction of the Palmares II settlement community, which is located at the neighborhood of the city of Parauapebas/PA, aiming to understand the real factors which are either allowing or not the Frontier Thesis to be disrupted and, in contrast, allowing a certain life stabilization to the settled peasants communities. Far beyond trying to evidence and prove the existence of new production system ways put into practice by the Palmares II settlement workers, the present work intend to disclose what are the economic, social and politics factors which are being important to keep improving the creation of possibilities on the peasant communities reproduction strategies.

Key words: Frontier. Peasant. Social Reproduction and Economic. Agricultural Establishments.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área Total em (ha) desapropriada para criação de PAs e Número de PAs criados durante o período de 1987 a 2007.....	63
Gráfico 2: Número de PAs criados e Número de Famílias Assentadas no Período de 1987 a 2007.....	64
Gráfico 3: Área Média dos estabelecimentos familiares (ha) para sete municípios do Sudeste Paraense.....	71
Gráfico 4: Área média dos 51 estabelecimentos agropecuários pesquisados na primeira fase da pesquisa.....	87
Gráfico 5: Anos de Ocupação das 51 famílias inicialmente pesquisadas na primeira fase da pesquisa.....	88
Gráfico 6: Uso do solo nos 51 estabelecimentos familiares pesquisados na primeira fase da pesquisa.....	89
Gráfico 7: Produto Bruto Agropecuário Total dos 51 estabelecimentos familiares pesquisados durante a primeira fase da pesquisa.....	90
Gráfico 8: Tamanho dos Lotes (ha) nas 06 Sub-amostras do Assentamento Palmares II com destaque para os valores mínimos e máximos encontrados.....	96
Gráfico 9: Tamanho dos Lotes (ha) nas 06 Sub-amostras do Assentamento Palmares II.....	97
Gráfico 10: Tempo de Permanência nos Estabelecimentos Agropecuários (anos) nas 06 sub-amostras do Assentamento Palmares II.....	99
Gráfico 11: Uso da Terra para Categoria Mata nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.....	101
Gráfico 12: Uso da Terra para Categoria Capoeira nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.....	103

Gráfico 13: Uso da Terra para Categoria Pasto nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.....	105
Gráfico 14: Uso da Terra para Categoria Cultivos Anuais nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.....	107
Gráfico 15: Uso da Terra para Categoria Cultivos Perenes nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.....	109
Gráfico 16: Produto Bruto Agropecuário Total para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.....	111
Gráfico 17: Produto Bruto Bovino de Leite e Corte para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.....	113
Gráfico 18: Produto Bruto Pequenos Animais para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.....	115
Gráfico 19: Produto Bruto Cultivos Perenes para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.....	117
Gráfico 20: Produto Bruto Cultivos Anuais para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.....	118
Gráfico 21: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra do Fundo do Limão no assentamento Palmares II.....	120
Gráfico 22: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra do Rio Novo no assentamento Palmares II.....	121
Gráfico 23: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra da Vila no assentamento Palmares II.....	122
Gráfico 24: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra AMAZ 1 no assentamento Palmares II.....	123
Gráfico 25: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra	

AMAZ 2 no assentamento Palmares II.....	124
Gráfico 26: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra AMAZ 3 no assentamento Palmares II.....	125
Gráfico 27: Importância econômica relativa dos tipos de produtos comercializados.....	147
Gráfico 28: Receita obtida com a comercialização de cada tipo de produto.....	148
Gráfico 29: Receita agregada obtida com a comercialização do conjunto de produtos.....	149

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Ocupações, Assentamentos e Períodos de Governo – 1995-2006.....	32
Figura 2. Disposição atual da Feira Municipal de Parauapebas.....	142
Mapa 1. Localização das áreas selecionadas para a pesquisa no PA Palmares II e estabelecimentos agropecuários selecionados para o segundo ano de pesquisa do projeto.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Empregos Gerados por Setor da Economia.....	79
Tabela 02. Número de Estabelecimentos por Setor da Economia.....	80
Tabela 03. Rendimentos Diversos (R\$).....	80
Tabela 04. Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.....	80
Tabela 05. Município estudado, Número de Assentamentos e Área Ocupada.....	81
Tabela 06. Assentamento Estudado, Área, Número de Famílias e Área Média por Família.....	82
Tabela 07. Cobertura Vegetal no PA Palmares II.....	82
Tabela 08: Localidades Presentes na Feira, Número de Agricultores Cadastrados pela SEMPROR/Parauapebas e Média de Vendas no Semestre JUL – DEZ / 2009.....	143
Tabela 09. Diversidade de itens comercializados na Feira do Produtor Rural de Parauapebas entre Julho e Dezembro de 2009.....	145
Tabela 10. Diversidade de Tipos de Produtos Comercializados por Agricultor.....	146

LISTA DE SIGLAS

ALPA - Aços Laminados do Pará

APROCPAR – Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares II

ARCOS – Agências Regionais de Comercialização

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

COOMARSP – Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sul e Sudeste do Pará

COOPER – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás

COPEMA – Cooperativa Agrícola em Marabá

COPSERVIÇOS – Cooperativa Técnica de Prestação de Serviços

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

EFC - Estrada de Ferro Carajás

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FLONA - Floresta Nacional de Carajás

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NBs – Núcleos de Base

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAs – Projetos de Assentamento

PC - Projetos de Colonização

PIC – Projetos Integrados de Colonização

PGC - Programa Grande Carajás

PRA – Plano de Recuperação do Assentamento

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

RB – Relação de Beneficiário

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEMPROR - Secretaria Municipal de Produção Rural

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UE - União Europeia

UHT - Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 HISTÓRIA AGRÁRIA DO SUDESTE PARAENSE	19
2.1 ANTECEDENTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS CONJUNTURAIS..	19
2.2 OS GRANDES PROJETOS E OS INCENTIVOS FISCAIS PARA O SUDESTE PARAENSE	26
2.3 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA, PRESENÇA CAMPONESA, COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE TEÓRICA DE ENFOQUES.....	31
3 A FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O SUDESTE PARAENSE	53
3.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE	56
3.2 O ROMPIMENTO DO “CICLO DE FRONTEIRA” E A ESPERANÇA DA REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA PRODUTIVA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE.....	67
4 MÉTODO E INSTRUMENTAL: “O ASSENTAMENTO PALMARES II”	78
4.1 QUALIFICANDO “O OLHAR SOBRE PALMARES II” - SEGUNDA FASE DA PESQUISA DE CAMPO	93
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	96
5.1 POSSIBILIDADES E DESAFIOS AO CAMPESINATO EM PALMARES II	128
5.2 CRÉDITO PRODUTIVO, MECANIZAÇÃO E FEIRA DO PRODUTOR RURAL DE PARAUPEBAS.....	131
5.2.1 Tendência à mecanização – “Programa Patrulha Mecanizada”	140
5.2.2 A Feira do Produtor Rural de Parauapebas	141
6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PRODUTIVA EM PALMARES II	149
REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	157

1 INTRODUÇÃO

Desde o início, deve ficar claro que a construção e concepção do presente trabalho não se limitam ao tempo idealizado de dois anos para realizar a pós-graduação no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, tal decisão somente foi levada a cabo, por motivações iniciais vividas quando da chegada para uma experiência de trabalho na Amazônia, em especial, no município de Marabá, localizado no Sudeste Paraense.

Durante o pouco tempo vivido e experiência parca adquirida desde 2004 na região, questões foram sendo formuladas e faltavam respostas e argumentos consistentes para além de respostas breves, descontextualizadas e não compreendidas historicamente em termos de processos. Isso trazia vários problemas, que depois foram se tornando problemas de ordem teórica e metodológica, pois compreender a dinâmica de desenvolvimento do Sudeste Paraense parecia uma barreira intransponível.

Grosso modo, as transformações sofridas no Sudeste Paraense não estavam descoladas de outras tantas estratégias postas em prática para a ocupação da região amazônica e desenvolvimento econômico do país como um todo, haja vista, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do Programa Grande Carajás, as diversas tentativas de ordenamento fundiário, os créditos e os incentivos fiscais direcionados para os grandes empreendimentos agropecuários, enfim, parecia claro o desenho, tal qual foi concebida a região do Sudeste Paraense.

No entanto, além do que foi posto, enquanto estratégia de colonização e desenvolvimento para a região, deparei-me com mais de 60.000 (sessenta mil) famílias assentadas e outro contingente para além dos assentamentos, totalizando aproximadamente 100.000 (cem mil) famílias camponesas, o que para uma região que foi pensada para o desenvolvimento da agropecuária em larga escala, mineração e projetos de geração de energia a ser distribuída para o restante do país, não era pouca coisa. Dessa maneira, compreender esses movimentos mais amplos e localizá-los historicamente e criticamente, percebendo aí sim, como esses milhares de “chegantes” e alguns “ficantes”, fazendo uso dos termos de, (MARTINS, 1990), vão construindo e desconstruindo suas possibilidades e vão permanecendo vivos na história do país negando as predições mais deterministas e recriando outras vidas, tornou-se quase uma tarefa que não poderia deixar de tentar executar

e mais uma vez, claramente não esgotada nas poucas páginas que virão, com certeza, insuficientes para dar conta de tamanha complexidade e profundidade necessárias.

Para tal, organizou-se o trabalho em cinco outras sessões além dessa primeira introdução. Dessa forma, na sessão dois faremos um apanhado histórico da problemática agrária da região com base em seus antecedentes econômicos, políticos e sociais e partindo para tentar compreender a formação da fronteira amazônica, com destaque para a busca de elementos que evidenciem a presença camponesa, buscando entender a complexidade e diversidade teórica de enfoques para posicionar claramente a fronteira e o papel do campesinato nessa região.

Feito isso, iniciamos a sessão três evidenciando a frente de expansão agrícola, sua conformação, os principais elementos já sistematizados em pesquisas e suas principais características e conseqüências para conformação do Sudeste Paraense, para seguidamente, entender o processo de constituição política do campesinato na região e aí sim, intuindo na possibilidade de quebra, ao menos política, do “ciclo de fronteira” e buscando visualizar possibilidades e esperanças da reprodução camponesa na região.

Na quarta sessão evidencia-se o instrumental e o método de pesquisa utilizados, com destaque para uma descrição problematizadora do assentamento Palmares II, nossa área de estudo privilegiada. Ainda nessa mesma sessão buscamos qualificar o olhar sobre Palmares II, problematizando inclusive pesquisas e dados já coletados e alguns até publicados para realmente apreender, quais fatores e o que da fato está possibilitando ou não, a reprodução sócio-econômica e produtiva dos agricultores assentados.

A seguir, na quinta sessão faremos a apresentação dos dados e a discussão, pelo uso quantitativo da estatística descritiva, mas lançamos mão de argumentos e instrumental qualitativo para enriquecer a análise, com dados obtidos por intermédio de questionários e entrevistas semi-estruturadas, ressaltando possibilidades e desafios colocados para a reprodução do campesinato em Palmares II e por fim, nos arvoraremos a tecer algumas considerações finais acerca das reais possibilidades do campesinato, a partir do que conseguimos compreender no assentamento em questão.

2 HISTÓRIA AGRÁRIA DO SUDESTE PARAENSE

2.1 ANTECEDENTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS CONJUNTURAIS

Inicialmente quando da ocupação desta região pelas frentes de expansão da sociedade nacional, na década de 20, e avançando para as décadas de 50-60 e 70 do século XX, que correspondem tanto aos primeiros anos de novas formas de ocupação agropecuária, como ao auge da exploração tradicional da castanha (*Bertholletia exclesa H.B.K.*), observa-se que esta é marcada por forte concentração fundiária e, assim, por uma apropriação desigual dos recursos políticos, econômicos, sociais e naturais.

Em um trabalho tido como referência, Velho (1980), faz um apanhado detalhado do histórico de ocupação da referida região e das diversas frentes de expansão que a atravessaram até a década de 70 do século passado, podendo as frentes ser caracterizadas por dois elementos importantes: (i) a descontinuidade geográfica e a variedade de situações em que se podem encontrar as frentes de expansão e (ii) as mesmas sendo constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se embrenhavam em áreas antes não exploradas e apenas ocupadas por sociedades indígenas.

Utilizando dados dos censos populacionais das décadas dos anos de 1950 e 1960 e observando os incrementos demográficos para os períodos, Velho (1980), reforça que tais incrementos não explicam a ocorrência de uma frente de expansão, mas denunciam sua existência e prossegue identificando zonas fisiográficas no país sujeitas à ação das frentes de expansão e ressalta as que tiveram alterações superiores a 60% nos períodos.

Merece destaque diante de nossos interesses de pesquisa para as que de certa maneira exerceram influência na conformação do Sudeste Paraense, sendo elas: Pará: Itacaiúnas e Planalto; Maranhão: Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins e Goiás: Araguaia-Tocantins, Alto Tocantins, Rio Verde e Mato Grosso de Goiás.

De maneira geral, as frentes de expansão são tipificadas em dois grandes campos, um primeiro, a partir da distinção entre a coexistência próxima ou não de dois fenômenos, migração e urbanização, valendo ressaltar que os mesmos podem coexistir, ou mesmo se complementarem numa mesma área e num segundo campo, onde as frentes de expansão manifestaram-se em áreas limites da sociedade

brasileira, em áreas anteriormente contornadas e em áreas em processo de reocupação (VELHO, 1980).

A seguir, farei uma breve síntese do processo histórico de ocorrência dessas frentes, à luz do autor supracitado, bem como suas principais características sociais, políticas e formas de relações estabelecidas com a natureza, além de apresentar consequências já sistematizadas, com destaque para os períodos da denominada “extração livre”, passando pela fase de extração da borracha no médio Tocantins, período datado da segunda metade até o final do século XIX e início do século XX, posteriormente a frente extrativa da castanha e suas diferentes fases, perpassando pela frente mineradora e ressaltando a presença intersticial da atividade agropecuária desde as décadas de 20, 30, 40, 50 e 60 do século XX e por fim; a frente agrícola-agropecuária com os seus desdobramentos nas décadas de 60 e 70 do mesmo século.

Uma primeira frente de expansão significativa para o entendimento e conformação histórica da região é a frente pecuarista no Maranhão, onde a partir de meados do século XVIII, ocupou-se o Sul do Maranhão e posterior avanço para o Tocantins. Em toda primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril. O caráter dessa frente é fortemente marcado pela indissociação aos campos naturais, ou seja, tal frente ocupa os chamados “pastos bons” e sua expansão está ligada à presença desses campos naturais, ou pelo menos a certo imaginário de que os chamados “pastos bons” ocorreriam adiante (VELHO, 1980).

Pode-se dizer que o principal produto desse período inicial acrescido das disputas políticas partidárias que vinham ocorrendo no âmbito nacional e conflitos regionais em regiões vizinhas habitadas, como o caso de Boa Vista do Tocantins, foi a fundação no ano de 1895 do “Burgo Agrícola do Itacaiúnas”, na praia dos Quindangues, à margem esquerda do Rio Tocantins, 8 Km a jusante da foz do Itacaiúnas.

Segundo, Emmi (1999), a fundação do Burgo articulou-se nacionalmente ao período de desagregação do sistema escravista, abolido oficialmente em 1888 e posteriormente à proclamação da República, em 1889, o que implica o mesmo nascer com outras feições no que se refere às relações sociais estabelecidas e das formas de organização do trabalho alocado no novo local.

Em relatos e expedições realizadas por viajantes, padres e enviados ao Burgo, os mesmos, constataam a presença de vaqueiros, agricultores, comerciantes e ex-proprietários de terras de Goiás e do Maranhão, sua força de trabalho foi inicialmente dirigida para agricultura, constatava-se a prática extrativa da castanha para alimentação dos colonos e dos animais, além da tímida criação de gado (EMMI, 1999).

Com a descoberta do caucho (*Castilla ulei*) e a internalização dos habitantes na mata para se dedicarem à atividade extrativa, o futuro da área estava claramente ligado à extração, conformando para que de certa forma o “sonho agropecuário” dos colonizadores entrasse em relativo período de hibernação para ressurgir tempos depois com nova feição. O Burgo desaparece, no entanto suas bases adquiridas na perspectiva da extração e do comércio, apesar do naufrágio do “sonho agropecuário”, vão ser de fundamental importância para a posterior insurgência de Marabá no final do século XIX.

Desde a década de 20 do século XIX foram registradas algumas exportações de borracha na região, no entanto o ápice da exploração ocorreu ao final do século e início do século XX, sendo o período mais representativo para a região o dos anos de 1898 a 1919. O sistema de exploração era dependente em mão de obra pela própria forma que se dava a extração, pois a prevalência na região foi a exploração do caucho e não da seringueira (*Hevea brasiliensis*), a diferença básica na extração era o abate da árvore do caucho para obtenção do látex, enquanto que da seringa era feito o sangramento da árvore.

A certeza do caucho atrelada à grande crise do sistema de plantation no Nordeste fez com que multidões fossem atraídas para Marabá, fundada em 07 de junho de 1898. Segundo, Velho (1980), chegaram migrantes de muitas partes (Maranhão, Norte de Goiás, o próprio transbordamento da frente pecuarista do Piauí, Ceará e Bahia) e três fatos foram importantes na conformação desse período acerca da fase de extração da borracha no Médio Tocantins: (i) a extração era tida como medida alternativa mais viável e rentável para os colonizadores, (ii) a exploração no “boom” da borracha era relativamente modesta, se comparada à outras regiões da Amazônia e (iii) de certa maneira a castanha já disputava áreas de interesse com a borracha.

Ainda com relação a esse período, a terra não se constituía em um bem escasso e sim o capital e os meios de comercialização, ou seja, a posse dos meios

de comercialização e do capital para investimentos necessários para aquisição de mantimentos utilizados nas incursões na mata e aquisição do material coletado, coloca a figura dos comerciantes na centralidade do período e mais do que no Burgo, reforça inicialmente a função de Marabá como centro comercial.

Em 1913, Marabá conquista sua autonomia municipal desvincilhando-se de São João do Araguaia e contando à época com cerca de 500 habitantes fixos e mais de um triplo deles acresciam a população, quando da época de extração e de maior movimento. A já conhecida cidade parecia entrar numa rota de prosperidade, no entanto em 1919 ocorre uma grande crise proveniente da exaustão do caucho provocando um declínio populacional, mas que de certa maneira também fez com que se mantivesse um contingente de mão de obra para fazer a transição da borracha às fases de extração da castanha, pois outras atividades complementares e intersticiais eram praticadas pelos habitantes, dentre elas a agropecuária.

Diante dessa crise, em 1920 é retomada a exploração da castanha, com registros da produção para o ano, de acordo com dados do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Governo Federal, de 17.878 hectolitros, alcançando em 1926 a produção de 120.417 hectolitros (VELHO, 1980). Esse primeiro momento insere-se como uma fase dentro de um mesmo período extrativo. As relações entre o homem e a natureza continuam inalteradas e um ponto importante a ser ressaltado, diz respeito ao fato de que a acumulação do auge da exploração da borracha na região permitiu a exploração da castanha nas mesmas bases.

A prosperidade relativa de Marabá vinculou-se ao âmbito macro em um grande período de involução da Amazônia como um todo e ao micro à própria atividade extrativa da castanha e como tratarei a seguir, terminado esse período, Marabá terá que lutar para manter sua posição adquirida.

Durante a primeira fase da frente extrativa da castanha as relações sociais de produção estabelecidas seguem a linha da fase extrativa da borracha, os castanhais eram livres e o cidadão que quisesse se aventurar era submetido ao aviamento e vinculavam-se aos comerciantes locais, que via de regra eram bancados pelos comerciantes de fora, principalmente de Belém. Nessa fase, o abastecimento dos castanhais era relativamente simples, por conta dos mesmos guardarem proximidade com a cidade, mas com o passar do tempo e à medida que os mesmos

vão se distanciando de Marabá aparece a figura do barracão¹, criando uma situação de monopólio local e caráter fechado da estrutura de comércio, abrindo caminho assim para o estreitamento do controle da produção, o que exigiria maior produtividade do trabalho e, aos poucos, fazendo com que essas exigências fossem minando os castanhais livres.

No ano de 1925 são protagonizadas mudanças acerca da conformação e acesso aos castanhais, inaugurando a segunda fase da frente extrativa da castanha, onde os castanhais passam a sofrer maior controle. São idealizados arrendamentos provisórios por uma safra para que se tenha acesso aos castanhais e criam-se também os castanhais do município, onde os indivíduos deveriam se matricular (cadastrar) na Prefeitura de Marabá para poder colher castanha. A coexistência dessas duas formas privilegia uma oligarquia local composta por uma camada de comerciantes-financiadores detentores de maior poder econômico, por conta dos volumosos investimentos necessários no período da safra, além do preeminente apoio do Estado.

Duas outras características são relevantes dessa segunda fase extrativa da castanha, uma é a atividade intersticial da agropecuária, a qual trataremos adiante, e a outra é a presença dentro de uma perspectiva sincrônica de uma frente mineradora goiana, que surge e guarda importância até a década de 50 do século XX, como complementar à atividade extrativa da castanha, pois a castanha era tirada no inverno e a mineração (garimpagem) era realizada no verão. Apesar de ser secundária, assim como o comércio de peles, exerce um papel importante em termos complementares, pois o investimento em capital interessava os próprios comerciantes de Marabá e os arrendatários dos castanhais, fixando localmente os próprios lucros obtidos com a castanha, o que do ponto de vista econômico não deixa de ser importante para o aquecimento da economia local e corroborava para manter mão de obra fixa no local.

A partir das décadas de 30-40 do século XX, a região vai iniciando e externalizando processos de profundas transformações, a presença das diferentes frentes e da atividade intersticial agropecuária, vão fixando a população no local e possibilitando evidenciar atividades complementares à atividade principal, no início a

¹ O barracão, nas palavras de (VELHO, 1980), “tratava-se de uma espécie de armazém dentro da própria mata e a ele tinham de recorrer os castanheiros que trabalhavam na zona em torno, com margem cada vez menor para alternativas à proporção que a distância da beira e de Marabá aumentava”.

diversificação das atividades se deu no plano individual, um mesmo indivíduo tinha várias ocupações.

O mercado local era basicamente centrado na substituição de importações de gêneros primários. Aos poucos se criou uma agricultura de beira de rio, como atividade de subsistência e marginal, ainda em função das dificuldades de emprego na entressafra das atividades extrativas.

Em 1938, registraram-se as primeiras aberturas na floresta para fazer pasto, pois a atividade principal exigia a presença de animais para o transporte e até meados dos anos de 1950 era necessária a importação de gado para o abastecimento local. Já em 1939 constatou-se a ocorrência de 24 estabelecimentos agrícolas produtores em pequena escala. A pecuária nunca desapareceu como um todo e esteve sempre presente nos interstícios das atividades extrativas, nos anos de 1940, o censo da época registrou a presença de 19 estabelecimentos agropecuários que praticavam a pecuária em pequena escala, 6 em grande escala, contabilizando 2.320 cabeças e em 1950 contabilizou 3.110 cabeças, com um salto significativo em 1953 totalizando o abatimento estimado de 1.768 animais/ano (VELHO, 1980).

Inaugurou-se assim a terceira e última fase significativa da frente extrativa da castanha na região: o gado tem agora presença marcante no período. No início da década dos anos de 1950 a cidade de Belém passa por uma crise profunda no abastecimento de carne, ao mesmo tempo em que Marabá vai ganhando sua auto-suficiência no abastecimento de carne bovina.

Concomitantemente, os castanhais são agora efetivamente controlados, o arrendamento se dava por um ano renovável por mais 5 (cinco) anos, caso fosse do interesse do Estado, o que logicamente não era descolado dos interesses de uma base política regional, estadual e até nacional dependendo de elementos conjunturais políticos, econômicos e sociais mais amplos. A segurança de posse faz com que investimentos volumosos fossem realizados e, conseqüentemente, ocorre aumento do processo exploratório de mão de obra, ocupada agora em praticamente todo o ano, pois do ponto de vista do capital e dos investimentos, o consórcio castanha-gado possibilitava um melhor aproveitamento do fator terra.

Diante das transformações, não só as atividades econômico-produtivas foram se modificando, mas também toda a paisagem e as articulações políticas e econômicas. O consórcio castanha-gado enche os olhos dos grupos exportadores de

Belém e grupos de fora ligados a eles e na região dos próprios donos dos castanhais e dos agentes financiadores. Da mesma forma a infraestrutura da região é incentivada por intermédio de políticas governamentais e linhas de crédito ao apoio da atividade pecuária. Em 1969, Marabá registrou a exportação de aproximadamente 3.000 cabeças de gado, praticamente 70 anos após a fundação do Burgo do Itacaiúnas, parece ser realizado o sonho dos pecuaristas (VELHO, 1980).

As transformações sofridas aumentam significativamente o processo de concentração na apropriação de terras ligado a atividade extrativa da castanha e à pecuária. Essa concentração e as novas relações estabelecidas com os agentes financiadores diminuíram a dependência em relação aos grupos exportadores de Belém. Os grupos locais começam a se organizar, realizar o beneficiamento local aumentando seu lucro e a quantidade de castanha produzida na Zona do Itacaiúnas é a maior já registrada, contabilizando em 1967 cerca de 16.577 toneladas (VELHO, 1980).

Segundo, Emmi (1999), a principal herança desses períodos foi a estruturação das oligarquias políticas na região e um contingente de famílias desamparadas que perderam o direito de coletar castanha em áreas públicas. A intervenção do Estado nesse período garantiu, por intermédio do aforamento ou do arrendamento da maior parte dos castanhais, que a oligarquia (local/regional) da castanha se apropriasse efetivamente das terras e dos recursos naturais, subordinando as famílias extrativistas ao sistema de aviação, modelo herdado da economia da borracha.

Sucintamente pode-se dizer que até meados das décadas de 50-60 do século passado, a questão agrária e a luta pelo domínio da terra na região apresentavam um quadro relativamente simplificado, tendo de um lado as denominadas terras dos índios e dos pequenos lavradores ali estabelecidos, ambas sofrendo contínua pressão, de outro lado, as terras dos latifundiários exploradores de castanha em franca expansão e por serem detentores da maior parte das terras acessíveis fazia com que se manifestasse e ao mesmo tempo fosse sustentado o domínio das terras pelas grandes famílias locais com caráter fortemente oligárquico (EMMI, 1999).

Apesar de tudo parecer ter convergido para o estabelecimento de uma região, onde imperaria a concentração de terras, dos recursos naturais, dos meios de produção e do acesso ao crédito e infraestrutura nas mãos de poucos e, além disso,

os louros políticos e econômicos seriam disputados entre uma camada social local e outras de fora, principalmente de Belém, amparada por interesses estatais e internacionais, ambas privilegiadas historicamente, é preciso mencionar o protagonismo de novos personagens significativos na região de Marabá, com destaque para dois deles: (i) o pequeno agricultor de terra firme, já em cena desde as décadas de 50-60 do século passado e (ii) um outro mais recente ainda, que é o pecuarista vindo de outras regiões do país, ambos protagonistas da frente de expansão agrícola que adentrara a região.

A evolução das apropriações de castanhais pelas oligarquias locais foi aumentando e ganhando força política e social. Em consequência disso desencadeou-se um processo de disputa pela terra estabelecendo uma relação tensa e de conflito entre aqueles que se diziam donos das áreas e as famílias castanheiras, estas subordinadas na condição de castanheiros, pelo menos até os anos 70 e 80.

2.2 OS GRANDES PROJETOS E OS INCENTIVOS FISCAIS PARA O SUDESTE PARAENSE

Como vimos anteriormente, a expansão das novas formas de ocupação na região intensificaram-se durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XX com a abertura das rodovias, forte contingente migratório e como será tratado a seguir, nas décadas posteriores dos anos de 1970 e 1980 com os chamados “Grandes Projetos”, cujo objetivo central era promover a integração da região ao restante do país, tendo como promotor principal da presente estratégia, a figura do Estado materializada em diversas instituições, porém desconsiderando a diversidade étnico-cultural, as formas de organização social existentes, as atividades produtivas em curso, os ecossistemas originários e até mesmo a já anunciada disputa pela terra e os conflitos agrários em curso na região.

Dentre esses “Grandes Projetos” desenvolvimentistas destacam-se no período: incentivos à produção minero - siderúrgica e hidrelétrica, através da instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na região de Carajás, atual VALE e da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT); a pecuária extensiva, através de subsídios fiscais e financiamentos provindos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e doações de grandes extensões de terra

a grupos empresariais privados; além do estímulo à colonização, através do incentivo para colonos pré-selecionados ocuparem áreas à margem das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica (LASAT, 2006).

Esses acontecimentos associados ao surgimento do garimpo de Serra Pelada geraram uma intensificação na migração de milhares de famílias camponesas meeiras, arrendatários, pequenos proprietários e sem terras, para esta região (LASAT, 2006). Essa convergência de uma significativa frente de expansão agrícola camponesa e da perspectiva oficial de ocupação da região via “Grandes Projetos” pelo Estado produziu uma situação de intensos conflitos agrários, fundiários e ambientais que persistem até hoje.

Quanto à implantação do Programa Grande Carajás e a instalação da ainda denominada Companhia Vale do Rio Doce na década de 1980, inúmeras informações e dados divergem acerca das reais reservas minerais, tanto em quantidade de estoque mineral como em variedade de minérios existentes a serem explorados, mas uma coisa era certa, tratava-se de uma das maiores reservas minerais de ferro de alta qualidade do mundo com pelo menos 11 bilhões de toneladas e que poderia se manter sendo explorada por mais de 500 anos, a uma taxa de extração de 35 milhões de toneladas ao ano (DIEGUES, 1999).

O objetivo do Estado pelo governo federal no período do regime militar (1964-1985) era canalizar prioritariamente recursos financeiros e isenções de impostos para exploração dos recursos naturais da região oriental amazônica, segundo o mesmo Diegues (1999). Para viabilização energética do empreendimento foram aceleradas as negociações acerca da construção da UHT, que juntamente com a construção da EFC, constituiriam os projetos de infra-estrutura mais caros dessa nova fase de ação do Estado na região.

Para se ter idéia da abrangência e apropriação do território com relação à intervenção do Estado na região, o PGC, originado de uma proposta da CVRD, encampada pelo Estado até então, estender-se-ia por 220 municípios localizados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, abrangendo uma área não inferior a 90 milhões de hectares, ou seja, cerca de praticamente 10% do território nacional. Foram pensados projetos industriais e de infra-estrutura, nos setores de mineração, energia, comunicação, siderurgia e petroquímica (DIEGUES, 1999). Ainda segundo Diegues (1999), para viabilização, do ponto de vista do planejamento e dos financiamentos, foi criado o Conselho Interministerial do PGC, uma nova instância

de poder que se sobrepõe aos organismos de desenvolvimento (SUDAM e SUDENE) e aos próprios governos estaduais e municipais, com decisões sendo tomadas fora das esferas de poder local e regional.

Somando-se à penetração das frentes de expansão agrícola com maior ênfase a partir das décadas de 50, 60 e 70 do século XX, concatenadas com a abertura das estradas e rodovias e trazendo consigo além dos pequenos lavradores migrantes do Maranhão, os ditos médios fazendeiros “baianos” e os grandes fazendeiros vindos de fora, além dos de Marabá, culminando com a implantação dos “Grandes Projetos” nas décadas dos anos de 1970 e 1980, em especial a instalação da CVRD e da UHT, todos esses acontecimentos corroboram para que a região passe a externar uma complexidade de forma ainda não vista pela região amazônica em áreas de fronteira.

Destarte, segundo Costa (2000), a “fronteira agrícola” entendida como contínuo avanço de estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura, não era, portanto um fenômeno amazônico, já se observava no debate sociológico e econômico a preocupação com essas áreas ditas de “fronteira”, entendidas como componente do desenvolvimento agrário brasileiro e garantindo pela ampliação da chamada margem extensiva desse desenvolvimento, o atendimento dos mercados urbanos constituídos, além de constituir um local de absorção de excedentes populacionais gerados a partir das arcaicas estruturas de propriedade das áreas antigas de ocupação e colonização do território nacional.

Com relação à evolução dessas áreas havia certo entendimento, de que a ocupação e produção camponesa seriam substituídas em alguns casos após décadas de ocupação pelos fazendeiros, os quais vendiam suas terras no seu local de origem, onde muitas vezes não passavam de camponeses remediados, ou médios proprietários de terra e vinham constituir fortuna nas novas áreas de fronteira agrícola, se apropriando da chamada “terra amansada” pelos camponeses e normalmente implantavam pasto, constituíam fazenda como unidade de produção e algum tipo de plantação (MARTINS, 1975).

No caso da fase amazônica do desenvolvimento da fronteira agrícola, Costa (2000), alerta que com exceção de Rondônia, esse padrão de ocupação e transformação foi negado e no caso do Pará e do Sudeste Paraense especificamente, pois conforme mencionamos anteriormente, juntamente com os pequenos lavradores chegaram médios e grandes fazendeiros de fora, além de

outras frentes para além da agropecuária, como a mineração empresarial e a geração de energia hidrelétrica e conforme escreve o autor,

[...] além dos fazendeiros – agentes isolados, individuais, da sociedade envolvente passaram a atuar na fronteira, latifundizando-se, empresas industriais, bancárias e comerciais, em muitos casos de setores de ponta do desenvolvimento nacional, ao par de grupos familiares latifundiários poderosos nas áreas antigas do país” (COSTA, 2000,p. 50).

Era claro o projeto e a estratégia da ditadura militar para a modernização da agricultura nas áreas de fronteira agrícola amazônica, o principal mote era desfuncionalizar a fronteira baseada na agricultura camponesa, promovendo assim, a empresa capitalista moderna como roupante, pois na verdade conforme ressalta, Costa (2000), tratavam-se de “velhas” estruturas em “novas” áreas e o resultado esperado era a dinamização da concorrência intercapitalista, elevação da produção e da produtividade, gerando alimentos e matérias-primas mais baratos e conseqüentemente, maior competitividade no mercado mundial, jogando assim o grande capital na fronteira e colocando em “cheque” o principal fator que fazia da produção familiar seu fundamento, justamente o acesso a terra. Adiante, no próximo capítulo, pontuarei e aprofundarei o debate sobre fronteira e o papel do campesinato, ou de sistemas produtivos familiares nessas áreas, mostrando a diversidade de posições postas no debate acadêmico e posicionando minimamente um referencial para guiar a presente reflexão.

A partir do delineamento traçado, do avanço da política ditatorial e dos incentivos fiscais da SUDAM direcionados claramente aos interesses de uma margem estreita de atores sociais presentes na região, além dos “de fora”, segundo dados sistematizados por Costa (2000), a SUDAM havia aprovado até dezembro de 1985 para a Amazônia, incentivos fiscais no montante de U\$ 3.928 milhões para 959 empresas, das quais 628 – 65,5% do total eram agropecuárias (584) ou agroindustriais (44), com base na pecuária extensiva de corte principalmente.

As empresas agropecuárias foram contempladas com incentivos da ordem de U\$ 632,2 milhões (17,4% do total), tais direcionamentos somados à complexidade de acontecimentos e transformações no campo social, político e econômicos ocorridos ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 trariam conseqüências e configurações diferenciadas para a estrutura agrária e produtiva da Amazônia como um todo, para o estado do Pará e em especial, ao Sudeste Paraense.

Detalhando-se os números e os direcionamentos a quem os incentivos fiscais eram endereçados, Costa (2000), nos apresenta uma conclusão por demais esclarecedora e importante para nossa região de estudo, o Sudeste Paraense, concluindo de forma salutar que a política da ditadura excluiu as oligarquias regionais ligadas à propriedade da terra, privilegiando a partir dos incentivos fiscais a grande empresa ou o latifúndio vindo de outras regiões do país, pois de uma amostra de 106 projetos no Pará, dos 48 que foram aprovados até 1975, apenas 1 tinha participação de paraenses; dos 58 existentes em 1980, apenas 5 eram de titulares locais.

Os números revelados apresentavam a crescente instabilidade e insatisfação nas relações estabelecidas entre o poder central da Nação e as elites locais/regionais. Em 1981, dois fatos foram decisivos para novos direcionamentos e estranhamentos nas relações, de um lado, diversos representantes das elites locais, tais como empresários urbanos, da indústria, do comércio, fazendeiros do Marajó, comerciantes da castanha e foreiros de Marabá organizaram-se em um movimento auto intitulado, de acordo com Costa (2000), de *neocabano*, com o objetivo de pressionar os poderes centrais no sentido de contrapor as decisões recentemente tomadas que por demais ofenderiam os interesses regionais e pautavam questões imediatas, como, críticas à política de incentivos fiscais à grande empresa pecuária não beneficiando o “homem da região”² e à falta de uma política protetora dos produtos tradicionais como a castanha, além de ameaçar romper com as alianças políticas de apoio ao regime ditatorial.

Lançado esse primeiro movimento, o segundo objetivo seria reverter o ciclo de investimentos, o qual era de fato o interesse das elites locais, a blasfêmia *neocabana* e o apelo pujante da valorização do “homem da região”, serviriam para fundamentalmente direcionar os incentivos fiscais e econômicos aos grupos oligárquicos locais. Até 1981 a predominância dos grupos e empresas de fora da região coincidia, segundo Costa (2000), com a preponderância de áreas de fronteira como locus privilegiado dos incentivos fiscais, tendo as microrregiões do Araguaia Paraense e a Guajarina abrigando quase a totalidade dos projetos de investimentos. Após 1981, são as áreas velhas da região, como o Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina e Belém que captam o grosso dos incentivos fiscais.

² Para uma discussão detalhada acerca da política de incentivos fiscais e das relações políticas estabelecidas entre o poder central e as elites locais, ver (COSTA, 1981; 1991; 1993; 2000).

O resultado ao final do período do regime militar, no tocante à questão agrária e fundiária, foi o que Costa (1992), chamou de *reorganização do agrário regional*, pois os incentivos fiscais passaram a capitalizar velhas e decadentes oligarquias paraenses e “latifundizar” outras frações da elite local, resultando na modernização de alguns segmentos ligados tradicionalmente à propriedade e concentração da terra ou por sua transformação em fazendeiros modernos, tecnificados, ou ainda, em empresários urbanos, produtivos ou especuladores, configurando assim, uma clara oposição de interesses em disputa na região e mediados, sobretudo pela atuação do Estado.

2.3 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA, PRESENÇA CAMPONESA, COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE TEÓRICA DE ENFOQUES

O forte movimento de ocupação da região amazônica é tratado na literatura acadêmica em concordância iniciando-se em maior escala e intensidade durante os anos de 1960 e 1970 do século XX, as chamadas décadas da colonização, cujo um dos objetivos centrais era desviar para a região amazônica todo tensionamento presente no emaranhado político, social, econômico e principalmente fundiário da conjuntura do país. Na região do Sudeste Paraense não foi diferente em termos de intensidade, apesar de já termos explanado suas especificidades anteriormente caracterizadas no presente texto desde a década de 20 do século passado e detalhado como as diferentes formas e frentes de penetração foram tomando corpo, se constituindo e conformando tamanha complexidade no agrário regional e quiçá amazônico.

No entanto, vale destacar a importância de entendermos a complexidade posta hoje no Sudeste Paraense a partir da dinâmica de e da fronteira construída historicamente, conforme destaca, Almeida, A. L., (1992). Há elementos numa fronteira que são profundamente diferentes do resto do território, a autora reforça, lembrando que a idéia de fronteira traz consigo conotações emocionais fortes, de oportunidades e de todo um conjunto de esperanças de uma vida melhor. No que se refere à terra, a própria carga política e cultural da idéia de “achar” uma terra própria num mundo distante é mais forte do que parece ser e perdura no tempo.

Passadas essas décadas pode-se afirmar no início dos anos de 1980 que a colonização dirigida e até mesmo espontânea para a Amazônia pode ser

considerada como expressão da anti-reforma agrária, pois na tentativa de contornar o problema fundiário levando os sem-terra para regiões de fronteira deixou intocada de certa maneira a concentração da propriedade no restante do país, ao final desse período o que se apresenta nos anos de 1990 e 2000 é um território vastamente ocupado e um problema geral de distribuição de terras muito maior do que nos anos de 1970, conforme figura 01 abaixo relacionada, com aumento da pressão social pela terra e conflitos de interesses de diversas ordens, sejam eles, entre grandes e pequenos agricultores; entre agricultores em geral e extrativistas (desde seringueiros, garimpeiros e grandes mineradoras) e indígenas; entre todos estes e projetos hidrelétricos; entre especuladores, grandes empresas capitalistas e agricultores em geral (ALMEIDA, A. L., 1992).

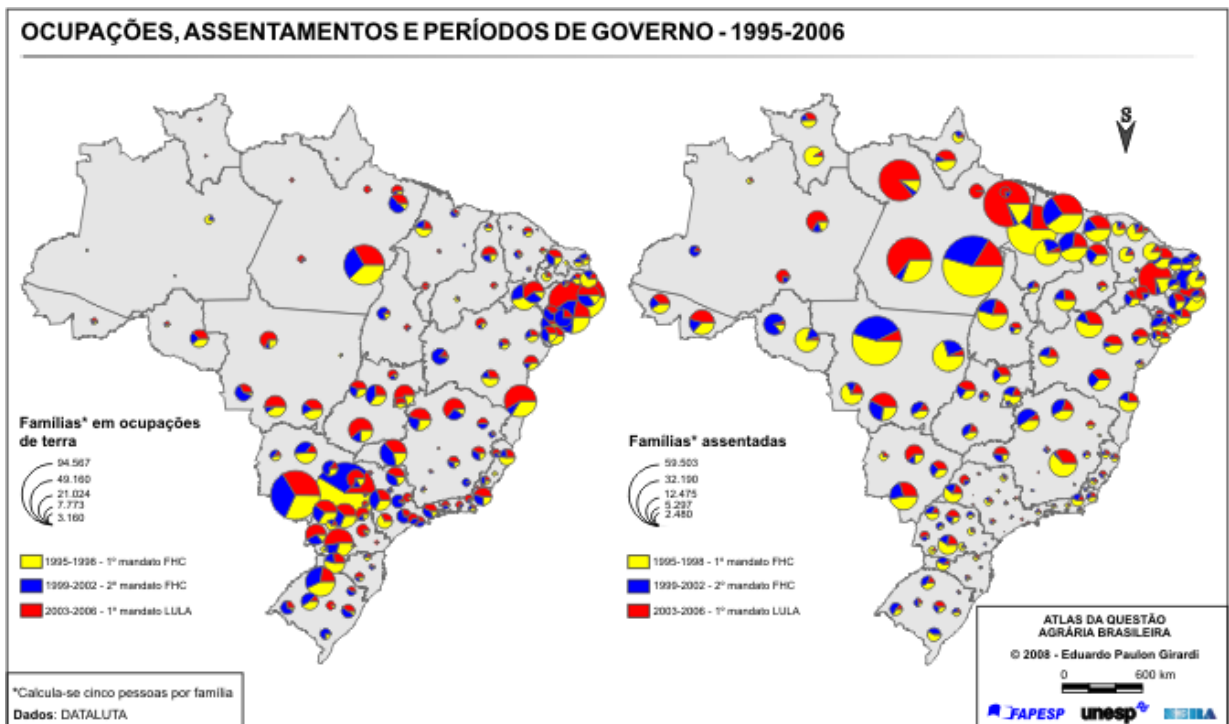


Figura 1: Ocupações. Assentamentos e Períodos de Governo – 1995-2006
 Fonte: Girardi (2008).

Diante de tamanha complexidade de atores, sejam eles da sociedade civil, sejam eles entes e instituições representativas do Estado responsáveis por amparar e por em curso a estratégia de colonização pensada para a Amazônia, tanto a dirigida, como a espontânea e com suas variantes históricas e políticas, haja vista, o próprio percurso histórico no tempo ao longo de três décadas ter enfrentado dois diferentes regimes políticos estatais e sociais, o ditatorial militar (1964-1985) e a

posterior abertura política pós 1985, há de ficar claro que dificilmente daremos conta de tratar da manifestação política das diferentes expressões e estratégias da dinâmica social, econômica e produtiva postas em curso na fronteira (agropecuária em diferentes escalas e lógicas, mineração, indústrias, hidrelétricas), bem como tratar de outros mecanismos de regulação política e presença do Estado que seriam relevantes para a Amazônia, como, por exemplo, uma política fiscal clara para deter especuladores e especulações, o déficit de uma política urbana e regional para pensar os fluxos migratórios e de capitais, bem como uma política ambiental, enfim, buscaremos estar atentos a elementos nesses processos mais amplos de ocupação da fronteira amazônica, a partir da colonização e chegada dos pequenos agricultores, com destaque para o Sudeste Paraense buscando compreender nesse momento as raízes desse processo de ocupação e colonização e como se manifesta a presença do pequeno agricultor, sem perder de vista as relações sociais, ambientais, econômicas e políticas que o circundam.

Conforme destaca Almeida, A. L. (1992) é preciso mencionar que diferentes frentes de penetração de pequenos agricultores ocorreram na fronteira amazônica, podendo ser agrupadas em duas grandes frentes, com destaque para frente ocidental, representada por Mato Grosso e Rondônia, com posteriores prolongamentos ao Acre e Roraima, a partir de Rondônia principalmente e inicialmente recebendo um fluxo itinerante pobre, mas posteriormente substituído, em grande parte, por uma leva de sulistas mais capitalizados. A outra frente de penetração é a oriental de nosso interesse específico, com destaque para Marabá, Conceição do Araguaia e Barra do Garça, que recebeu um fluxo itinerante por excelência, pobre e com presença nordestina acentuada, valendo lembrar que tal especialização geográfica da migração, por origem e destino, logicamente não é tão rígida, não obstante a isso, tais frentes correspondem a processos históricos e institucionais distintos na fase de implantação da fronteira ocidental e oriental, desde já, negamos determinismos sejam eles geográficos ou culturais.

Pode-se afirmar que a ocupação da frente ocidental está intimamente relacionada com as transformações que ocorreram na agricultura brasileira durante os anos de 1970, com a aceleração da expansão da pecuária em áreas de antigas lavouras intensivas em mão-de-obra, São Paulo e Paraná (café, algodão, feijão e milho) e a própria introdução de novas lavouras, com elevado grau de mecanização e intensificação de capital e insumos modernos, como a soja, cana de açúcar e

amendoim, como conseqüência desse processo muitos pequenos agricultores venderam suas terras, por conta da valorização excessiva dessas áreas e compraram outras maiores nas áreas mais baratas da fronteira ocidental, que então se abria (ALMEIDA, A. L., 1992).

Ainda, segundo a autora supracitada, faremos uma breve síntese do processo de colonização da região amazônica, acreditamos ser por demais elucidativas perceber as nuances da ocupação nos diferentes estados e regiões, na perspectiva de compreender como o histórico de ocupação ajuda a compreender a estruturação das diferentes regiões de fronteira amazônica.

No caso do Mato Grosso do Sul a predominância foi de grandes propriedades fomentadas pela colonização oficial e particular, com fluxo migratório de migrantes gaúchos e paranaenses, tendo como base agropecuária, o cultivo de arroz, a implantação de pastagens artificiais, exploração madeireira e implantação de cafezais, a mata era para explorar madeira, fazer roça e implantar pasto utilizando basicamente mão de obra de nordestinos. Há de se registrar a concomitância da presença de pequenos proprietários do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná atraídos pelas diversas colônias oficiais e particulares implantadas.

Com relação ao estado de Goiás foi registrado durante o período dos anos de 1970 um crescimento rural intenso mais ao Leste com forte presença de migrantes vindos do Sul do país atraídos pela abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, com a conformação nessa região de grandes empresas agropecuárias atraídas e estimuladas pelos incentivos fiscais. A presença de pequenos agricultores estimulados pela colonização oficial, particular e espontânea ocorreu mais ao Norte do estado, onde encontrou a frente de migrantes maranhenses.

A ocupação mais intensiva pela migração em Rondônia ocorreu inicialmente com a exploração da cassiterita tendo sua intensificação a partir dos anos de 1950 com a abertura da rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR-364) e sua posterior pavimentação nos anos de 1980 deflagraram aumento no ritmo de ocupação, a partir disso, registra-se concomitantemente com a instalação dos Projetos de Colonização (PC), fomentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma das maiores taxas de fluxos migratórios registrados no país, tendo a população do estado praticamente quintuplicado ao final da década de 70 do século passado.

No geral foram pequenos agricultores vindos do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul provenientes na maioria das vezes de áreas rurais onde a mecanização e a intensificação da agricultura em insumos e capital ocorreram intensivamente, via de regra familiarizados com técnicas de produção relativamente modernas e proprietários ou filhos de proprietários de terra em seus estados de origem. Há de se ressaltar, mesmo com todo esse avanço e dinamismo a fronteira ocidental, de forma alguma representou e nem correspondeu ao maior avanço da fronteira agrícola durante os anos da década de 1970, essa ainda estava localizada na Amazônia Oriental com ocupação e impulsos bem distintos, conforme destaca, (ALMEIDA, A. L., 1992).

No caso da fronteira oriental, a migração sazonal e espontânea de nordestinos para o Sudeste do Pará ocorre desde os anos da década de 1920 envolvidos no extrativismo da castanha, tendo inicialmente a presença de pequenos agricultores e pouca absorção de mão de obra, no entanto a partir dos anos de 1950 reconfigura-se com o aumento do número de pequenos agricultores pelo próprio transbordamento da frente maranhense, cujo esgotamento/fechamento se deu nos anos de 1960 exportando mais migrantes do que absorvendo e promovendo forte ligação entre Imperatriz/MA, Estreito/GO e Marabá/PA, caracterizando desde o início para uma série de autores, o que poderia ser chamado como "fronteira móvel" com base na agricultura itinerante e de corte-queima (VELHO, 1980; ALMEIDA, A. L., 1992; HURTIENNE, 1995; REYNAL, 1996; HURTIENNE, 1999).

Tal itinerância e o próprio deslocamento ocorrem por mecanismos e fatores complexos que de certa maneira são independentes da causa de expulsão original caracterizando inter-relações de ações que na pequena produção visam a reprodução não só da unidade de produção familiar, mas também da própria unidade familiar, entremeando fatores econômicos, políticos, sociais, produtivos e demográficos interagindo com oportunidades e fatores externos que os circundam, condicionando assim o período de permanência destes agricultores na fronteira oriental (ALMEIDA, A. L., 1992; HURTIENNE, 1999; COSTA, 2000).

A experiência de expulsões sucessivas e a própria colonização oficial dirigida foram mostrando aos migrantes que o direito e acesso à terra, só de dava assegurando-se a propriedade legal da mesma, ou melhor, o reconhecimento da posse da terra, no entanto, mesmo assim esse fato não encontrou ressonância na forma de cultivar a terra, pois mesmo dentro dos projetos de colonização induzida a

prática itinerante, a penúria e o primarismo tecnológico baseado na agricultura de corte-queima, do ponto de vista do capital e insumos prevaleciam, seriam necessárias modificações mais estruturantes, não só a posse legal da terra, (ALMEIDA, A. L., 1992).

Do ponto de vista da unidade familiar a chegada na terra representa a necessidade de assegurar a própria sobrevivência na maioria das vezes com poucos recursos técnicos, financeiros e equipamentos, tendo forte dependência centrada no trabalho familiar. O excedente comercializado vai depender do número de membros da família e em seus aspectos de composição etária principalmente, ou seja, esses fatores acabam por constituir o capital disponível para acumulação e fixação com sucesso na fronteira.

O ciclo de formação familiar logicamente não é o único determinante da itinerância da pequena agricultura da fronteira oriental, não há intermediação financeira para fornecer capital alternativo ao uso da força de trabalho familiar, ou que viabilize a acumulação e fixação à terra, da mesma forma não há recursos para superar revezes climáticos, tampouco a ofensiva dos especuladores de terra e a tudo isso soma-se a precariedade de estruturar possíveis vínculos com a rede de comercialização existente ou em formação, quando há, normalmente são submetidos ao capital usurário mercantil imposto pelos comerciantes que se apropriam da renda agrícola gerada pela pequena produção, impedindo assim, sua tecnificação, capitalização, geração de tecnologias locais e acumulação de patrimônio, fazendo assim, com que a itinerância encontre condições para se perpetuar, (ALMEIDA, A. L., 1992).

Dessa forma, segundo (ALMEIDA, A. L., 1992), duas situações clássicas são postas aos pequenos agricultores que chegam à fronteira, a abertura da fronteira ao fluxo migratório de baixa renda, principalmente após a construção ou melhoria das estradas e vias de acesso e seu revés, o fechamento da fronteira, quando esses pequenos agricultores são expulsos, seja pela violência intrínseca à própria fronteira, seja por terem ficado presos ao círculo da itinerância, a consequência imediata desse processo é a concentração da propriedade e da terra.

Sendo assim, de acordo com a tese da autora, qualquer que seja a procedência do pequeno agricultor, ao chegar à fronteira ele terá que se adaptar às condições específicas de produção, sociais, institucionais, ecológicas e econômicas. Em particular, sua reprodução, viabilidade econômica e produtiva dependerá de

como ele irá se inserir na economia de mercado, que se estabelecerá ao mesmo tempo, ou até antes dele, (ALMEIDA, A. L., 1992).

No entanto, antes de prosseguirmos, faz-se pertinente problematizar alguns conceitos, tais como, frentes de expansão, frente pioneira e o próprio conceito de fronteira, lembramos que se trata de um debate caro do ponto de vista teórico e com certeza não esgotaremos aqui, nem tampouco formularemos uma nova compreensão acerca da complexidade dessas áreas reconhecidas como fronteira no debate acadêmico, mas, ao mesmo tempo, tendo em vista o lócus da presente pesquisa e a região do Sudeste Paraense como um todo seria rasteiro nesse estudo não pontuarmos algumas das principais formulações teóricas, mesmo que de maneira incipiente cumprindo importante papel no exercício de dissertar, além disso, é salutar termos claro o debate acadêmico que estrutura nossas preocupações mais pontuais, pois apesar disso, estão envoltas na complexidade de uma região de fronteira na atualidade.

Em sua obra, (ALMEIDA, A. L., 1992) refaz um apanhado histórico fundamental para a compreensão das diferentes regiões de fronteira amazônica, com destaque para fronteira ocidental e oriental, no entanto, calca suas análises numa perspectiva econômica, enfatizando a primazia e debilidade dos sistemas técnicos produtivos adotados pelos agricultores centrados na itinerância e na prática de corte-queima, as relações econômicas e de comercialização estabelecidas e condições referentes à posse da terra, no entanto para além do olhar econômico assumido por boa parte dos economistas lançando mão do conceito de frente pioneira, olhar esse partilhado pelos geógrafos principalmente, faz-se necessário explicitar outras compreensões não desconsiderando a pertinência do debate proposto, mas complexificando a leitura da fronteira amazônica e sobretudo da região oriental com as diversas contribuições sociológicas e antropológicas embasadas no conceito de frente de expansão.

Comumente, os conceitos de frente de expansão e de frente pioneira são tratados e empregados como equivalentes e que segundo Martins (1990), num primeiro momento da discussão antropológica, o conceito de frente de expansão significava a frente étnica do não índio, do “branco”, avançando sobre territórios tribais, o autor afirma que era a concepção de quem via o mundo do branco no lugar do índio, de fora pra dentro.

Num segundo momento, os mesmos pesquisadores antropólogos explicitam o interesse em pesquisar a problemática da “fronteira interna” e do campesinato nela situado e dessa maneira atribuem ao conceito um sentido próximo ao de “frente pioneira”, contrariamente ao anterior, definido de dentro para fora, de quem olha a partir do avanço da sociedade “branca” sobre novos espaços, a ênfase dada nas análises são a situação do campesinato das regiões identificadas onde ocorrem esses fenômenos, no entanto, conforme destaca Martins (1990:112), os pesquisadores não distinguem as diferenças internas do campesinato, incorporando assim, o conceito de frente de expansão na sua acepção etnográfica, de quem vê o avanço da sociedade a partir da situação tribal.

Tendo clara a perspectiva adotada por esses autores, a crítica feita por Martins (1990) é a seguinte:

[...] a noção de frente de expansão está impregnada daquilo que ela não é e, ao mesmo tempo, não dá conta dos antagonismos, tensões e conflitos que existem dentro da sociedade dividida e diversificada que nela se concebe como se fosse una e indiferenciada. Entretanto, o conceito retém uma importante dimensão do processo que pretende expressar: de fato é um processo de expansão do mundo do “branco” e, mais especificamente, do mundo capitalista. Por isso, é de grande importância saber qual branco é agente de expansão desse mundo do “branco”. Isso relativiza, mas não anula o fato de que não se trata de mero crescimento espacial da sociedade branca e capitalista. É um crescimento que se dá sobre territórios tribais, sobre terra que não é do branco. Nesse sentido, o conceito de frente de expansão não pode ser concebido como equivalente ao de frente pioneira dos geógrafos. [...] Neste último conceito, claramente não se reconhece o conflito que essa frente leva aos territórios tribais, a expropriação que é condição de seu avanço. [...] pioneiro é aquele que leva para outras regiões, por isso mesmo concebidas como novas, as velhas virtudes, concepções e relações sociais essenciais da sociedade que representa. O “pioneiro” tem sido aquele que reconhece-se nessas características e só nelas a própria condição humana. Por isso mesmo, a observação cuidadosa mostrará sempre que é “pioneiro” aquele que não reconhece a humanidade de quem não o é. (MARTINS, 1990,p.112-113).

Para, além disso, o estágio da fronteira é aquele compreendido para as sociedades latino-americanas em geral, conforme observa (HENNESSY, 1978 *apud* MARTINS, 2009), onde as mesmas ainda se encontram em um estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão de certa forma, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”, nesse sentido a Amazônia brasileira constitui-se na última fronteira.

Do ponto de vista sociológico o que há de mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. A fronteira é

essencialmente o lugar da alteridade fazendo dela uma realidade ímpar, lugar de descobertas e desencontros, o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um dos grupos (índios, camponeses, seringueiros, grandes empresários, especuladores, comerciantes e grileiros) está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2009).

Conforme já destacou em (MARTINS, 1990) e reforçando e de certa maneira organizando uma síntese problematizadora do debate em (MARTINS, 2009), duas concepções de referência permeiam a literatura acadêmica sobre o tema fronteira (realidade singular que é o objeto da investigação dos pesquisadores e estudiosos), (i) geógrafos desde os anos 1940 referindo-se a ela (fronteira) como frente pioneira e (ii) os antropólogos, sobretudo a partir dos anos 1950 definiram as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado como frentes de expansão.

Nessa obra Martins (2009), faz uma discussão crítica acerca dos conceitos de frente de expansão e frente pioneira, lembrando que ambos são modos de ver a fronteira, são diferentes, por conta dos lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas. Para além disso, o autor observa que não há, à primeira vista, nessas concepções, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente, mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e viver no espaço novo, isso implica em vir a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa.

Segundo Martins (2009), no caso da concepção de frente pioneira está implicada a idéia que se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, visão essa reforçada por (ALMEIDA, A. L., 1992). Prossegue o autor esclarecendo,

[...]é mais do que o deslocamento das populações sobre territórios novos, é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social, constitui o ambiente oposto das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 1992, p.83).

Com relação ao emprego do termo frente de expansão, para alguns autores aparece como sendo a expansão da sociedade nacional, para outros, como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente era expansão da fronteira da civilização, não havendo qualquer relacionamento imediato entre essas diferentes definições (MARTINS, 2009).

Dessa forma, o emprego de frente pioneira desaparece aos poucos diluída na de frente de expansão, na medida em que esta passa a ser entendida como meramente uma frente econômica, perdeu seu conteúdo. Antes disso Martins (2009), lembra que Roberto Cardoso de Oliveira colocou-a em termos mais adequados, se define pela situação de contato, isto é, pelo pressuposto metodológico da totalidade. As relações interétnicas são relações de fricção interétnica, o equivalente lógico, mas não ontológico da luta de classes, deixando clara a impossibilidade de analisar a realidade dos protagonistas da fronteira de outro modo que não seja como momento de uma totalidade dialética e, portanto, momento de contradição e lugar de conflito.

Postas as ponderações Martins (2009), afirma que o desencontro das duas perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, mais do que produto da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira, diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos.

Cada uma dessas realidades diversas (indígenas, camponeses, seringueiros, empresas capitalistas, fazendeiros, grileiros, dentre outros) tem o seu tempo histórico e essa é uma primeira grande conclusão de Martins (2009) e dessa forma não se pode homogeneizar os diferentes sujeitos, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados os níveis de e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e descontraçadas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas.

Outra consideração importante na reflexão do autor Martins (2009), é afirmar que não se trata de atraso social e econômico e sim da contemporaneidade da diversidade, das especificidades e diferenças que definirão seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos e conclui pontuando que essa distinção não é conceitual nem classificatória, ao contrário do que entendem diferentes

pesquisadores que trataram da fronteira a partir do surto expansionista do regime militar, reafirmando que nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico das frentes de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, (MARTINS, 2009).

A distinção entre frente de expansão e frente pioneira é na melhor das hipóteses, segundo Martins (2009), um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira, e pode ser útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destacam a temporalidade histórica de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na história, de certa forma exerce críticas às concepções totalitaristas, reafirmando que o importante é o destino do gênero humano na sua diversidade, não seria condizente historicamente reduzir todas as relações, por mais diversificadas que sejam, a uma única, definida como capitalista.

O autor vai afirmar que se levando em conta as ponderações e críticas por ele sugeridas e embasadas, a frente de expansão reafirma-se na categoria mais rica e apropriada para reflexão sociológica na fronteira como concepção de fronteira do humano, porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade, nesse caso a dimensão econômica tende a ser secundarizada (MARTINS, 2009).

Na fronteira de acordo com Martins (2009), práticas de violência nas relações de trabalho como a escravidão por dívida, próprias da história das frentes de expansão são adotadas sem dificuldade por modernas empresas da frente pioneira, povoados camponeses da frente de expansão permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos, equipadas com o que há de mais moderno em termos de tecnologia, o que pode ser largamente observado no Sudeste Paraense, por exemplo.

Destarte, a contribuição de Martins (2009), pode ser perfeitamente transbordada numa perspectiva histórica para o Sudeste Paraense, pois segundo o autor,

[...]a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar, a tendência é a da aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas, dessa forma, quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para fora da

fronteira econômica, ou para dentro como assalariados sazonais, se encontrarem terras livres mais adiante continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. [...] quando não há perspectiva de encontrar novas terras nem há perspectiva ou disposição de entrar na economia da miséria no interior da fronteira econômica, geralmente começa a luta pela terra, o enfrentamento do grande proprietário, em algumas regiões como o Sudeste do Pará tem sido possível observar nos últimos vinte anos a passagem das migrações espontâneas, decorrentes da saturação da terra, para migrações forçadas pelas expulsões violentas da terra e quando a pressão se combina com falta de alternativa, surge o conflito, como ocorreu em vários pontos do Sudeste do Pará, (MARTINS, 2009, p. 134).

Dessa forma, se a frente pioneira é definida essencialmente pela presença do capital na produção, o mesmo não ocorre com a frente de expansão, que não se constitui pela condição do que nós definimos como econômico na constituição de seus modos de vida e da mentalidade de seus agentes, embora sua dinâmica resulte da ação e dos interesses do capital, combinados com as concepções próprias do camponês e mesmo do índio integrado. A frente de expansão tornou-se o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território cujas terras podem ser apropriadas lucrativamente pelo capital (MARTINS, 2009).

Do ponto de vista metodológico uma contribuição crítica e fundamental para o entendimento e interpretação da problemática da discussão sobre fronteira, trata-se do artigo de Oliveira Filho (1979), o autor esclarece e critica visões deterministas, como o centralismo em atribuir a questões raciais, climáticas e meramente demográficas o destino da ocupação da região amazônica e o desenvolvimento da fronteira, ele apresenta suposições básicas constitutivas da fronteira enquanto modelo para análise teórica de fenômenos históricos sociais. A primeira delas é que a fronteira não se constitui enquanto objeto empírico real, ou seja, uma região, ou ainda uma fase na vida de uma região, mas sim claramente como uma forma de propor uma investigação, lembrando que o autor realizou esse estudo com os seringueiros, buscando compreender toda a complexidade de relações envolvidas na época da economia da borracha.

Na proposição de um modelo teórico para análise deve ficar clara a suposição de uma totalidade composta por partes heterogêneas e com diferentes ritmos de funcionamento, buscando estabelecer um mecanismo de análise que correlacione complementarmente diferentes partes de uma totalidade, nesse sentido nos parece evidente a concordância de (OLIVEIRA FILHO, 1979), com (MARTINS, 2009), quando esse alerta e assume as diferentes temporalidades históricas das partes

presente na fronteira, o primeiro autor vai enfatizar que as partes que compõem essa totalidade não podem ser pensadas, enquanto modelos universais e aptos a uma generalização, sendo inadequado pensar tais unidades constituintes da totalidade em termos de modo de produção.

Ainda, segundo Oliveira Filho (1979), uma das condições necessárias para que exista fronteira é que uma das partes dessa totalidade forme uma função de ofertar mão-de-obra excessiva frente aos recursos de subsistência disponíveis e nesse sentido caminha-se inexoravelmente para extinção do pequeno produtor, interpretando assim, a colonização como movimento de massas e não como mera política de incentivo governamental, pois a expulsão de um contingente de indivíduos de sua área de origem não gera automaticamente, por assim dizer, a existência de uma fronteira. Para além disso, faz-se necessário que seja forjada uma ideologia da fronteira, onde a migração possa ser vista e compreendida por partes destes como uma escolha vantajosa.

Postas as ponderações, para que haja efetivamente uma fronteira articulada com um sistema capitalista é preciso que na outra parte daquela totalidade surja algum mecanismo de controle sobre a mão-de-obra, impedindo cada trabalhador de se estabelecer como produtor independente, ao contrário de certa ideologia igualitária pregada por certos autores e para tal, um problema básico necessita ser enfrentado para o surgimento de uma fronteira capitalista, é preciso a criação de uma classe de indivíduos destituídos dos meios de subsistência e são dois os mecanismos possíveis para que isso ocorra, (i) a instauração de um regime capitalista de propriedade da terra e, (ii) a instituição de algum tipo de laço jurídico de dependência (OLIVEIRA FILHO, 1979).

Dito isso, a descrição e problematização de uma fronteira, de acordo com o proposto por Oliveira Filho (1979), deve privilegiar não somente o conjunto das condições econômicas e políticas que precisam existir em cada uma das áreas consideradas isoladamente, mas também o conjunto de agentes e atividades por intermédio das quais as partes são interligadas, descrevendo detalhadamente os diferentes papéis e atividades por eles desempenhadas, pois é o que condiciona o ritmo do avanço da “colonização” e fornece indicações quanto aos processos de articulação interna do político com o econômico, tendo assim, como foco de interesse e apreensão de um padrão geral e abstrato de seqüência histórica, ao contrário o que se pretende é validar como objeto de análise o processo histórico em

sua heterogeneidade e na pluralidade de sentido pela qual foi entendido e assumido pelos agentes que lhe foram contemporâneos.

Em sua obra intitulada “Formação Agropecuária da Amazônia – Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável”, Costa (2000), discute a presença camponesa na Amazônia, a partir da convergência de duas dinâmicas, já há décadas em evolução, responsáveis pela conformação de estruturas camponesas na fronteira amazônica.

Uma primeira dinâmica representada pela continuação de processos já antigos de expansão de populações camponesas, representada em três grandes frentes/momentos: (i) estruturas camponesas de base extrativa nas áreas mais antigas de colonização regional, como as microrregiões do Baixo Tocantins, Furos e Salgados, no estado do Pará; (ii) a formação de estruturas camponesas também extrativas em áreas colonizadas pela economia da borracha na primeira fase, iniciada no último quartel do século XIX e encerrada entre os anos de 1912 / 1914, sendo representativas dessa frente, os vales do Acre e de Xapuri, no estado do Acre; (iii) expansão de um “campesinato agrícola” nas microrregiões Bragantina, Guajarina e Médio Amazonas Paraense, explicada em parte pela decomposição dos seringais, mas mais fortemente fruto do processo continuado de absorção de levas de migrantes, em grande parte nordestina, movida pelos períodos de “boom” da economia da borracha (COSTA, 2000).

A segunda dinâmica foi basicamente definida pela formação de novas frentes de expansão, a construção da Rodovia Belém-Brasília, da mesma forma pode-se incluir nesse momento histórico a abertura da Rodovia Transamazônica, ensejaram novos fluxos migratórios provindos do Sul do país, penetrando a Amazônia pelo Sul do Pará e Rondônia, além disso, correntes originadas no nordeste que, via Maranhão, adentraram a região pelo nordeste e sudeste do Pará (COSTA, 2000).

As ciências sociais e a econômica centraram esforços em compreender a presença, o significado e a trajetória histórica do campesinato no País e o papel aí desempenhado pela “fronteira amazônica”, por outro lado demonstraram também particularidades de um embate entre forças sociais que buscavam ofuscar uma classe social fundada na produção familiar para agir como se ela não existisse e segmentos que procuravam demonstrar as potencialidades dessa mesma classe social como sujeito e objeto da construção de uma sociedade mais justa (COSTA, 2000).

As discussões realizadas acerca dessas diferentes compreensões foram feitas em base de posições teóricas já firmadas e nelas encontraremos a compreensão de suas matrizes básicas: (i) a inexorabilidade do extermínio das formas camponesas no capitalismo (LÊNIN, 1974; KAUTSKI, 1980), segundo tradição fundada de certa forma por Karl Marx e (ii) capacidade de preservação dessa forma de produção a partir de sua especificidade (CHAYANOV, 1974; TEPICHT, 1973).

Um bom exemplo dessas matrizes de compreensão foi claramente discutido por Costa (2000), quando tratou das relações campesinato, capitalismo e fronteira, pois a eventual permanência da pequena produção na agricultura poderia ser explicada por duas possibilidades de retardamento da expropriação, uma primeira onde a unidade familiar passaria necessariamente por um processo de tecnificação, o que implicaria na segunda, em transformar o camponês em um trabalhador para o capital e conseqüentemente buscar novas fronteiras, o que o autor acaba por negar esses dois caminhos, reforçando a especificidade camponesa e depositando trunfos na possibilidade de reforçar a presença de uma agricultura camponesa nessas áreas de fronteira.

A discussão econômica sobre fronteira do autor é feita em bases críticas ao posicionamento principalmente de José Graziano da Silva, no entanto busca-se expandir as possibilidades do seu entendimento em bases sociológicas (COSTA, 2000, p.89-91), onde a fronteira é percebida e tratada como espaço de estranhamento entre a especificidade camponesa e o capitalismo e em bases antropológicas (COSTA, 2000, p.92-94), onde a fronteira é percebida como espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa.

No entendimento acerca do desenvolvimento e conformação da fronteira na Amazônia (SILVA, 1981 apud COSTA, 2000), se manifesta quanto ao projeto de superação teórica da oposição entre o processo de expropriação pela tecnificação em áreas antigas e as dinâmicas de recriação em áreas novas da produção camponesa, cujo autor considera falsa, sendo esse duplo movimento podendo levar a uma expropriação de fato do camponês transformando-o em trabalhador ("assalariado puro"), tanto como a intensificação de seu estabelecimento agrícola, na qual permaneceria apenas formalmente dono dos meios de produção.

Segundo Costa (2000), em qualquer um desses movimentos, o sentido é o mesmo, subordinar o trabalho ao capital, o que acaba findando em uma redefinição da categoria leninista de diferenciação como processo de proletarização, sendo assim, o campesinato para (SILVA, 1981 apud COSTA, 2000) é uma estrutura marginal e sua recriação seria condicionada aos e pelos setores industriais³ e o papel estratégico de desenvolvimento do campesinato em áreas de fronteira estaria comprometido, ou seja, o campesinato na fronteira estaria fadado à proletarização.

Para qualificar uma crítica e justificar a indevida dedução de Graziano, Costa (2000), retorna às bases da economia política em Marx e apresenta duas outras categorias, a de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, sendo a primeira fruto do momento histórico da separação formal do trabalhador dos seus meios de produção, cujo acesso fica comprometido pela existência de outro agente social, distinto do produtor direto que se tornou proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho.

Dessa forma uma das categorias trabalhadas fica obscurecida e segundo escreve o autor:

[...] Graziano obscurece a expropriação como base de subsunção formal e não refere a subsunção real à formal, praticamente isola-as enquanto fenômenos, colocando além do mais a tecnologia como o tópico único da diferenciação, como aspecto distintivo principal das estruturas descritas por uma e outra categoria - não como faz MARX, como elemento decorrente da evolução de uma situação (de subsunção formal) à outra (de subsunção real) (COSTA, 2000, p. 113).

O processo de evolução de subordinação direta do trabalho ao capital, vendo este capital como estruturador pleno da totalidade social, entendida como um “modo de produção”, cujas variáveis fundamentais (lucro, mais valia e composição orgânica do capital) apresentam tendências conformadas pelas contradições contidas na unidade dialética entre capital e “trabalho livre”, sendo esse, o trabalho efetivamente ofertado no mercado de trabalho.

A partir dessa leitura Costa (2000), afirma não ser esse o caso, quando se trata do trabalho da família aplicado na unidade de produção camponesa, nem quando se trata do camponês subordinado ao capital mercantil, nem mesmo quando se refere ao camponês tecnificado.

³ Para maior detalhamento dessa discussão, além de, Costa (2000), ver também, Goodman, Sorj e Wilkinson (1989), acerca das teses de apropriação e substituição.

A propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores diretos na unidade de produção familiar coloca problemas distintos dos problemas proletários, sendo próprias as questões de cunho político, no que diz respeito às condições de mediação do acesso a terra e à propriedade da terra e da mesma maneira, as de cunho econômico, quanto às mediações na transformação do produto gerado sob condições distintas da produção capitalista em produto social, ambas fruto da relação camponês/capitalismo (COSTA, 2000).

A discussão acima marca um momento histórico nas décadas de 1970, 1980 e 1990 de embate teórico e político sobre as discussões e relações camponês/capitalismo na fronteira agrícola amazônica e no Brasil como um todo, onde duas questões evidenciam o protagonismo camponês permitindo uma releitura: (i) o aguçamento da luta pela terra na fronteira por um lado e o dinamismo do embate dos sem terra no sul do país e de outro (ii) a própria expansão da produção familiar na agricultura, não só pelo crescimento em áreas de fronteira, mas também pelo estabelecimento e aumento produtivo nas áreas do sul do País. Dessa forma, fica claro certo fracasso do projeto autoritário desenvolvimentista pensado pelo ideal da ditadura militar para o campo, pois ao mesmo tempo em que fragilizava formas camponesas de produzir, esse projeto as recriava frustrando o ideal desenvolvimentista da ditadura (COSTA, 2000).

Tendo em vista, a necessidade da requalificação teórica do debate econômico feita anteriormente, acerca das relações camponês/capitalismo em áreas de fronteira Costa (2000), aponta ser importante compreender as constatações e discussões dos enunciados de José de Souza Martins, para quem a essência das contradições de classe no campo no país não estava na exploração do trabalho e sim na expropriação da terra, ou seja, no interior das contradições que a propriedade da terra como relação social encerra (MARTINS, 1980, p.213).

Conforme está assentada a discussão acima, segundo Costa (2000), haveria dois campos de tensão e certa disputa: (i) nas áreas de fronteira, o constituído pelos processos de transformação da “frente pioneira”, onde o acesso à terra é obtido pela posse, em “frente de expansão” – caracterizada pela implementação do regime de propriedade privada da terra e (ii) no resto do país, o produto do embate entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”⁴.

⁴ Terra de trabalho é aquela cuja exploração não implica a exploração do trabalho de pessoas externas à família, sendo assim ela é parte direta dos instrumentos de trabalho por parte de quem

Relacionado ao conceito de "terra de trabalho" estão duas categorias sociais, o camponês e o posseiro, o primeiro distinguindo-se do segundo, pois inserido na frente pioneira e na sociedade como um todo, exerce seu trabalho num contexto que supõe a propriedade da terra como única via de acesso a ela, já o posseiro exerce o trabalho pela ocupação da terra devoluta, desconhecendo de certa maneira a propriedade privada da terra, sendo esse último o protagonista da frente de expansão, estando dessa forma assentada a unidade entre posseiro e camponês produzida, de um lado, pela característica comum a ambos de exercerem o trabalho autônomo na terra e por conta disso, ser essa, terra de trabalho e de outro lado, pela oposição comum ao capital, que instaura a terra de negócio (COSTA, 2000).

A existência de uma concepção utilitária e não mercantil entre os camponeses e posseiros e o aguçamento dessa concepção entre os posseiros na fronteira, a partir de especificidades econômicas na sua forma de produzir são duas implicações importantes das formulações elaboradas em (MARTINS, 1980).

O autor associa à frente de expansão protagonizada pelas famílias posseiras baseadas em uma "economia do excedente", distinta da economia de mercado, haja vista o atendimento das necessidades reprodutivas (subsistência) em primeira instância e caso haja possibilidade, num segundo momento, pode ocorrer a troca de produtos que excedem suas necessidades (MARTINS, 1975 apud COSTA, 2000).

Dessa maneira, na economia do posseiro não há produção de mercadorias, são produzidos valores de uso, que eventualmente excedendo suas necessidades podem se transformar à posteriori (na circulação) em mercadorias e essa transformação do excedente da frente de expansão em mercadoria é possível como resultado da presença do colonialismo interno e enquanto empreendimento capitalista está situado fora dos componentes da estrutura social da frente de expansão absorvendo dessa forma a renda gerada pela terra (MARTINS, 1975 apud COSTA, 2000, p.37).

Nesse sentido, a frente de expansão e a economia de mercado são realidades econômicas articuladas, porém distintas e exteriores, pois estão baseadas na economia do posseiro, permitindo assim, o renascer do lavrador autônomo na figura do posseiro e nesse contexto, a constituição da frente de expansão seria nas reflexões de Martins (1980, p.17-19), a ponta subversiva da luta

trabalha. Terra de negócio tem seu princípio na exploração que o capital exerce sobre o trabalhador desprovido dos meios de produção (MARTINS, 1980, p.58-59).

em que os lavradores repõem continuamente, como projeto e tarefa política, a restauração da autonomia camponesa e a sua independência.

Na busca rigorosa de compreender qualificadamente o papel do campesinato na fronteira amazônica, (COSTA, 2000), agrega as contribuições de José de Souza Martins em suas reflexões, mas para problematizar proprietariamente tal fronteira e de certa maneira não se sentindo satisfeito com as formulações de Martins e do próprio Graziano da Silva, recorre aos estudos de Otávio Velho sobre a fronteira percebida como espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa.

Segundo Costa (2000), tanto Velho (1976), quanto Martins (1980), vêem a fronteira como local próspero da formação e do desenvolvimento de um campesinato significativo. Diferentemente de Graziano, ambos os autores percebem que o real significado da fronteira perpassa pelo significado do campesinato que nela se constitui e se expande em trajetória ascendente.

Para, Costa (2000), no entanto, há uma divergência fundamental entre Velho (1976; 1980) e Martins (1980) e esta reside no sentido histórico do campesinato no interior do desenvolvimento capitalista no Brasil, em última instância Velho (1980), evidencia os equívocos de Martins, pois o mesmo finda juntando a constatação da existência e importância do pequeno produtor rural à afirmativa de seu caráter anticapitalista, sendo o camponês agente de resistência externa ao capitalismo e, como tal, atuante no sentido de sua superação.

A existência dessa concepção utilitarista da terra, o que tornaria o camponês posseiro avesso à propriedade da terra não é reconhecida por Otávio Velho, o fato de o campesinato resistir e continuar na ascendente seria explicado antes, pela sua internalidade e não exterioridade ao desenvolvimento capitalista. (COSTA, 2000, p. 92-94).

Essa internalidade ao capitalismo revelada por, (VELHO, 1980, p.160-168) seria constatada quando fossem levadas em consideração as definições processuais de funções econômicas desempenhadas no plano das formas sociais de produção, incluindo aí a circulação da produção social, as trajetórias sociais e estratégias políticas e não somente as definições meramente estruturais, como relações de produção e formas imediatas de organização da produção não-capitalista.

Posto isso, assume-se que no caso da fronteira amazônica, os camponeses posseiros entranhados a ela são sensíveis ao mercado e apresentam projeções e percepções ideológicas que derivam de suas relações com o capital comercial e usurário, sendo essas responsáveis em garantir que as especificidades microeconômicas das formas camponesas de produção estejam subordinadas, definidas e inscritas nas formas de organização da produção social (COSTA, 2000).

A inscrição referida acima nas formas de organização da produção social resulta de um caráter relativamente independente do campesinato e do fato de que, em certos momentos, para certas frações do capital é indiferente a origem dos produtos, no entanto a de se guardar a condição de que sua circulação viabilize a absorção compensadora de mais-valia-social e induziria a convergências de ordem econômica, política e ideológica entre agentes não capitalistas e formas outras de capital (VELHO, 1980, p.168).

Quanto ao fundamento econômico da funcionalidade aí contida está na necessidade do capitalismo autoritário, marcada pela forte presença da instância política na condução de uma acumulação primitiva respaldada por mecanismos extra-econômicos de colonialismo interno, sendo que, essa acumulação primitiva se processa concomitantemente com a acumulação propriamente capitalista e cria força à custa do campesinato que é mantido como forma subordinada de produção (VELHO, 1980, apud COSTA, 2000, p.48).

As fundamentações empíricas de Otávio Velho para suas teses, são quatro e foram sistematizadas por Costa (2000), da seguinte maneira: (i) presença de pequenos comerciantes na fronteira emprestando mercadorias e dinheiro em troca da produção dos camponeses; (ii) presença do aviamento, como relação estabelecida, financiando a economia do posseiro; (iii) algumas empresas organizadas por comerciantes, que influenciavam os camponeses em seus roçados, mediando o que eles deveriam plantar, por exemplo, e (iv) a presença do arroz como principal produto comestível e do algodão, que até meados dos anos de 1950, eram de certa maneira alguns dos principais produtos da fronteira agrícola do Maranhão e em ambos os casos, preexistia uma estrutura de comercialização voltada para os mesmos, o que contribuiu para direcionar a produção na fronteira.

Dessa forma, incorporando as contribuições de Velho (1976); Costa (2000), proprietariamente, agrupa a discussão sobre o papel e a relação do

campesinato/capitalismo na fronteira amazônica da seguinte maneira, à luz dos três autores discutidos:

[...] ao final, ter-se-á a percepção de um agrário dominado pelo “capital”, cuja reforma (a preocupação com a reforma agrária é referência de todos) só faria sentido como reforma do próprio “capital”, na percepção de, (SILVA, 1980 apud COSTA, 2000); ou se apresentará um agrário marcado por um campesinato historicamente relevante ou porque “anticapitalista”, com potencial subversivo em relação ao projeto instaurador da “terra de negócio”, (MARTINS, 1980), ou porque capaz de alterar a qualidade da sociedade civil como uma força a se tornar plenamente inserida no universo político da sociedade configurada na via autoritária de desenvolvimento do industrialismo capitalista (VELHO, 1976, p.146).

A compreensão e apreensão dos diversos olhares teóricos e empíricos sobre as relações políticas e mercantis, em última instância, do capitalismo/campesinato na fronteira agrícola amazônica presentes na obra de, (COSTA, 2000), cumprem um papel didático importante, no que diz respeito à forma e o método como o autor elabora sua própria problematização e conduz seus interesses de pesquisa.

Dito isso, vale destacar que não somente a presença camponesa se faz presente na fronteira, em uma coletânea de artigos discutindo a fronteira agrícola na Amazônia, (LENÁ, OLIVEIRA, 1992 p.10) lembram a complexidade e heterogeneidade quando se acrescenta à palavra “fronteira” uma série de predicados destinados a definir com mais precisão os aspectos a serem estudados e citam exemplos do tipo: fronteira especulativa, extrativista, capitalista, tecnológica, dentre outros. O que os autores chamam a atenção é que nesse sentido a fronteira agrícola representa um dos múltiplos aspectos do movimento de ocupação da região amazônica e a porta de entrada para a abordagem da problemática da fronteira, por conta de ser o uso agropecuário um dos primeiros a serem desenvolvidos nessas regiões.

Desta forma, tendo em vista o emaranhado de complexidade e heterogeneidade de possibilidades de olhar para fronteira, observa-se na maioria das vezes que as atividades econômicas e produtivas são implantadas levando em conta os interesses meramente econômicos nacionais, transnacionais e não prioritariamente regionais, implementando técnicas usurpatórias, utilizando pouca mão-de-obra da região e pouco produtivas no âmbito da geração de tecnologias locais e regionais, o que é o caso da mineração, das hidrelétricas e de certos tipos de agroindústrias (LENÁ; OLIVEIRA, 1992).

Diante desse quadro é onde aparece a esperança de ver a agricultura camponesa como possível saída para estruturação de um espaço agrário mais diversificado, tendo em vista a sua capacidade de repartir a renda e formar uma base produtiva sólida, mas é preciso saber qual agricultura tem chances de se desenvolver na Amazônia e como ele se comporta diante dos inúmeros problemas com transporte, acesso aos mercados e ausência de alternativas técnico-produtivas gestadas regionalmente no âmbito de suas exigências e lógicas de produção e reprodução (LENÁ; OLIVEIRA, 1992, p.12).

3 A FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O SUDESTE PARAENSE

Na verdade, as migrações dos posseiros em direção à Amazônia Legal não são mero fenômeno demográfico. São expressões de um amplo movimento social que tem a sua essência na luta pela terra (MARTINS, 1990,p.123).

São diversas as frentes de expansão agrícola que adentraram, sobretudo a Amazônia Oriental no início do século XX. Na Zona do Itacaiúnas região de nosso interesse algumas particularidades ocorrem, tal como se comentou anteriormente na seção 1.1, como por exemplo, a presença intersticial da atividade pecuária desde a segunda fase da frente extrativa da castanha e seu posterior desenvolvimento atrelado ao terceiro período da castanha, compondo o consórcio castanha-gado e caracterizando um desenvolvimento das forças produtivas calcadas num atrelamento político e econômico como marcas da região.

Por volta das primeiras décadas do século passado, foi iniciada uma penetração de nordestinos oriunda do Maranhão, em busca de terras e fugindo da seca e das dificuldades de colocação de mão de obra no Nordeste, a crise do sistema plantation, tal processo de expansão penetrou mais fortemente nessa zona na década dos anos de 1950 e 1960 (VELHO, 1980 ; IANNI, 1979).

Conforme nos mostrou Velho (1980), foram tradicionalmente moradores do sudoeste do Maranhão, em especial aqueles que habitavam próximo ao Tocantins que se deslocaram para o Itacaiúnas, por conta inicialmente da castanha, juntamente com os moradores do Norte de Goiás e do Baixo Tocantins e muitos deles foram ficando atraídos pela relativa abundância de terras e sua qualidade, pelos garimpos e por possíveis alternativas de trabalho, conformando um tipo de agricultura de subsistência, atrelada ao trabalho sazonal na castanha e às vezes garimpagem, o que de qualquer forma foi consolidando uma agricultura de terra firme e aos poucos obscureceu a tradicional agricultura de beira de rios e lagos praticada até então na região.

O fato do estabelecimento de uma frente de expansão agrícola tendo como base uma prática de agricultura de terra firme com caráter de subsistência em superação a uma agricultura de várzea, beira de rios e lagos, anuncia o caráter extremamente novo dessa frente, pois havia uma crença entre os lavradores que as melhores terras para serem cultivadas não eram as próximas dos grandes cursos d'água e a referência passa a ser o interior, onde estariam as terras desocupadas,

ratificando assim o caráter inteiramente novo dessa frente, haja vista a grande maioria da própria ocupação amazônica ter se dado junto aos grandes rios e eixos fluviais.

Essa novidade traz consigo o surgimento de duas categorias extremamente interessantes e representativas do período em questão, a de centro e a de beira⁵. O centro era o local onde era implantado o roçado de um ou mais lavradores e por oposição diferia-se também no contexto da oposição a outra categoria, a beira, que era justamente a beira do rio.

A prática da agricultura de terra firme pelos migrantes vindos do Maranhão vai ganhando corpo e durante os anos da década de 1960 e 1970 ocorreu um relativo entusiasmo na ocupação de terras e a busca pela obtenção de posse definitiva das mesmas torna-se prioridade para os lavradores, além do mais se observa para o período uma crescente produção e aumento de área plantada do principal produto agrícola da região que era o arroz, inclusive com apoio de instituições financeiras⁶ e dessa forma juntou-se efetivamente o gado e a castanha dos grandes produtores, com a produção de arroz dos pequenos lavradores.

Vale destacar brevemente as conseqüências contraditórias desse processo de apoio e financiamento das atividades produtivas que os lavradores tiveram na época: se por um lado no curto prazo ocorreu aumento da produção e da área plantada, por outro, elementos de incerteza e insegurança se manifestaram. A relação com os agentes financiadores traz novas obrigações para atender os compromissos estabelecidos: era preciso contratar mão de obra para dar conta das exigências produtivas e arcar com os compromissos, alterando assim o próprio padrão de trabalho camponês para si próprio.

No bojo dessas transformações ocorreu a falência da cooperativa fundada e a postura dos bancos passou a ser guiada muito mais por um caráter empresarial do que desenvolvimentista, aguçando a desconfiança dos lavradores, falavam os

⁵ Para uma discussão aprofundada das categorias centro e beira e das oposições, por intermédio das quais a frente agrícola define sua identidade ligada a penetração continental, em oposição a uma penetração predominantemente fluvial, ver (VELHO, 1980,p.101-103).

⁶ Segundo Velho (1980), durante esses anos, cerca de 2000 pequenos projetos foram financiados pelo Banco do Brasil nos municípios de São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Jacundá e Itupiranga e ainda estimulada pelo próprio banco a fundação da Cooperativa Agrícola em Marabá (COPEMA), para comercializar o arroz.

mesmos, em negócio da besta-fera, o que em sua ideologia poderia levá-los de certa maneira a uma volta ao passado, ao cativoiro⁷.

Dessa forma, a frente agrícola maranhense foi se constituindo, no entanto conforme destaca Michelotti (2008), muitas dificuldades apareceriam por conta da disputa pelas terras ocupadas amplamente pelos castanhais estabelecidos associados cada vez mais a pecuária. Por conta disso, esta frente tendeu a se situar nos municípios menores e mais afastados como São João do Araguaia-PA e Itupiranga-PA e que mesmo pesando certo isolamento, povoados foram surgindo e ganhando corpo, principalmente pelo contínuo fluxo migratório durante as décadas de 50, 60 e 70 do século passado, sobretudo pelo próprio comércio fluvial estabelecido com Imperatriz-MA e a definitiva ligação pelas rodovias, primeiro a Belém-Brasília na década de 1960 e o posterior ramal ligando Marabá a mesma em 1969 e por fim, a abertura da Transamazônica em 1971.

O processo de abertura dessas rodovias significou uma ligação mais direta da região com a Nação, a estrada e a beira da estrada passam a ser referência. Vale destacar uma diferença significativa nesse novo processo de ocupação da região, pois a partir desse momento a ocupação não se daria apenas pelos pequenos lavradores vindos do Maranhão.

Conforme destacam, (VELHO, 1980; COSTA, 2000; MICHELOTTI, 2008), a região seria ocupada do ponto de vista do agrário a partir de então, por 3 estratos distintos: (i) os pequenos lavradores da frente maranhense; (ii) os médios fazendeiros conhecidos como “bairanos”, “mineiros” e “goianos” ; (iii) os grandes fazendeiros de fora e também de Marabá originários da oligarquia local e regional, os quais contavam inclusive com apoio creditício da SUDAM, ressaltando que os médios e grandes fazendeiros tinham muito mais facilidade de legalizar as terras ocupadas, em detrimento dos pequenos lavradores fazendo com que a frente maranhense adentrasse cada vez mais para o interior.

Outro fator significativo no sentido de perturbar a estabilidade da ocupação de terras pelos pequenos lavradores foi a publicação no ano de 1966 da Lei de Terras do Estado do Pará e regulamentada posteriormente pelo Decreto- Lei nº 57, de 22

⁷ A categoria cativoiro é associada pelos lavradores a qualquer situação considerada de muita exploração e perda de sua autonomia e eles acreditam que esse tipo de situação pode se dar pelas ações do governo e do estrangeiro. Para uma discussão aprofundada da categoria cativoiro e do estabelecimento de negociações da “besta-fera”, ver (MARTINS, 1979); (MARTINS, 1986) e (VELHO, 1980).

de agosto de 1969. Em ambos os casos, substituiu-se outro decreto-lei que tratava da ocupação provisória das terras devolutas e a grande mudança proposta com o advento das novas leis era justamente não distribuir mais títulos provisórios e os definitivos deveriam seguir uma série de exigências burocráticas estimulando a insegurança na ocupação de terras pelo pequeno lavrador e nas palavras do autor,

[...] superpõe toda uma esfera de decisões e a presença de agentes diante dos quais pouco eles podem fazer eficazmente algo, e que os ameaçam subjetivamente, além de se constituir numa porta de entrada para fontes de manipulações por parte de grupos poderosos tendo os lavradores como alvo (VELHO, 1980, p. 52).

Por menos que possa parecer, mas é justamente nesse processo de disputa pela terra e insurgência de novos atores sociais, que de acordo com a autora abaixo citada,

[...] começa a se manifestar ou pelo menos a se prefigurar o declínio do poder político dessas famílias oligárquicas. Isso se dá a partir da década de 70, quando, como resultado da Política de Integração Nacional, a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD) ou privada (como o Banco Bamerindus), ou ser apropriada para a construção da Rodovia Transamazônica com vistas à colonização oficial dirigida pelo INCRA e posteriormente pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob a fiscalização do Serviço Nacional de Investigação – SNI, como na Serra Pelada (EMMI, 1999, p.16-17).

Conforme ressalta Velho (1980), essas transformações ocorridas e o impulso migratório observado geraram certa escassez de terras disponíveis na região, fazendo com que aumentasse o número de lavradores que buscavam se estabelecer em áreas consideradas de propriedade privada e soma-se a isso a ação contraditória do INCRA (Estado), conforme citado acima, pois o mesmo não priorizou o apoio aos lavradores estabelecidos até então por conta própria e concentrou seus esforços nos denominados Projetos de Colonização (PC) ou Projetos Integrados de Colonização (PIC), implantados em áreas longínquas, de maior extensão e ainda não ocupadas.

3.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE

Em um artigo recente discutindo a problemática da questão agrária do Sudeste Paraense, Michelotti (2008), aponta três períodos históricos significativos e

que precisam ser melhores aprendidos para percepções da diversidade de situações que representam os atuais Projetos de Assentamento (PAs) de Reforma Agrária para região.

No referido trabalho o autor faz isso articulando as diferentes formas de ocupação dos pequenos agricultores e a relação com a luta pela terra, agrupando esse processo em três grandes períodos: (i) início do século XX até década de 1960; (ii) 1970 a 1989 e (iii) 1990 até os dias de hoje, lembrando que por se tratar, esse último, de um período relativamente extenso deve ser observado cuidadosamente, pois transformações de ordem política, econômica, social, ambiental e fundiária ocorreram no decorrer do período, principalmente a partir do meio da década de 1990 como veremos adiante.

Com relação ao primeiro período não nos alongaremos mais, o mesmo já foi tratado exhaustivamente durante a construção do presente texto, vale destacar nos períodos (ii) e (iii) alguns elementos chaves para problematização e reconfiguração do estabelecimento do campesinato no Sudeste Paraense e algumas conseqüências desse processo nos dois períodos articuladas com as preocupações centrais do presente trabalho de pesquisa, as quais trataremos à posteriori.

Quanto ao segundo período, Michelotti (2008), caracteriza o mesmo pela existência de uma “frente de expansão agrícola posseira”, o que de certa forma já foi apresentado por nós, mas não nesses termos. No entanto, vale destacar que essa frente não é única, pois é nesse momento que profundas transformações ocorrem no agrário da região, juntamente com os posseiros chegam médios e grandes fazendeiros vindos de fora, há também uma disputa velada por interesses e manutenção dos poderes oligárquicos e políticos locais, regionais e nacional, haja vista, os mega investimentos aportados pelo Estado e em especial pela SUDAM, além da implantação dos denominados “Grandes Projetos” na região e por fim, é nesse período que se dá a transição do regime político militar-ditatorial para a abertura democrática, colaborando assim para aguçar ainda mais a complexidade do agrário e a disputa pela terra. Nesse sentido nos restringiremos a tratar da movimentação, conformação e reconfiguração da luta pelo estabelecimento dos sistemas produtivos familiares na região com foco no pequeno lavrador posseiro, protagonista da referida “frente de expansão agrícola posseira”.

No entanto, antes de prosseguirmos com as análises, vale o esforço de tentar definir o que realmente seria a referida categoria “posseiro”, nesse sentido o trabalho de Martins (1990), nos traz uma significativa contribuição, o autor escreve:

[...] o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário é classificado como ocupante de terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum. O posseiro não deve ser confundido com o agregado [...] Não deve ser confundido com o arrendatário ou com o parceiro [...] Menos ainda deve ser confundido com o “grileiro” [...] O posseiro é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento da sua família [...] O mesmo não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade de seu trabalho. É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse. (MARTINS, 1990, p.103-104).

Ainda com relação ao posseiro, o mesmo autor afirma que há existência de posseiros no país como um todo, mas a maior concentração encontrava-se nos estados do Norte e do Centro-Oeste, principalmente no que foi definido como Amazônia Legal, como ressalta o próprio autor:

[...] em todos esses lugares o posseiro é sempre encarado como anomalia, como pessoa que está numa situação provisória, como alguém que está fora do lugar: não tem uma situação jurídica definida, nem o reconhecimento do Estado e das autoridades locais que o representam. Entretanto, há no Brasil perto de um milhão de estabelecimentos agrícolas de posseiros, o que deve corresponder a cerca de seis milhões de pessoas (MARTINS, 1990, p.105).

O trabalho de Martins (1990), conforme pode ser lido nas breves citações feitas acima centra a definição da categoria posseiro na fronteira privilegiando certa caracterização sociológica, a partir das suas próprias e incontestáveis pesquisas e no próprio reconhecimento legal e social da categoria do posseiro na fronteira.

Não obstante as preocupações do autor referido acima, o trabalho de Guerra (2001), discute e apresenta as variantes da categoria do posseiro na fronteira do Sudeste Paraense especificamente, perpassando por uma construção onde apresenta desde a importância da auto-definição, ou seja, a compreensão do posseiro por ele mesmo, conforme destaca o autor, aprofundando a categoria e entendendo a figura do posseiro da fronteira explicitando uma caracterização sociológica, jurídica embasada no reconhecimento legal e social e para, além disso, reforça uma caracterização política própria, diferente, por exemplo, dos projetos de

colonização dirigida, que apesar de buscar “preencher os espaços vazios” não alteram o quadro vigente de esquecimento dessa categoria e de uma possível reforma na estrutura agrária.

Essa caracterização política própria traz consigo conotações fortes e impregnadas de um futuro reconhecimento social e político crescente, pois os posseiros vão se organizando e criando estratégias para superação, não só do seu reconhecimento enquanto detentor de direitos do acesso à terra, mas como corpo social amplo organizando-se em associações, pensando a cooperação na produção e adiante ao final dos anos de 1980 a própria retomada dos sindicatos rurais na região.

Posto isso, os estudos de Jean Hébette, sistematizados em quatro volumes intitulados de “Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia” Hébette, (2004), sobre várias localidades ocupadas por posseiros e suas formas de resistência e conformação da luta pela terra na região, durante esse segundo período, nos permitem visualizar como se deram os embates do estabelecimento dos pequenos agricultores na mesorregião do sudeste paraense, as transformações ocorridas, o surgimento de novos movimentos sociais organizados do campo, bem como os pequenos lavradores posseiros resistiram e foram se organizando diante das ações promovidas pelo Estado e pelos próprios fazendeiros e latifúndios empresariais, no que diz respeito à questão agrária e fundiária, além de apontar alguns desafios para consolidação do campesinato na mesorregião do Sudeste Paraense.

Segundo Hébette et al. (2002), durante esse período foram deflagradas duas formas de ocupação da região, principalmente nas áreas de abrangência das rodovias PA-70, PA-150 e Transamazônica denominados como colonização oficial ou governamental e colonização privada.

A primeira forma, organizada pelo Estado, tendo como interlocutor central o INCRA, promoveu a instalação dos lavradores migrantes em lotes em sua maioria de 100 ha, conformando um modelo de ocupação que mais tarde viria a ser chamado de “espinha de peixe”, por conta da existência de uma via principal e inúmeras transversais onde eram alocadas as famílias. Essa forma de colonização também criou lotes maiores destinados às empresas agrícolas e grandes pecuaristas, de 500 a 3000 ha.

A segunda forma de ocupação, a colonização por meio de iniciativas privadas, se fez pelo empenho dos migrantes, pois eles mesmos demarcaram seus lotes a partir da ocupação de áreas devolutas ou áreas privatizadas dos antigos castanhais, ou ainda em áreas de grandes fazendas de criação de gado (HÉBETTE et al 2002). Logicamente não foram só os migrantes a instigar e compor a colonização de interesses privados. Já mencionou-se a investida dos grandes e médios fazendeiros, as empresas capitalistas latifundiárias, bem como, os denominados “Grandes Projetos”.

Grosso modo, pode-se afirmar que a primeira forma de colonização predominou ao longo da Transamazônica em direção a Oeste para Altamira, embora também ocorressem algumas experiências na área de Marabá. No entanto, na região de Marabá predominou a distribuição oficial de grandes áreas e incentivos para médias e grandes fazendas, por um lado, e a colonização por meio de iniciativas privadas, por outro.

A presença dessas duas formas de ocupações simultâneas na região de Marabá promoveu inúmeros conflitos entre os indivíduos ou grupos dos diferentes estratos representativos (migrantes posseiros, médios e grandes fazendeiros e a grande empresa latifundiária) que ocupavam a região com suas diferentes forças e estratégias políticas e econômicas na busca de uma fração de terra. Além desse tipo de enfrentamento, há de se registrar no período a presença incisiva formal do Estado, por intermédio de seus mecanismos de intervenção, tais como, leis, decretos e portarias, além da presença institucionalizada do poder executivo materializado nas diferentes instituições (INCRA, GETAT, SUDAM, IBDF), e das forças policiais repressoras (HÉBETTE, 2002 et. al., p. 173:178).

No decorrer dos anos de 1980, esse tipo de luta foi se reconfigurando, Hébette et al. (2002), evidencia que foram os próprios migrantes e as formas de organização associativa que permitiram a criação e a retomada de sindicatos independentes. Esse fato ampliou a possibilidade de estabelecimentos de um campesinato no Sudeste Paraense, pois atuou quebrando o isolamento das diversas frentes de conflitos dos posseiros e permitiu aos poucos estabelecer uma nova relação com o Estado, fazendo com que ele reconhecesse os mesmos como interlocutores formais.

Essas transformações são de primeira ordem permitindo uma guinada nas estratégias destes pequenos agricultores, soma-se a elas o fato da chegada no

início da década de 1990 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trazendo consigo na bagagem novas formas de organização social e de acordo com Pereira (2007), essas mudanças nos permitem delimitar, a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, a terceira fase na periodização da constituição do campesinato e na reconfiguração da luta pela terra na região, transformando a luta dos posseiros na luta dos sem-terra.

De acordo com, Oliveira et al. (2005), a partir da segunda metade da década dos anos de 1990, o Estado passa a ter uma ação mais contundente no que se refere ao apoio e estabelecimento dos pequenos agricultores na região, promovendo e implementando políticas públicas direcionadas a esse público, o que provocou modificações significativas no contexto regional.

As modificações são de diversas ordens, infra-estrutura em estradas, crédito produtivo e de apoio, fortalecimento das organizações e movimentos sociais do campo, na complexificação do quadro institucional, enfim, há uma clara reconfiguração no agrário regional, desde a investida na regularização fundiária até a disputa por espaços político-institucionais, é o que Medeiros & Leite (1999) chamou de um redesenho do espaço rural.

No âmbito institucional estatal federal em 1996 é criado provisoriamente o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, posteriormente em 1999 surge o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma secretaria específica direcionada aos “interesses” dos pequenos agricultores, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e em 1996 é criada a SR-27 (Superintendência Regional do INCRA), sediada em Marabá. A incumbência central era promover maior diálogo com os agricultores estabelecidos na região e implementar programas de apoio aos mesmos, por intermédio das diversas políticas públicas.

Vale ressaltar, que a tomada de decisão governamental de criar bases institucionais permanentes, tanto no âmbito nacional, como regional, está vinculado ao fato da forte pressão exercida pelos movimentos sociais e pela situação de conflitos vivenciados no agrário nacional e regional principalmente⁸.

⁸ Em 1996, ocorre na denominada curva do “S” da rodovia PA-150 no município de Eldorado dos Carajás, um dos maiores massacres de trabalhadores rurais sem terra, com 19 membros sendo assassinados brutalmente pela Polícia Militar do estado do Pará. Como já foi dito anteriormente também, é criada a Fetagri Regional Sudeste, ampliando a base organizativa das famílias por intermédio das suas Associações e Sindicato dos Trabalhadores Rurais vinculados à FETAGRI.

Concomitantemente ao esforço governamental, os movimentos sociais organizados do campo aumentam sua capacidade organizativa para influenciar e pautar as políticas e programas direcionados para os pequenos agricultores. No caso da região, o movimento sindical representado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Pará (FETAGRI/PA)⁹ resolve criar em 1996 a Fetagri Regional Sudeste, nesse mesmo período pode-se afirmar que ocorre a consolidação do MST na região, reforçando assim a capacidade organizativa da base dos pequenos agricultores e o diálogo com as instâncias tomadoras de decisão, no que se refere às ações prioritárias e de apoio à reforma agrária propriamente dita.

É também nesse período, a partir da segunda metade da década dos anos de 1990, que ganham corpo às políticas e programas de apoio aos pequenos agricultores, como afirmam, Oliveira et al. (2005), as políticas direcionadas à questão agrária nesse momento concentram-se em duas grandes frentes, a saber: (i) a política de acesso à terra, ou melhor dizendo, de regularização fundiária e (ii) as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, que são definidas como estratégicas pelo governo federal e que na região vão ganhar destaque em termos de recursos aplicados e acompanhamento por parte, tanto do Estado, quanto dos movimentos sociais organizados do campo.

São diversas as ações de programas e políticas públicas voltadas para a região e para o âmbito nacional como um todo, valendo destacar: o estabelecimento de uma linha de crédito produtivo específica aos agricultores familiares assentados: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “A”, a criação do primeiro programa de assistência técnica e extensão rural em 1998 e extinto em 2001, o Programa Lumiar, que posteriormente no ano de 2004 findou no programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), aos Assentamentos de Reforma Agrária em vigência até hoje contando com mais de 15 cooperativas técnicas de prestação de serviços para áreas de assentamento, além da decisão política da reestruturação da empresa estatal pública Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (EMATER/PA) com aporte de recursos financeiros e humanos, por intermédio de concurso público. Além disso, merece destaque o grande montante de recursos financeiros aplicados na recuperação e

⁹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.

abertura de estradas vicinais nas áreas do campo, a criação de programas de fomento à comercialização aos pequenos agricultores, as Agências Regionais de Comercialização (ARCOS), extintas, mas que possibilitaram a estruturação de uma rede de cooperativas e uma central agroindustrial de processamento e beneficiamento de frutas. Em 1998 inaugura-se uma política de educação do campo específica aos beneficiários da reforma agrária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), mais recentemente amplia-se a ação do próprio MDA, para além da SAF, materializada, a partir de 2003 com ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), instituindo em diálogo com os movimentos sociais organizados do campo e diversas outras instituições de pesquisa e desenvolvimento, o “Território do Sudeste Paraense¹⁰”, incorporado, a partir de 2007 como um dos “Territórios da Cidadania” beneficiados por inúmeras Políticas Públicas e Programas do governo LULA e com aporte de recursos financeiros para diversas ações de outros ministérios para além do próprio MDA.

Para se ter idéia das profundas transformações vivenciadas regionalmente, quanto ao processo de regularização fundiária e acesso à terra, o gráfico 1 abaixo relacionado, nos traz os dados da área total desapropriada para a criação de PAs e o número de PAs dos anos de 1987 a 2007.

¹⁰ Inicialmente eram sete os municípios que compunham o Território do Sudeste Paraense (Marabá, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Itupiranga, Nova Ipixuna, Eldorado dos Carajás e Parauapebas), quando da efetivação e conformação dos Territórios da Cidadania prioritários no segundo mandato do Governo LULA em termos de convergência e alocação de recursos, políticas, projetos e programas de governo foram incluídos mais sete municípios perfazendo um total de catorze (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia).

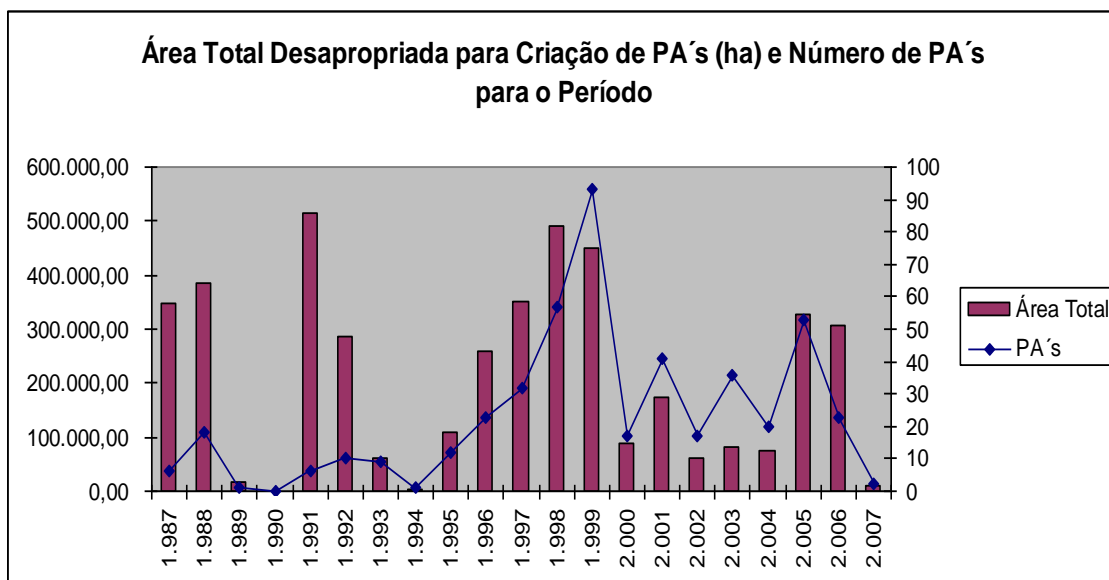


Gráfico 1: Área Total em (ha) desapropriada para criação de PAs e Número de PAs criados durante o período de 1987 a 07.

Fonte: Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA em Marabá/PA (SIPRA/SR-27), (HS, 2008).

Já o gráfico 2, nos traz os dados do número de PAs criados e o número de famílias assentadas para o mesmo período. O produto final do período são atualmente na área de abrangência dos 38 municípios da SR-27 do INCRA¹¹, sediada em Marabá, um total de 477 (quatrocentos e setenta e sete) assentamentos de reforma agrária, numa área de 4.404.494,00 ha (quatro milhões e quatrocentos e quatro mil e quatrocentos e noventa e quatro hectares) e um contingente de 60.361 (sessenta mil e trezentas e sessenta e uma) famílias assentadas.

¹¹ A área de abrangência de atuação da SR-27 do INCRA engloba toda a área das regiões Sul e Sudeste do Pará do estado, além de alguns outros municípios, a saber: Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Baião, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Pacajá (vale ressaltar, que esse município tem parte de seu agrário sob responsabilidade da SR-30, sediada em Santarém/PA), Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D`arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Felix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Tucumã, Tucuruí, e Xingua, contabilizando um total de 36 municípios.

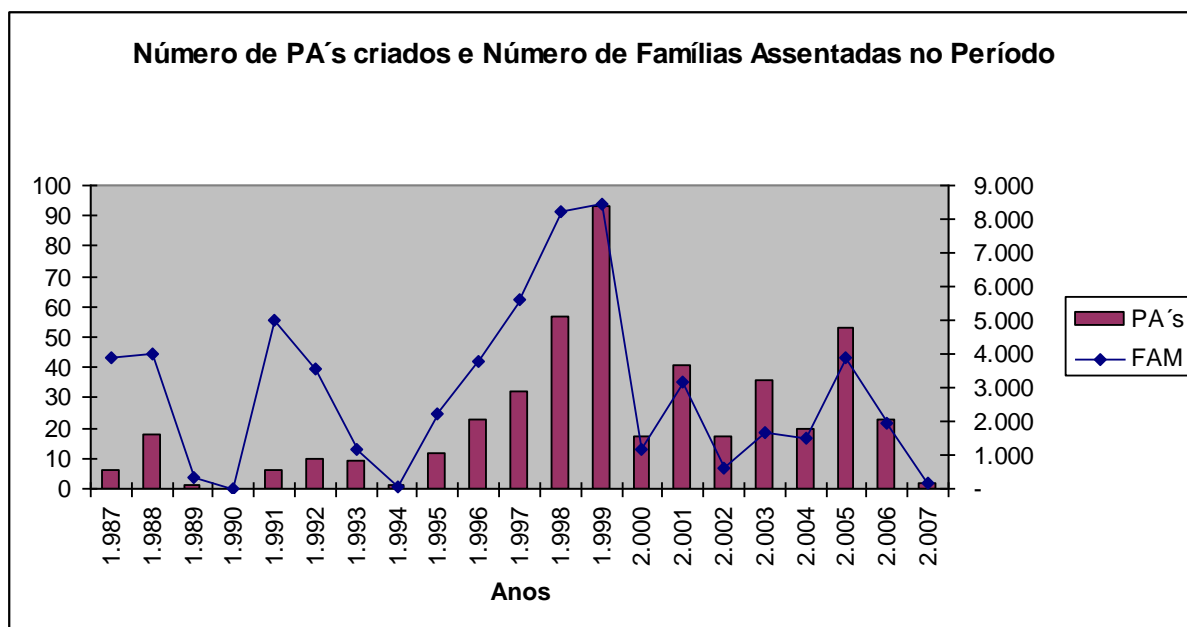


Gráfico 2: Número de PAs criados e Número de Famílias Assentadas no Período de 1987 a 07

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA em Marabá (SIPRA-SR/27), (HS, 2008).

Analisando detalhadamente os dois gráficos, percebe-se a descontinuidade, bem como as oscilações ao transcorrer desses últimos vinte anos, tanto no que se refere à área desapropriada, bem como número de assentamentos criados e o número de famílias assentadas.

Essas descontinuidades e oscilações são por diversos fatores, a saber: a distinta correlação de forças sociais e políticas entre os movimentos sociais organizados do campo e o Estado e os outros agentes locais que pautam diferentes estratégias de desenvolvimento para região; o próprio direcionamento de recursos financeiros destinados às ações de reforma agrária para o âmbito nacional e regional; a disputa e o acirramento entre os movimentos sociais, o Estado e os grandes proprietários de terras na região por melhores áreas de terra localizadas próximas aos municípios com melhor infra-estrutura de estradas, comércio e serviços, dentre outros.

Duas distinções são marcantes e merecem ser mais bem apreendidas para efeito de investigação, o primeiro grande período de criação de assentamentos (regularização fundiária) para região ocorreu entre os anos de 1988 e 1989, onde notadamente foram regularizadas as áreas já ocupadas anteriormente por posseiros, conforme descrevemos anteriormente. Aparentemente tratava-se de uma ação de

vanguarda, no entanto, foi justamente nesse período que foi criado no ano de 1985 o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), cujo cargo na época foi ocupado pelo atual deputado federal do estado do Pará, Jader Barbalho, que ao mesmo tempo regularizou áreas dos posseiros legitimamente ocupadas, mas também deu títulos de posse à grandes empresas latifundiárias, regularizando áreas estatais em nome de interesses privados, na maioria das vezes ligados às oligarquias regionais e nacionais e ao capital nacional e transnacional, complexificando e acirrando o quadro de disputa pela terra.

Durante os anos de 1990 a 1994 houve uma relativa estagnação, voltando a crescer em 1995 e com um grande boom para os anos de 1997, 1998 e 1999, pelos motivos já citados anteriormente, além disso, ocorre uma reconfiguração na organização dos trabalhadores rurais sem terra acirrando o enfrentamento ao Estado e às áreas devolutas e com documentação duvidosa, muito comum na região, o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), é marcado por inúmeros conflitos no âmbito nacional e regional.

Ainda com relação às modificações vivenciadas na região, outro elemento importante e notadamente transformador das relações sociais, econômicas e produtivas para a região é o aporte de recursos financeiros via os programas de crédito, no caso o PRONAF. Segundo dados do MDA/SAF os valores disponíveis para aplicação no Sudeste Paraense durante o período de 1999 a 2006, alcançaram a notável marca de R\$ 436.275.188,42 (quatrocentos e trinta e seis milhões e duzentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), entre financiamento de ações de custeio e investimentos nas áreas de agricultura familiar.

Revela-se assim um quadro altamente complexo e de diversas incertezas para o futuro, pois os números em si, não podem dizer por si só tudo sozinhos. É necessário aprofundar leituras da realidade do agrário regional, bem como saber de que forma as famílias assentadas estão se estabelecendo e quais as estratégias estão utilizando para sua reprodução social, econômica e produtiva nessas áreas. Nesse esforço insere-se o presente trabalho de pesquisa, lembrando estarmos diante de uma área notadamente reconhecida na literatura acadêmica como de fronteira.

3.2 O ROMPIMENTO DO “CICLO DE FRONTEIRA” E A ESPERANÇA DA REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA PRODUTIVA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE.

Tendo em vista, o contingente de assentamentos rurais estabelecidos na região Sudeste do Pará é fundamental e faz-se necessário pensar em trajetórias tecnológicas de uso da terra intensivo no sentido de uma possível especialização e/ou diversificação produtiva em atividades que incorporam e geram melhor apropriação dos meios de produção e dos próprios recursos naturais, ao contrário de trajetórias tecnológicas de terra-extensiva, via de regra, homogeneizadoras do espaço e pouco sustentáveis, em relação ao uso dos recursos naturais disponíveis.

No entanto antes de prosseguirmos, sucintamente vale destacar que a trajetória terra-extensiva não deve ser confundida com o processo de “pecuarização” que predominou no decorrer da ocupação do Sudeste Paraense. A frente de expansão camponesa que chegou à Marabá nas décadas de 1960 e 1970 deu-se num quadro de elevada instabilidade fundiária provocando, entre outras coisas, uma forte tendência à “pecuarização” e perpetuando uma estratégia tipo “ciclo de fronteira” (HURTIENNE, 1999). É plausível de se esperar que a regularização fundiária mais precoce e a injeção de créditos agrícola, de habitação e fomento, além de certa infra-estrutura em estradas, serviços e educação, mesmo que precárias, possam estar estimulando sistemas de produção mais complexos nos assentamentos.

Os dados apresentados por nós até aqui reforçam a análise de Velho (1972), para o caso de Marabá, qual seja, que na realidade empírica há casos em que diferentes tipos de frente de expansão se mesclam, ampliando a riqueza de situações que elas oferecem para a compreensão da frente em si, como de seu papel no interior do sistema global a que pertencem. A fronteira amazônica tem sido, na verdade, o inter-relacionamento entre frentes de expansão diversas, distinguidas em função das relações com a natureza e das relações de trabalho e produção que estabelecem.

Nesse momento, é preciso ressaltar, conforme destaca, Michelotti (2008), nos alertando para pelo menos dois novos desafios colocados à medida que os assentamentos e a terra são conquistados e que vão ao encontro de nosso problema e interesse de pesquisa: (i) refere-se à possibilidade de estabilização relativa do campesinato nessas áreas frente às condições político e econômicas

existentes de certa maneira melhoradas e (ii) refere-se a construção de uma autonomia relativa do campesinato perante o padrão de desenvolvimento predominante no agrário brasileiro e na região de estudo propriamente dita.

No caso do Sudeste Paraense esse processo de conformação de um contingente camponês como vimos anteriormente, vem acontecendo de maneira relativamente rápida nos últimos anos, com todas as conseqüências citadas ocorrendo de maneira intensa, sobretudo o “redesenho do campo”, a modificação da paisagem e de certa forma, a alteração dos sistemas de uso da terra e padrões produtivos da região. Esses processos precisam ser mais bem aprendidos por intermédio de investigações que consigam articular a dinâmica agrária-produtiva mais geral, em toda sua complexidade, com certos aspectos mais específicos que, embora mais limitados, mostram alta relevância para a compreensão desse conjunto, como por exemplo, o estudo das áreas de assentamentos e a dinâmica sócio-econômico-produtiva posta em práticas pelos estabelecimentos agrícolas familiares.

Uma das questões que vem assumindo uma centralidade nas discussões locais e regional é a sustentabilidade e estabilização dos assentamentos rurais, vinculada indissociavelmente às práticas relacionadas aos padrões produtivos e aos sistemas de uso da terra nos mesmos, como também nas áreas de médias e grandes fazendas, com o propósito de alavancar o desenvolvimento regional.

Tendo essa preocupação como central, Hurtienne (2001) realizou um estudo onde faz uma apresentação crítica de resultados de pesquisa relacionando agricultura familiar e desmatamento. Neste estudo o autor aponta a necessidade do redirecionamento das políticas públicas voltadas para os sistemas de uso da terra na Amazônia como uma tarefa fundamental para o desenvolvimento sustentável da região.

Utilizando dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1998) para desmistificar a visão ainda predominante sobre o atraso das formas diversas da agricultura familiar¹² na Amazônia, Hurtienne (2001) mostra que os usos mais eficientes das terras utilizadas no Pará são da agricultura familiar, cujo valor da produção por hectare foi de R\$ 246,00, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96,

¹² O autor justifica a análise dessas diversas formas de agricultura familiar, pois representam os sistemas de uso da terra mais importantes do ponto de vista do número de estabelecimentos agropecuários, do pessoal ocupado, do valor da produção total e, sobretudo do valor da produção vegetal na maioria dos estados do Norte.

superando o valor atingido pelos fazendeiros (R\$ 71,00) e grandes empresas (R\$ 40,00). Em que pese esse uso mais eficiente, o que isso significa em relação ao desmatamento e a adoção de sistemas técnicos de produção diversificados ainda é pouco claro e polêmico, sobretudo pela falta de um método apropriado de mensuração, da escassez crônica de estudos sérios e premissas duvidosas sobre o caráter da produção familiar (HURTIENNE, 2001).

Embora a responsabilidade do desmatamento da região não possa ser atribuída de maneira exclusiva aos assentamentos, estes também sofrem com taxas elevadas de antropização, seja pelo caráter das atividades produtivas e uso da terra posto em prática nos assentamentos, seja pela dinâmica produtiva regional imposta pelos grandes proprietários de terra, com foco na expansão da pecuária e implantação de pastagens, do reflorestamento com espécies exóticas como o eucalipto e a teca, ou ainda pelo monocultivo em larga escala, o que reforça a argumentação de que existem problemas e desafios a serem superados nos assentamentos do Sudeste Paraense.

Neste sentido, para uma análise da problemática da reprodução sócio-econômica produtiva dos assentamentos rurais da região é necessário considerar: (i) a grilagem histórica de terras e a permanente luta por novas áreas, o desmatamento para extração ilegal de madeira e abertura de novas áreas de terra; (ii) a conseqüente substituição de florestas nativas por cultivos anuais e pastagens acelerando um processo de pecuarização; (iii) a ausência de propostas abrangentes com caráter regionalmente conservacionista para o manejo dos poucos remanescentes de florestas nativas e, (iv) a ausência relativa de pesquisas sobre os sistemas de produção e usos da terra diversificados e complexos adaptadas para geração de referenciais técnicos locais e regionais.

Um elemento mais recente e importante para o entendimento da problemática do processo de pecuarização, desmatamento e sucessiva implantação de pastagens e cultivos anuais na região Sudeste do Pará é o sistema de crédito que:

[...] Apesar de recente na região O PRONAF, assim como o FNO-especial, tem funcionado de certa forma como um incentivador da pecuária [...]. A percepção que se tem é: há mais gente com acesso a terra praticando agricultura de corte-queima, então, é possível que há mais desmatamento e queimadas; há maior possibilidade de acessar o crédito, então, há maior chance de chegar ao gado e aumentar a implantação de pastagens (OLIVEIRA, et al.,2005, p. 362).

Michelotti e Rodrigues (2004), no artigo em que discutem os desafios para a sustentabilidade ecológica-ambiental integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá, destacam que o acesso ao crédito pelos camponeses do Sudeste Paraense, vem seguindo uma tendência de todo o estado. Teve uma importância econômico-produtiva significativa, mas ainda não está claramente delineada a possibilidade desse processo induzir inovações no sentido de aproximar a produção camponesa da agricultura sustentável.

Mesmo reconhecendo o potencial dos programas de crédito, verificou-se que estes não têm conseguido aliar a preocupação da viabilidade econômica à sustentabilidade ecológica-ambiental, na mesma proporção. Com o cerne da avaliação dos projetos de financiamento sendo feitos pelas próprias instituições financiadoras – BASA e Banco do Brasil – tem sido priorizado um conjunto de regras e procedimentos voltados a certa garantia de viabilidade econômico-financeira e esta entendida, sobretudo, como garantia de que os tomadores do crédito apresentarão capacidade futura de pagamento de suas dívidas. No entanto, não se tem o mesmo rigor e a mesma preocupação com a avaliação dos aspectos relativos à sustentabilidade ecológica dos projetos a serem financiados (MICHELOTTI, RODRIGUES, 2004).

É amplo o debate acerca da viabilidade e sustentabilidade sócio-produtiva da agricultura camponesa na Amazônia, bem como o posicionamento conceitual de diversas vertentes acadêmicas. Nesse momento trarei algumas indicações dos referenciais teóricos adotados para tratar o tema.

Sobre a viabilidade da agricultura familiar na Amazônia Hurtienne (1999), identifica e sintetiza as discussões elencadas nas pesquisas recentes, apresentando os principais resultados agrupados em duas visões divergentes, quais sejam: (i) a tese do “ciclo de fronteira” e, (ii) a da “estabilização relativa por intermédio da complexificação”. A tese do “ciclo de fronteira” considera a agricultura familiar como insustentável economicamente e ecologicamente por ser itinerante, supondo que os agricultores familiares abandonam suas terras periodicamente e migram para novas áreas reiniciando o ciclo de fronteira.

Já a tese da “estabilização relativa por intermédio da complexificação” supõe que nas áreas mais antigas de ocupação agrícola na Amazônia, os agricultores familiares vêm promovendo uma diversificação das suas atividades e padrões produtivos combinando sistemas de cultivos agroflorestais e perenes, temporários e

a criação de pequenos e grandes animais, além da pecuária de leite superando a prática da agricultura itinerante (HURTIENNE, 1999).

Analisando ainda, as diferentes trajetórias da agricultura camponesa¹³ de algumas zonas de estado do Pará, Hurtienne (1999) concluiu que a diversidade existente na agricultura familiar no estado não permite homogeneizar a análise em torno da tese do “ciclo da fronteira” ou da “estabilização relativa”. Contrariamente a isso, ele revela que essas duas teses misturam-se, predominando uma delas, dependendo das políticas públicas e do papel do Estado nessas áreas, da história de ocupação inicial e das condições agroecológicas do meio biofísico.

No caso do Sudeste Paraense é marcante o processo de pecuarização vivido pela agricultura familiar, o que pode ser verificado pelos dados do censo agropecuário de 1995-96, sistematizados por Costa (2000), onde o autor revela que:

[...] entre os camponeses apenas 8,42% do Valor Bruto da Produção Animal e Vegetal (VBP) provinha das lavouras permanentes, enquanto que 42,5% provinha da pecuária. Esse quadro é bastante diferente do Nordeste Paraense, onde os camponeses obtinham 19,31% do seu VBP das lavouras permanentes e apenas 5,77% da pecuária. Ou seja, no período entre o início dos anos 80 e meados dos anos 90, houve em Marabá realmente uma trajetória fortemente direcionada à pecuarização, atrelada à agricultura temporária de corte e queima (COSTA, 2000, p. 86).

Essa relativa predominância encontrada no Sudeste Paraense não significa, necessariamente, um fracasso da agricultura familiar. O próprio Costa (2000) evidencia que o papel importante da pecuária no Sudeste do estado é possível em função da maior área média dos estabelecimentos agropecuários familiares nessa região do que, por exemplo, no Nordeste Paraense (65 ha e 21 ha, respectivamente). Esse fator permite uma trajetória de uso da terra no Sudeste do Pará, que inclusive gera um rendimento líquido médio anual por trabalhador maior do que no Nordeste do estado (R\$ 615,89 contra R\$ 587,00, respectivamente).

As questões pontuadas acima dão pistas das possíveis trajetórias do campesinato em andamento na região, no entanto, não aprofundam sobre a capacidade de sustentabilidade sócio-econômico-produtiva dos diferenciados sistemas de uso da terra e dos padrões produtivos da região pensada em tempo futuro.

¹³ Durante o decorrer de todo texto tratarei agricultura familiar e agricultura camponesa como sinônimos, pois não é objetivo do presente trabalho realizar uma discussão sobre a diferenciação dessas categorias.

Os dados apresentados por Costa (2000), são concebidos a partir do Censo Agropecuário 1995-1996 e no caso da área média dos estabelecimentos agropecuários familiares abrangem para além dos assentamentos rurais, no entanto quando nos reportamos ao gráfico 03 abaixo relacionado, onde apresentamos a evolução da área média dos lotes das famílias assentadas, como exemplo, em sete municípios do Sudeste Paraense (Marabá, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Nova Ipixuna, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia), nesse caso a área média dos estabelecimentos para o período de 1989-1996 era de 52 ha, para 1989-1996 de 46 ha, no período de 1997-1999, onde ocorreu o maior número de criação de asamentos ficou em 36 ha, para o período seguinte de 2000-2002 voltou a crescer para 42 ha e permaneceu nesse patamar para o último período de 2003-2006.

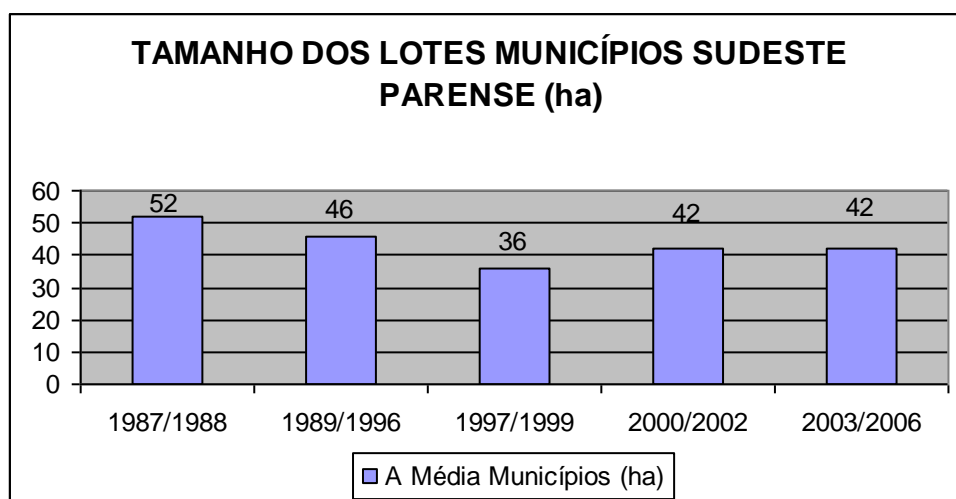


Gráfico 3: Área Média dos estabelecimentos familiares (ha) para sete municípios do Sudeste Paraense.

Fonte: INCRA/SIPRA-SR/27, atualizado até 05/04/2007.

Vale destacar, dialogando com os dados apresentados por Costa (2000), que para sete municípios¹⁴ do Sudeste Paraense as áreas médias dos lotes apresentadas em Michelotti et. al. (2007) ficam sempre abaixo dos 65ha e com defasagens significativas para todos os 5 períodos identificados por nós, sendo expressas em 20% menos para o primeiro período de 1987-1988, 32,3% menor para o segundo, para o período de 1997-1999 a área média é praticamente metade

¹⁴ Os municípios considerados para o cálculo dessa áreas média, são: Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, esse recorte se deve a serem as áreas de ocupação relativamente mais antigas da região e que possuem melhor infra-estrutura em malha viária, serviços e acesso à mercados em geral.

ficando com 47,6% menos área dos que os dados sistematizados do Censo Agropecuário de 1995-1996 e para os dois últimos períodos o decréscimo é de 35,3% na área média.

Tal constatação adiciona e justifica nossa preocupação em analisar com mais calma e profundidade em seus aspectos sócio-econômicos os sistemas técnicos produtivos em curso nos assentamentos rurais do Sudeste do Pará, mesmo porque, como já foi exposto anteriormente é inevitável não levar em conta o processo de pecuarização vivido na região e sua importância para reprodução social e econômica dos estabelecimentos agropecuários familiares também já foi amplamente justificada na literatura acadêmica.

No entanto, ao que nos parece, o trunfo do tamanho médio das áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares parece não ser tão forte assim para o caso dos assentamentos, isso, em hipótese alguma desqualifica ou diminui a importância das análises feitas por Costa (2000) e sim ajuda a problematizar, justificar nosso trabalho e a perceber como a dinâmica agrária e sócio-econômica em seus termos e escalas mais complexos e abrangentes se materializam em uma escala reduzida, no nosso caso específico o Sudeste Paraense e no que será o nosso objeto de estudo, o assentamento Palmares II, no município de Parauapebas.

Levando em consideração o estudo das localidades agrárias (comunidades rurais, assentamentos rurais) e, por conseguinte, tendo seu foco no da lógica de reprodução sócio-econômica produtiva ao âmbito do estabelecimento agrícola familiar, ou unidade de produção camponesa (lote) alguns trabalhos realizados no Sudeste Paraense são importantes para dialogar com o objetivo da presente pesquisa.

Em um desses trabalhos (GONÇALVES; TOPPAL, 1994), com o objetivo de avaliar a lógica das trajetórias de acumulação do patrimônio familiar dos pequenos produtores da região, buscando compreender as trajetórias sociais, econômicas e geográficas das famílias estudadas elegeram três localidades com regularização fundiária considerada estável para época do estudo e levaram em conta dois fatores para escolha das mesmas: o tempo de colonização e a facilidade/dificuldade de acesso.

Os autores (GONÇALVES; TOPPAL, 1994), elencam como problemáticas gerais, o entendimento acerca ao acesso e aquisição dos meios de produção e da própria terra, buscando compreender assim, os fatores de estabilidade e

instabilidade do estabelecimento agrícola familiar e por fim, a compreensão de como as diferentes formas de colonização existentes na região interferiram no processo de acumulação, findando ter um entendimento mais elaborado sobre os possíveis caminhos do desenvolvimento seguidos pelos estabelecimentos agrícolas familiares da região e as relações existentes entre o patrimônio acumulado, os sistemas de produção postos em prática por eles e o meio sócio-econômico envolvente.

As principais conclusões são centradas nas relações fortes existentes entre o meio sócio-econômico envolvente de cada localidade estudada e o próprio perfil dos estabelecimentos produtivos. De maneira geral, apontam os autores os fatores que contribuem para maior acumulação são o tempo de trabalho dispendido (acumulado) na terra e o próprio acesso à terra diante de sua trajetória de vida, ou seja, o quanto antes o agricultor pode conquistar seu pedaço de terra regularizado e reconhecido de alguma maneira reforçam a possibilidade da permanência (GONÇALVES; TOPPAL, 1994).

Com relação aos principais fatores de estabilidade e instabilidade, os mesmos estão relacionados, a idade apresentada pelo chefe da família e às questões infra-estruturantes, como proximidade da cidade, estradas, serviços e possibilidades de comercialização, outra questão crucial na época era a própria regularização fundiária, em muitos casos a permanência estava relacionada a certa instabilidade fundiária, o que não inviabilizava a acumulação do patrimônio, mas havendo regularização a tendência era de valorização e caso o patrimônio¹⁵ fosse inferior ao valor da terra regularizada fundiariamente, a família partia para novas áreas de ocupação.

Durante esse período outros trabalhos foram sendo realizados e problematizando, para além das questões fundiárias e de acesso às cidades, serviços, infra-estrutura, saúde e educação, as próprias características assumidas pelos sistemas técnicos-produtivos em curso no Sudeste Paraense ganham *locus* privilegiado na análise, pois à medida que as questões anteriormente citadas vão sendo solucionadas, mesmo que parcialmente, outras preocupações ganham a cena nas discussões acerca das possibilidades de reprodução sócio-econômica e produtiva dos agricultores estabelecidos na região.

¹⁵ O valor e a composição do patrimônio foram calculados levando em conta: as benfeitorias, os bens fora do lote, as ferramentas e o plantel de animais. Nesse sentido aparece a clara relação da possibilidade de permanência analisando-se a relação entre o valor da terra e o valor dos meios de produção.

Em um trabalho tido como referência, (REYNAL et. al., 1996), discute o processo de pecuarização vivido no Sudeste Paraense e o que ele denomina de "crise das pastagens", o que segundo o autor em certa predição levaria a inviabilização da permanência dos agricultores na região, por conta do esgotamento das possibilidades de expansão das áreas de pastagem (tamanho limitado dos estabelecimentos agrícolas para expansão) e conseqüente aumento do trabalho a ser empenhado na atividade da pecuária, além da simplificação da trajetória de uso do solo predominante no Sudeste Paraense, como sendo: Mata → Roça → Pasto.

Vale ressaltar, que os autores (REYNAL et. al., 1996), não negam a importância do gado, nem tampouco desconsideram a lógica reprodutiva assumida em termos de acumulação do patrimônio e trabalho empregado dos agricultores, mas colocam a "crise das pastagens", o processo de pecuarização e a simplificação de trajetórias produtivas como grandes entraves á estabilização dos agricultores na região, dessa forma, o tamanho das áreas limitado, a impossibilidade de implantação de cultivos anuais pela inexistência de florestas e capoeiras nas áreas e o crescente desmatamento levariam a exaustão o sistema técnico produtivo baseado na pecuária extensiva de corte e colocariam em cheque os estabelecimentos agrícolas familiares do Sudeste Paraense, perpetuando assim, uma estratégia tipo "ciclo de fronteira", ou seja, de certa maneira o processo de pecuarização acaba fazendo sentido e contribuiria para o deslocamento dos agricultores para novas áreas.

Outro estudo de referência na Amazônia Oriental realizado mais precisamente nos municípios de Paragominas e Uraim acerca das perspectivas ecológicas e econômicas da agricultura de base familiar foi formulado por (UHL; TONIOLO, 1996), onde os mesmos trazem em perspectiva e formulam a hipótese que a intensificação da agricultura de base produtiva familiar pode promover vantagens significativas sobre os sistemas técnicos tradicionais extensivos de produção agropecuária, tanto em termos de produtividade, como em renda líquida e geração de impostos e empregos. Eles utilizaram dados primários coletados em pesquisa de campo para mostrar como a disponibilidade de terra, mão-de-obra e capital afetaram a adoção de trajetórias terra-intensiva se tornaram viáveis ao menos em alguns casos.

Ainda com relação ao referido estudo, os fatores limitantes para o processo de intensificação da agricultura de base produtiva familiar são: mão-de-obra, terra,

capital e as próprias condições do meio biofísico, com destaque para os solos. Com relação à terra propriamente dita, quando a mesma torna-se escassa ocorre o declínio da produtividade provocado pela diminuição do período de pousio entre um plantio e outro, reduzindo assim o tempo disponível para reacumulação de nutrientes através da regeneração natural da vegetação (UHL; TONIOLO, 1996).

As principais conclusões apontadas pelos autores são as seguintes: o processo de intensificação da agricultura é mais lucrativo do que os tradicionais sistemas de produção embasados em trajetórias terra-extensiva, em especial na shift cultivation e corte-queima, no entanto, pontuam a necessidade de altos investimentos técnicos e financeiros, o que pode não estar disponível prontamente para o agricultor da base produtiva familiar, além dos próprios contratempos de base climática e riscos na comercialização. Comparativamente, a comunidade de Uraim isoladamente e considerada em sua totalidade gerou mais capital, mais empregos e impostos do que uma área do mesmo tamanho de pecuária extensiva de corte, no entanto a renda líquida de um único proprietário de fazenda de gado foi três vezes maior do que o retorno médio para os 69 estabelecimentos agropecuários estudados em Uraim (UHL; TONIOLO, 1996).

Especificamente mostraram que o valor da terra próxima de centros urbanos em crescimento pode aumentar pela pressão causada pelo interesse comercial de empresários urbanos, muito dos agricultores menos favorecidos e não bem sucedidos venderam seus lotes e migraram para áreas de fronteira mais a frente, onde, segundo os autores, irão atuar como catalisadores do processo na conversão de floresta em áreas de agricultura de corte e queima e eventualmente pastagens, por fim, apesar de ser um estudo de caso, as informações dessa comunidade podem ser usadas quantitativamente e até qualitativamente e nesse sentido as condições que permitem a intensificação da agricultura na Amazônia Oriental podem ser ampliadas, pois os modelos revelam que a substituição de práticas extensivas por outras mais intensivas na agricultura é vantajosa, mas impossível em áreas remotas da fronteira agrícola, na verdade a intensificação da agricultura ocorre em áreas de ocupação antiga apenas quando capital e tecnologia estão disponíveis e os mercados estão próximos das áreas produtoras, ou são acessíveis, na visão dos autores, (UHL; TONIOLO, 1996).

Diante de tamanha complexidade e diversidade de arranjos, possibilidades de permanência ou não dos agricultores nessas áreas reconhecidamente como de

fronteira, uma pergunta, a ser respondida pela presente pesquisa é investigar o que vem acontecendo agora na atualidade, ou melhor, se está ocorrendo uma ruptura do denominado “ciclo de fronteira”, haja vista, a presente pesquisa estar centrada no assentamento Palmares II, criado oficialmente pelo INCRA em 1996 e com condições atuais totalmente diferenciadas da maioria das anteriormente elencadas, pois se trata de um assentamento situado a 20 Km de Parauapebas, onde todo percurso até o mesmo ocorre por via asfaltada, há transporte coletivo e privado durante todo o dia praticamente, as transferências históricas de recursos são relevantes (crédito produtivo e créditos sociais), há energia elétrica na área da agrovila e nos estabelecimentos, proximidade com mercados e feiras são realidades para as famílias assentadas.

4 MÉTODO E INSTRUMENTAL: “O ASSENTAMENTO PALMARES II”

O Projeto de Assentamento Palmares II onde foi desenvolvida a pesquisa pode ser considerado como fruto da luta pela terra dos movimentos sociais organizados do campo com uma particularidade de ser organizado pelo MST, de acordo com (MONTEIRO, 2005; BRINGEL, 2006) as primeiras mobilizações, acampamentos e ocupações para sua conformação iniciam mais veementemente no ano 1994 e no dia 05 de Novembro de 1995 foi entregue definitivamente aos trabalhadores o ato de desapropriação da antiga fazenda para fins de reforma agrária e pouco mais de um mês depois, no dia 08 de dezembro de 1995, foi publicada a portaria de criação do PA Palmares II. No entanto, nos registros do INCRA-SIPRA/SR-27, a aquisição do imóvel para criação do assentamento consta em sua forma de obtenção, por intermédio da portaria INCRA nº 17 de 11 de março de 1996.

Segundo os dados do Censo Populacional do IBGE (2000), a população residente do município de Parauapebas era de 71.568 habitantes, com a maioria sendo residente da área urbana aproximadamente 83% do total, os outros 17% da população residem em áreas rurais, na contagem populacional de 2007 esse número subiu para 133.298 habitantes apresentando uma variação positiva da ordem de 86,25%.

Conforme já destacado anteriormente diversos estudos já mostraram como os estímulos pelo Estado, através de obras de infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícios, bem como a ocupação territorial pelos chamados “Grandes Projetos” impactaram a região a partir dos anos 1960-70 (ASSIS, et al., 2008 ; COSTA, 2000 ; DIEGUES, 1999 ; ALMEIDA, A. L., 1992).

Dessa forma, os elevados índices de violência, conflitos de terra, desmatamento e apropriações desiguais de recursos políticos, econômicos e naturais, decorrentes desse modelo de ocupação e colonização pensado para Amazônia, passaram a caracterizar negativamente a região Sudeste do Pará como um todo e podem ser considerados amplamente ilustrativos das contradições do modelo desenvolvimentista atual idealizado para a região do Sudeste Paraense.

Posto isso, mais do que a disputa e conflitos pela posse da terra e dos recursos naturais subjacentes, conformou-se na região uma disputa entre dois projetos de desenvolvimento regional. Um deles centrado em torno da mineração-

siderurgia associada aos grandes empreendimentos agropecuários patronais, voltados, sobretudo à pecuária extensiva; o outro ligado à reforma agrária e a uma produção agropecuária diversificada. A ação dos movimentos sociais ligados à luta pela terra passou cada vez mais a ampliar seu foco de ação, da mera luta por terra para a disputa por um projeto contra-hegemônico de desenvolvimento (MICHELOTTI, et al., 2010).

Nesse sentido, o tensionamento entre esses dois projetos está para além das banalizações midiáticas noticiadas nos canais de comunicação. Faz-se necessário aprofundar reflexões e estudos que possam esclarecer sobre possíveis trajetórias e rumos desses dois projetos. Dessa forma, sem desconsiderar essas disputas e a oposição, antagonismo e lógicas distintas entre as principais características dos respectivos projetos de desenvolvimento, Costa (2008), vem mostrando em suas pesquisas mais recentes que há uma clara inter-relação entre essas trajetórias e lógicas distintas de desenvolvimento materializadas nesses projetos que complexifica a análise. Buscando demonstrar essa situação, o autor construiu matrizes insumo-produto que permitem a observação da interdependência entre os diferentes componentes da economia regional, sejam, a produção minero-siderúrgica, a agropecuária e o campesinato, bem como seus transbordamentos externos e sua capacidade de retenção local de geração e incorporação de renda e circulação.

Destarte, analisando a evolução das matrizes insumo-produto entre os anos de 1995 e 2004, Costa (2008) evidencia que na base exportadora da economia regional, no caso do Sudeste Paraense, fortemente influenciada pela atividade ligada à mineração e siderurgia, tem prevalecido a ação de forças centrífugas (transbordamento econômico) em relação às forças centrípetas (retenção local). No entanto, mesmo frente a esse quadro geral negativo para a região, tem ocorrido um crescimento lento e continuado da capacidade de retenção da base de exportação, ligadas à complexificação e elevação da produtividade do agrário, inclusive a camponesa.

A presente pesquisa, de certa maneira, espera-se que reforce essa perspectiva, pois o assentamento Palmares II tem uma longa história de tensões e enfrentamentos com a mineradora VALE (antiga Companhia Vale do Rio Doce), cuja ferrovia atravessa a sua área e materializa e evidencia não só a disputa por área física, mas também por projeto de desenvolvimento regional.

Dotado de certa forma das mesmas preocupações que Costa (2008), o trabalho de (MONTEIRO, TEIXEIRA, 2006) busca compreender e analisar o papel da mineração exercido sobre a possibilidade de estabilização camponesa em quatro assentamentos localizados no município de Parauapebas, dentre eles, o assentamento Palmares II, apontando dinâmicas decorrentes da implementação e instalação dos grandes empreendimentos minerários.

Algumas conclusões foram tiradas, dentre elas reforça-se que tais projetos contribuíram para atrair um contingente populacional de origem camponesa, reforçando e aguçando a luta pela terra na região, da mesma forma, tais projetos acabam por retirar filhos dos assentados dos seus estabelecimentos, reduzindo assim, a força de trabalho disponível para sustentar a produção familiar. Por outro lado, contraditoriamente, evidenciam-se facilidades para comercialização de produtos oriundos da produção familiar da agricultura, devido à demanda crescente e o próprio aumento populacional do município de Parauapebas e a necessidade de abastecimento de um mercado local em ascensão, sendo assim, o trabalho concluiu indicando que, da interação com a mineração, surgem dinâmicas contraditórias no que concerne à estabilidade da produção camponesa nos assentamentos rurais estudados (MONTEIRO, TEIXEIRA, 2006).

Ainda com relação à relação mineração industrial e agropecuária familiar, (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2006), constataram que há influência dicotômica e contraditória da mineração sobre as trajetórias camponesas no sudeste paraense, uma vez que por um lado, amplia o volume e a diversidade da demanda de produtos da agricultura familiar, favorecendo a complexificação e diversificação da sua estrutura produtiva. Por outro, os maiores impactos da mineração nas trajetórias camponesas reforçam sua instabilidade, pois colaboram na atração da força de trabalho para outras atividades, alterando a disponibilidade na unidade familiar para realização de trabalho no lote, o que, notoriamente, é um dos pilares da reprodução e estabilidade da produção camponesa, além da própria interação cotidiana, pois segundo os autores, 55,06% dos agricultores entrevistados responderam que já sofreram ou tiveram problemas de ordem social, política, econômica e ambiental na relação com a VALE .

Dessa forma, nota-se que o município de Parauapebas possui um cenário contraditório, conflituoso e em franca ascensão do ponto de vista econômico e social, com inúmeras atividades sendo fomentadas e investimentos realizados, tanto

no urbano, quanto no rural, há notadamente um crescimento dos segmentos produtivos, serviços, indústrias e comércio. Para ilustrar com dados mobilizamos alguns indicadores do município e comparando-se com os números de Marabá, em tese, a cidade pólo mais bem estruturada do Sudeste Paraense, percebe-se a notoriedade que o município vem ganhando em termos de importância social e econômica para a região como um todo, como nos informa as tabelas 1 a 4, abaixo relacionadas.

Tabela 1: Empregos Gerados por Setor da Economia

<i>Empregos Gerados por Setor da Economia</i>				
Município	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Marabá	3.170	4.602	5.764	601
Parauapebas	3.867	1.259	8.069	94

Fonte: SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002)

Com relação à tabela 1, nota-se o grande número de empregos gerados no setor industrial e de serviços no município de Parauapebas suplantando Marabá, o que com certeza está relacionado com a presença da VALE e um pool de empresas prestadoras de serviços atraídas pelos altos investimentos e possibilidades de estabelecer relações contratuais com a mesma, além da prestação de serviços para o poder público municipal responsável pela terceira maior arrecadação do estado do Pará.

Tabela 2: Número de Estabelecimentos por Setor da Economia

<i>Número de Estabelecimentos por Setor da economia</i>						
Município	Agências Bancárias	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Marabá	10	126	41	493	226	1.853
Parauapebas	5	34	26	167	135	1.384

Fonte: SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002)

Quanto à tabela 2, apesar de apresentar números sempre abaixo do município de Marabá em estabelecimentos por setor da economia, nota-se a presença de um contingente elevado de estabelecimentos no setor rural e que apesar de não diferenciar o tamanho do estabelecimento demonstra a importância do setor.

Tabela 3: Rendimentos Diversos (R\$)

Município	Renda (R\$)			
	Renda Per Capita(1)	Renda de Rendimentos do Trabalho(1)	Renda Média do Chefe de Família(2)	Renda de Transferências Governamentais(1)
Marabá	188,59	74,58	614,27	8,85
Parauapebas	221,48	73,39	702,21	6,73

Fonte: (1)ADBH - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2)IBGE - Censo Demográfico (2000)

Em termos de rendimentos, observa-se de acordo com a tabela 3 acima a maior renda per capita fica com Parauapebas, bem como a renda média do chefe da família e em contraponto, as transferências governamentais são maiores em Marabá, aliás, se comparando com outros municípios da mesorregião do Sudeste Paraense, o município fica em primeiro lugar em termos desses dois indicadores.

Tabela 4: Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

Município	Índices de Desenvolvimento				
	IDHM	IDHM-Educação	IDHM-Longevidade	IDHM-Renda	Gini-Renda
Marabá	0,71	0,83	0,67	0,65	0,63
Parauapebas	0,74	0,84	0,70	0,67	0,67

Fonte: ADHB – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Por fim, observando-se a tabela 4, quando se compara os índices de desenvolvimento humano municipal, educação, longevidade e renda para as duas cidades, Parauapebas fica sempre a frente de Marabá, com exceção do índice de Gini-Renda, que apesar de maior indica maior concentração de renda e uma conseqüente pior distribuição, em relação à Marabá.

Sendo assim, o fato do assentamento Palmares II estar localizado no município de Parauapebas confere particularidades importantes a serem consideradas em quaisquer análises das possibilidades de reprodução social e econômica do campesinato, pois como já foi mencionado anteriormente, o fato de poder estabelecer relações econômicas e sociais com o meio envolvente anuncia contradições, mas com certeza coloca novas esperanças de acesso a créditos, mercados, serviços de saúde, educação, empregos temporários, dentre outros.

Voltando especificamente ao assentamento Palmares II, o acesso partindo de Marabá se dá pela rodovia PA-275 até Parauapebas e depois adiante mais 20 Km asfaltados até a Vila de Palmares II. De acordo com dados sistematizados da base do INCRA/SIPRA-SR/27 atualizados até 25/03/2008, compomos as tabelas 05 e 06 abaixo relacionadas, onde podemos observar que no total o município de

Parauapebas possui 07 PAs, presentes em sua área de abrangência, ocupando uma área de 122.574,05 ha, o que equivale a 17,49% da área total do município.

No caso do assentamento Palmares II, sua área compreende 14.921,89 ha, no entanto dessa área 150 ha foram destinados para área da Vila e aproximadamente 1.500 ha destinados a uma área de reserva coletiva restando 13.271,89 ha contando com 517 famílias assentadas, o que confere uma área média por família equivalente a 25,67 há. Vale ressaltar que os dados acima descritos são da base do INCRA-SIPRA/SR-27, a pesquisa de campo poderá aferir com mais precisão como está na atualidade a conformação da estrutura agrária do assentamento Palmares II, principalmente no que diz respeito ao número de famílias efetivamente assentadas e a área média dos estabelecimentos de cada família.

Tabela 5: Município estudado, Número de Assentamentos e Área Ocupada.

Município	A Município (ha)	Nº PA's	A (ocupada PA's em ha)	(%) A município ocupada por PA
Parauapebas	700.900	7	122.574,05	17,49

Fonte: Base de Dados IBGE (2008) e SIPRA-INCRA/SR-27 atualizado até 25/03/2008 – Organização do autor.

Tabela 6: Assentamento Estudado, Área, Número de Famílias e Área Média por Família.

PA	A Município (ha)	A (PA em ha)	Nº Famílias	A Média por Família (ha)
Palmares	700.900	13.271,89	517	25,67

Fonte: Base de Dados IBGE (2008) e SIPRA-INCRA/SR-27 atualizado até 25/03/2008 – Organização do autor.

No caso do PA Palmares II a situação inicial provocadora da ocupação da área, tratava-se, segundo Bringel (2006) de fixar as bases do MST, enquanto movimento social organizado e politicamente reconhecido no Sudeste Paraense, pois nos anos de 1989 e 1990 do século passado o MST tentou algumas incursões no Sul do Pará, mais precisamente em Conceição do Araguaia e não obteve êxito territorial físico, no entanto somou experiência política para poder imprimir uma nova dinâmica e um novo caráter à luta pela terra no Sudeste Paraense, em especial, sendo o assentamento Palmares II uma conquista emblemática dessa nova fase.

No que se refere a situação da cobertura vegetal do assentamento é a seguinte, de acordo com os dados da tabela 7, provenientes do estudo de Billard

(2008), onde por intermédio de imagens de satélite LANDSAT e SPOT adquiridas para os anos de 1986, 1992, 2001 e 2007 foi aferido acerca da cobertura vegetal e uso do solo do assentamento e no referido trabalho foi categorizada da seguinte maneira, incluindo áreas florestais, áreas de pastagens, pousios, plantações agrícolas, terra nua e água.

Tabela 7: Cobertura Vegetal no PA Palmares II

Período	A Floresta (ha) e (%)	A Florestadas Transformadas (ha) e (%)	Zonas Não Florestais (ha) e (%)
1986 - 1992	8700,68 – (61)	3159,48 – (22)	2750,72 – (16)
1992 - 2001	6763 – (48)	3169,72 – (22)	4237,12 – (30)
2001 - 2007	3161 – (22)	4959,16 – (35)	6045,76 – (43)

Fonte: Billard (2008) – Organização do Autor – HS.

As categorias acima descritas resultaram em três categorias finais, sendo elas, área de floresta, áreas florestadas transformadas para o período e zonas não florestais e resultado foi o seguinte, até 1992 o PA Palmares II contava com 61% de sua área coberta por floresta, nesse período 22% de áreas foram transformadas e 16% eram zonas não florestais. Para o período final observa-se até 2007, o seguinte quadro em tela, 22% da área total do assentamento encontra-se sob floresta, 35% das áreas foram transformadas e 43% são tidas como zonas não florestais, claramente houve um desflorestamento acentuado durante o período, agora o que isso tem haver com a dinâmica produtiva em curso no assentamento não foi objeto de análise da autora.

No caso do PA Palmares II, outro ponto a ser destacado é que a área da antiga fazenda deu origem a 03 assentamentos, o referido PA Palmares II, o PA Palmares I e o PA Rio Branco (BRINGEL, 2006; MONTEIRO, 2005). Dos 03 assentamentos, pode-se dizer que de certa forma, o único a apresentar uma dinâmica sócio-econômica e produtiva diversificada e com boa parte dos lotes ainda ocupada por agricultores é o PA Palmares II, da mesma forma, explicar quais fatores permitiram a suposta relativa estabilidade em Palmares II é parte fundamental e objetivo da presente pesquisa.

No mais, metodologicamente é preciso destacar que a presente pesquisa busca ter sua originalidade diante das problemáticas e objetivos traçados, mas de

certa maneira está inserida também num projeto de pesquisa mais amplo denominado AMAZ, pois alguns passos metodológicos já foram realizados permitindo a apropriação de resultados e dados parciais e que subsidiaram a presente pesquisa.

O projeto AMAZ contou com apoio financeiro da União Européia (UE) e é identificado pelo título de “AMAZ - Serviços Ecosistêmicos das Paisagens Agrossilvopastoris Amazônicas: Análise dos Determinantes Sócio-Econômicos e Simulação de Cenários”, a duração do mesmo foi de 3 anos e teve início no ano de 2007 e seu desfecho ocorreu agora no final de Dezembro de 2009. Resumidamente trata-se de um projeto interdisciplinar de pesquisa e com o objetivo principal de tentar estabelecer relações entre as práticas de gestão dos estabelecimentos agropecuários familiares e seus diferentes usos da terra com os denominados serviços ecosistêmicos resultantes de tais processos.

Ainda com relação ao projeto AMAZ, o mesmo ocorreu com desenvolvimento de pesquisas em 06 localidades da Amazônia Brasileira e Colombiana, no caso brasileiro são 03 localidades de estudo, a saber, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta-Piranheira, no município de Nova Ipixuna, o PA Palmares II, no município de Parauapebas, o qual será nosso objeto específico e o Travessão 338 Sul, localizado no município de Pacajá.

Tratava-se de um projeto interinstitucional, contando com o envolvimento de cerca de 70 pesquisadores de diversas instituições brasileiras, colombianas e francesa. A coordenação geral é exercida por Patrick Lavelle, do IRD/França, e a Coordenação no Brasil por Iran Veiga Jr., nos anos de 2007 e 2008 do NCADR/UFGA e no último ano do projeto em 2009 por Izildinha Miranda da UFPA.

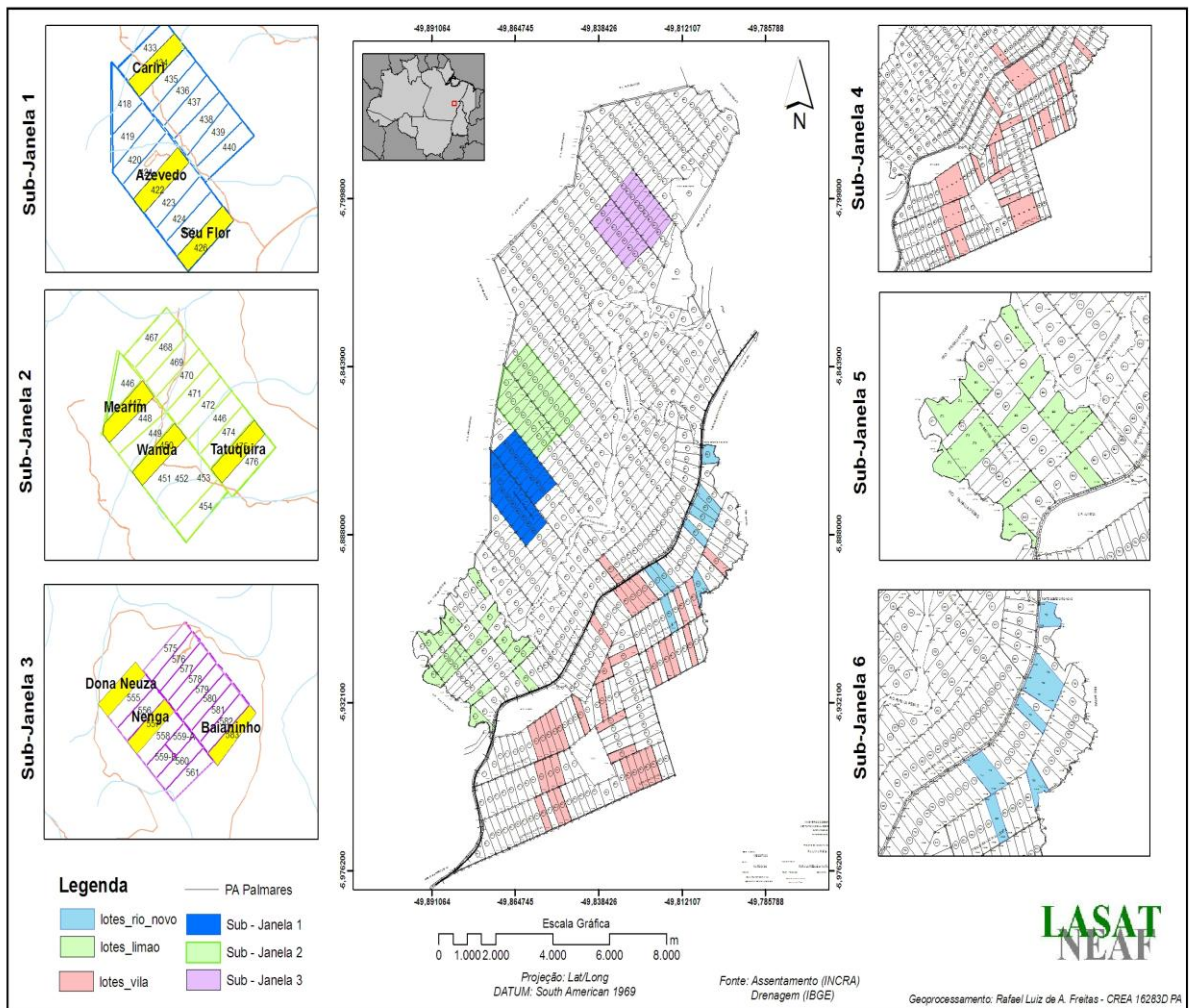
Os dados a serem utilizados na presente pesquisa, além das fontes mencionadas anteriormente, serão em sua maioria provenientes do grupo de pesquisa intitulado como da sócio-economia e produções, um dos cinco eixos estruturantes do projeto, sob coordenação de Xavier Arnaud de Sartre do CNRS/França e Bernard Hubert CNRS/França.

Vale informar uma rápida panorâmica acerca do formato geral do projeto, pois além do referido eixo de pesquisa da sócio-economia e produções, o projeto contou ainda, com um eixo que estudou a dinâmica das paisagens das áreas selecionadas para pesquisa e suas transformações ao longo dos anos, um terceiro eixo que é o dos sistemas de produção, bastante vinculado ao da sócio-economia, na verdade

esses dois eixos conformam um único no entendimento da equipe brasileira, um quarto eixo onde estão sendo estudados os diversos componentes da biodiversidade dos estabelecimentos familiares, tanto de animais, representado por invertebrados, como minhocas, e insetos, além de vegetais, contando com levantamentos detalhados de plantas e sua distribuição no espaço, com identificações florísticas e de cálculos de biomassa, além dos solos, com destaque para as propriedades físico-químicas, morfológicas, hidrológicas e meso e macrofauna do solo e por fim, um quinto eixo final que seria o da modelagem, com o objetivo de projetar cenários, a partir, dos dados levantados nos 04 eixos de pesquisa citados anteriormente e um último eixo denominado de “saberes locais”, cujo objetivo era dialogar com as comunidades envolvidas propondo intervenções, experimentos e práticas que pudessem ser úteis aos agricultores no sentido de conferir um melhor entendimento sobre os resultados do projeto.

Para as pesquisas do primeiro ano do projeto AMAZ em 2007 foram selecionadas em cada assentamento 03 áreas, o mapa 01, encontra-se abaixo relacionado, indicando os estabelecimentos agrícolas familiares selecionados para pesquisa, tanto da primeira fase executada no âmbito do projeto AMAZ, como da segunda fase específica do presente trabalho.

Cada área escolhida com 17 estabelecimentos agropecuários contíguos, totalizando 51 estabelecimentos pesquisados em cada assentamento/localidade. Para a escolha das áreas algumas convenções foram adotadas, afim de não ocorrerem discrepâncias absurdas, ou seja, buscou-se levar em consideração uma diversidade de situações, tais como: escolher áreas que possuíssem uma diversidade de paisagens e uma diversidade de usos da terra, evitar escolher áreas que, por exemplo, já fossem pastagens, antes mesmo do assentamento ser criado, da mesma forma evitar áreas que foram totalmente desmatadas pelos agricultores para algum uso, houve também a tentativa de escolher áreas onde a ocupação tenha ocorrido contemporaneamente. Além desses, vale ressaltar que a UFPA/Campus de Marabá desenvolve pesquisa nessas áreas há alguns anos, além de outras instituições, mas a decisão final da realização ou não da presente pesquisa passa pelo aval dos movimentos sociais representativos e organizadores dos assentamentos e dos agricultores como um todo, caso não haja concordância, não há pesquisa, acreditamos ser esse um ponto importante a ser ressaltado.



Mapa 1: Localização das áreas selecionadas e estabelecimentos agropecuários selecionados no âmbito do Projeto AMAZ e no Segundo ano de pesquisa no assentamento Palmeares II representando as seis sub-amostras.

Fonte: UFFPA/NCADR/LASAT, 2009 – Dados Projeto AMAZ, 2007 e Pesquisa de Campo 2009.

Da mesma forma que tentou-se uma amostra que não contesse enviesamentos iniciais comprometedores para os resultados da pesquisa, algumas decisões acabam por direcionar de certa forma a amostra, como por exemplo, as condições iniciais ecológicas de ocupação dos estabelecimentos agropecuários, ponto esse que retornaremos adiante quando da apresentação dos dados coletados e dos resultados da pesquisa.

A pesquisa no ano de 2007 centrou esforços em coletar dados acerca da sócio-economia dos estabelecimentos selecionados e das paisagens dos 51 estabelecimentos selecionados em cada assentamento. O objetivo ao final do ano seria escolher dentre eles, 3 de cada área que seriam representativos dos 17 estabelecimentos, dessa forma ao final do ano de 2007, cada assentamento teria 09

estabelecimentos agropecuários selecionados e com uma tipificação sócio, econômico e produtiva realizada.

No segundo ano de 2008, as pesquisas acerca da biodiversidade de plantas, solos e animais, bem como um acompanhamento mensal da gestão econômica e produtiva dos estabelecimentos agropecuários foram realizados somente nos 09 estabelecimentos escolhidos do primeiro ano, ou seja, um total de 27 estabelecimentos, sendo 09 no PAE Praia Alta-Piranheira; 09 no PA Palmares II e 09 no Travessão 338 Sul em Pacajá.

A partir dos dados coletados no âmbito dos 51 estabelecimentos agropecuários familiares em trabalho de campo no ano de 2007 para os aspectos sócio-econômicos e produtivos algumas impressões iniciais podem ser discutidas e no caso da presente pesquisa é base para as investigações posteriores que foram realizadas durante o período de Outubro, Novembro a Dezembro de 2009.

Com relação a área dos estabelecimentos dos 51 agricultores pesquisados no assentamento Palmares II nota-se pelo gráfico 04 abaixo, que o tamanho da área não apresenta grandes variações, tendo a maioria dos lotes em torno de 25 a 28ha.

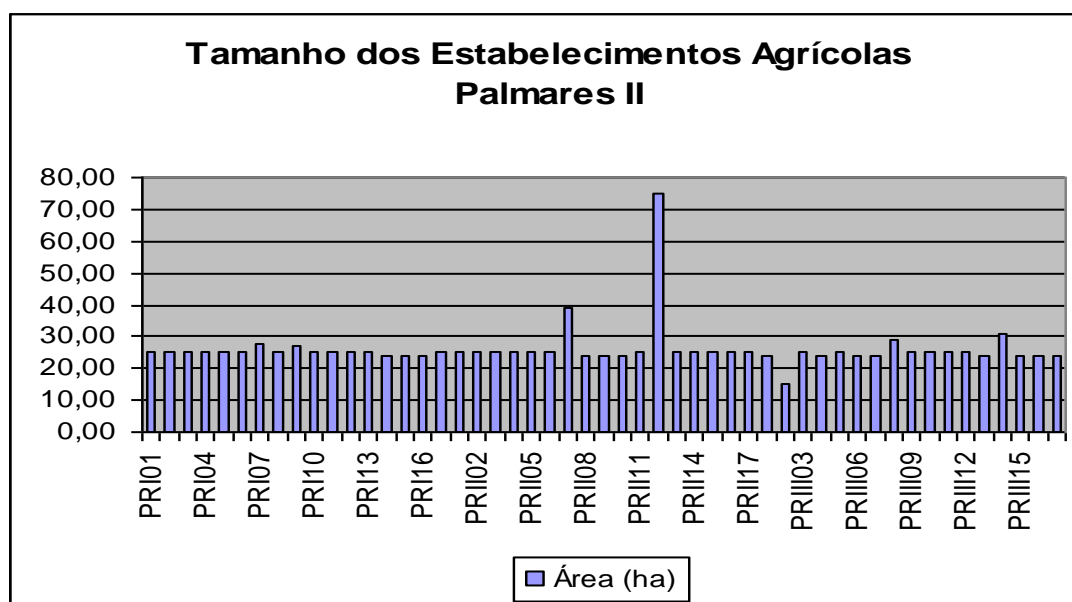


Gráfico 4: Área média dos 51 estabelecimentos agropecuários pesquisados na primeira fase da pesquisa.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007/2008, dados sistematizados pelo autor.

Sabendo-se que a criação oficial do assentamento ocorreu no ano de 1996, no entanto, conforme ressalta, Monteiro (2005), as primeiras providências discutidas

no âmbito coletivo dos assentados foram discussões e tomada de providências acerca da infra-estrutura social, tais como: escola, posto de saúde, constituição da agrovila, construção de casas para moradia, agroindústrias e energia, a maioria dos agricultores permaneceram no espaço da agrovila e posteriormente, cerca de 1 a 2 anos depois as terras foram oficialmente demarcadas e os agricultores foram trabalhar em seus respectivos estabelecimentos individuais.

Foi nesse momento que segundo, Monteiro (2005), foi discutido com a base assentada e lideranças do MST e aprovado pelos agentes financiadores (BASA e Banco do Brasil) um projeto de crédito coletivo via PROCERA, disponibilizando, 4 tratores, 6 caminhões, 1 fábrica de laticínios, 1 fábrica de farinha, 1 usina beneficiadora de arroz, 1 fábrica de ração, além de gado leiteiro, suínos, peixes e aves. A idéia central era fomentar uma grande estrutura coletiva de produção, o que segundo o próprio autor findou não levando aos resultados esperados inicialmente.

Dito isso, percebe-se analisando o gráfico 05 abaixo que a maioria dos assentados, 37 dos 51 pesquisados estão no lote entre 8 a 11 anos, ou seja, são os mesmos agricultores que conquistaram a terra e permanecem exercendo sua reprodução sócio-econômica e produtiva em seu estabelecimento de origem.

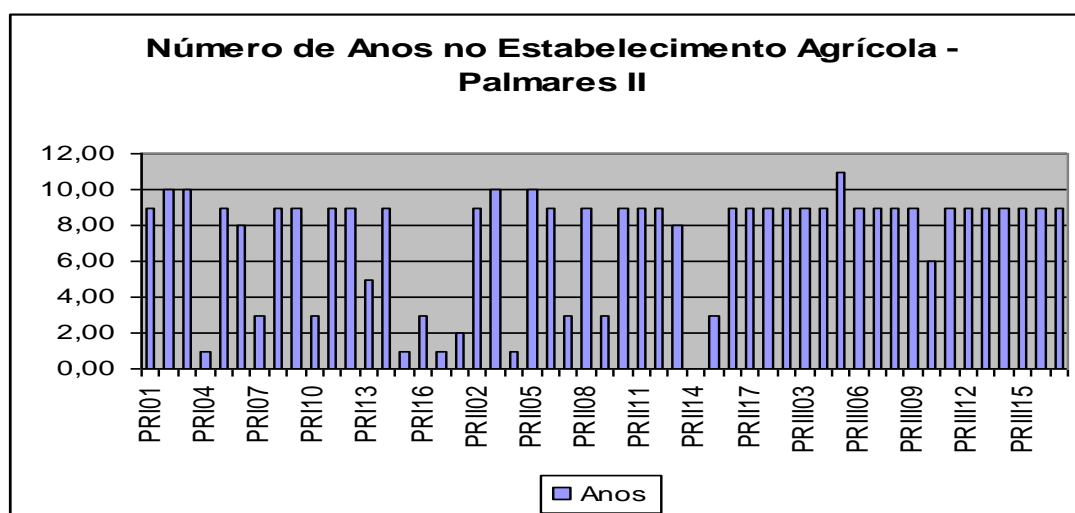


Gráfico 5: Anos de Ocupação das 51 famílias inicialmente pesquisadas na primeira fase da pesquisa. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007/2008, dados sistematizados pelo autor.

Ainda dentro do universo pesquisado inicialmente, em relação ao uso do solo verifica-se após esse período de ocupação anteriormente mencionado, que há ainda um elevado número de estabelecimentos, 34 dos 51 (67%), com uma significativa área de floresta, em torno de 40% do tamanho do estabelecimento (gráfico 06)

Verifica-se também em seguida a presença significativa de pastagens e cultivos anuais, com variações de acordo com a estratégia produtiva posta em prática pelos agricultores.

Outra questão que chama atenção é praticamente a ausência em termos de área ocupada por cultivos permanentes, na maioria dos casos não significa uma ausência total, mas sim que os mesmos são cultivados ao redor de casa, conformando pequenos sítios, mas que possuem elevada diversidade de espécie e chegam a ser significativos como se pode observar no gráfico 7 em alguns casos.

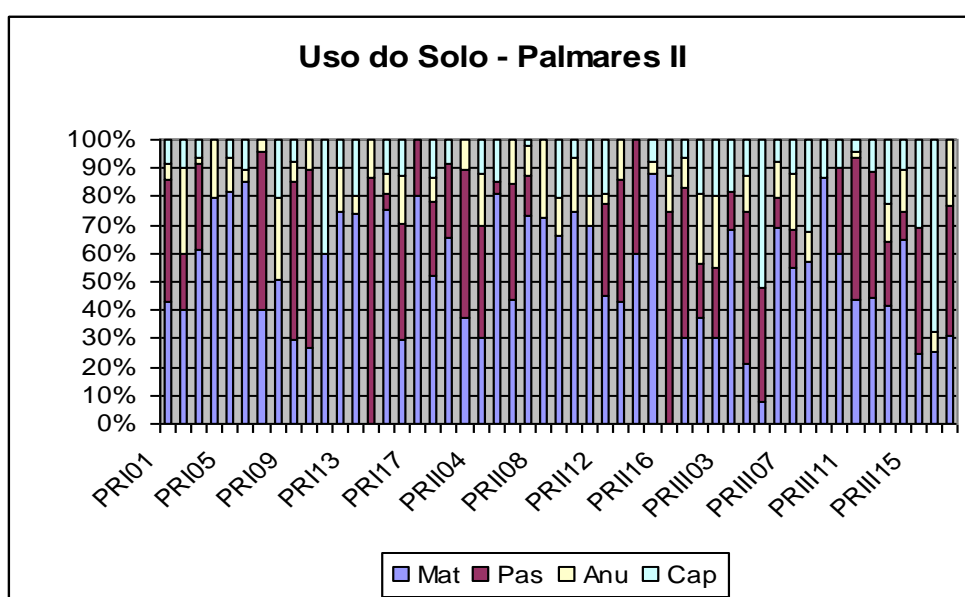


Gráfico 6: Uso do Solo nos 51 estabelecimentos familiares pesquisados na primeira fase da pesquisa. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007/2008, dados sistematizados pelo autor.

Por fim diante dessas análises preliminares, apresenta-se o gráfico 7, abaixo relacionado, evidenciando a composição do Produto Bruto Agropecuário Total¹⁶, percebe-se uma forte concentração nos cultivos anuais, sendo 31 dos 51 agricultores, ou seja, 63% do total, proveniente dos cultivos anuais, seguidos por 14 dos 51, aproximadamente 27% tendo a atividade da pecuária de leite principalmente como principal atividade e por fim, um pequeno número de 4 dos 51 agricultores, cerca de 8,5% tendo no extrativismo sua principal composição do Produto Bruto Agropecuário Total.

¹⁶ O cálculo do Produto Bruto Agropecuário Total será apresentado a seguir.

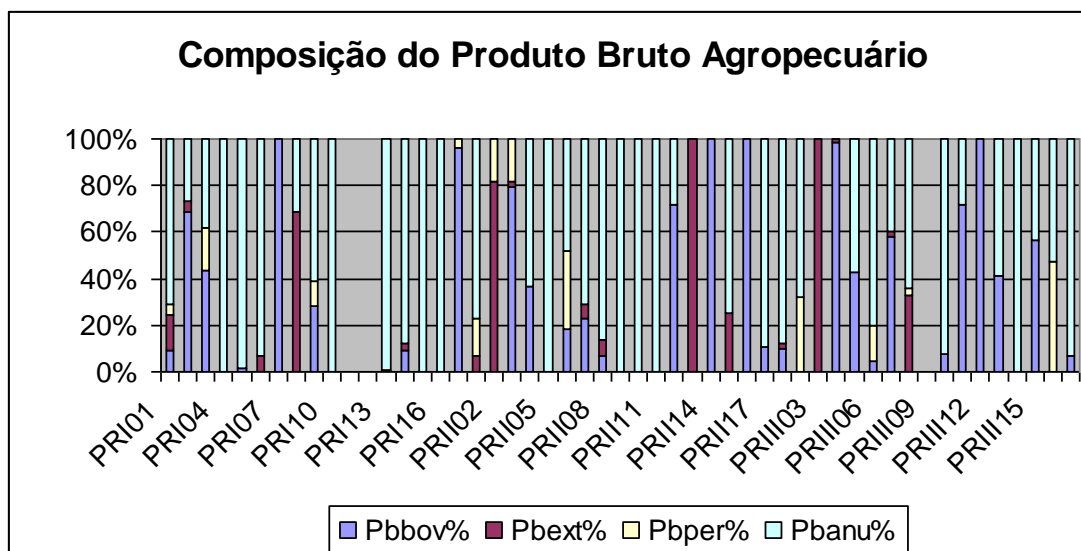


Gráfico 7: Produto Bruto Agropecuário Total dos 51 estabelecimentos familiares pesquisados durante a primeira fase da pesquisa.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007/2008, dados sistematizados pelo autor.

Sabendo-se que o universo do assentamento Palmares II é composto por 517 famílias aproximadamente, o número de 51 elementos estabelecimentos agropecuários, enquanto representatividade de amostragem é limitado e não traduz a dinâmica socioeconômica produtiva do assentamento como um todo, além do mais as condições iniciais ecológicas de partida onde estão assentadas essas famílias, da mesma forma, não são representativas da realidade do assentamento em questão, pois como já mencionamos anteriormente parte das famílias receberam seus lotes em áreas de pastagem (cerca de 40% dos agricultores) e conforme destaca o trabalho de Billard (2008), aproximadamente no ano de 2007 se tem 22% da área do assentamento coberta por floresta, 35% em florestas transformadas (capoeira e juquira em diversos estágios de desenvolvimento) e 43% de zonas não florestais (pastagens, solo exposto e áreas alagadas).

Nesse sentido, talvez possa ser um pouco precipitado a partir da amostra tecer considerações e tirar conclusões sobre o assentamento Palmares II em sua totalidade, no entanto, a presente amostra pode ser emblemática de uma certa trajetória terra-intensiva em curso no assentamento apresentando alguns trunfos e que tentaremos evidenciar com a pesquisa de campo, por intermédio de entrevistas qualitativas, aplicação de questionário em outras áreas do assentamento, além de outros condicionantes e políticas estruturantes que vem permitindo a reprodução dessas estratégias e que estão além do estabelecimento agropecuário em sua unidade isoladamente tratada.

Da mesma maneira, algumas outras indagações observando dados qualitativos coletados em pesquisa de campo no ano de 2007 e já em 2009¹⁷ e os próprios dados quantitativos inicialmente coletados surgem, pois há um grande contingente de famílias no assentamento que comercializam sua produção na Feira do Produtor em Parauapebas, segundo o informante são entre 50 a 70 famílias que semanalmente levam seus produtos à feira com o apoio de 3 caminhões disponibilizados pela Secretaria Municipal de Produção Rural (SEMPROR) em parceria com a Prefeitura Municipal de Parauapebas e a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares II (APROCPAR).

Outra questão bastante nebulosa e recorrente tanto na pesquisa inicialmente realizada, quanto nas entrevistas mencionadas, refere-se aos projetos de crédito produtivo (PROCERA, FNO-Especial e PRONAF), pois segundo os informantes 90% das 517 famílias assentadas, aproximadamente 465 famílias acessaram o crédito. Destarte, investigar sobre como e em que se deu aplicação desses créditos faz-se necessário para melhor compreensão da dinâmica sócio-econômica produtiva do assentamento Palmares II.

Sendo assim, busco aprofundar com base nas entrevistas qualitativas semi-estruturadas e aplicação de questionários a investigação em três frentes principais e que somadas ao trabalho inicialmente desenvolvido, acredito conformar um melhor quadro acerca das estratégias adotadas de reprodução sócio-econômica e produtiva dos estabelecimentos familiares no assentamento Palmares II como um todo, a saber: (i) mapear e quantificar a produção dos agricultores que comercializam seus produtos na Feira do Produtor em Parauapebas, (ii) investigar estabelecimentos agrícolas onde as famílias foram originalmente assentadas em áreas de pastagens em outras áreas/regionais e (iii) levantar dados e informações consistentes sobre os projetos de crédito financeiro acessados pelos assentados e parcerias públicas, observando as principais atividades produtivas financiadas e seus desdobramentos para a reprodução sócio-econômica e produtiva do assentamento Palmares II como um todo.

¹⁷ Entrevistas em trabalho de campo realizada com a direção da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares II (APROCPAR).

4.1 QUALIFICANDO “O OLHAR SOBRE PALMARES II” - SEGUNDA FASE DA PESQUISA DE CAMPO

Durante a segunda fase da pesquisa de campo realizada com o propósito de atender objetivos específicos referentes ao meu trabalho, além das entrevistas qualitativas semi-estruturadas acompanhei durante dois dias a equipe técnica da Cooperativa Técnica de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS) Regional Parauapebas. Na aplicação do questionário base para o diagnóstico do Território do Sudeste do Pará, essa iniciativa da referida COPSERVIÇOS estava inserida num projeto mais amplo em parceria com o INCRA/SR-27, UFPA/Campus de Marabá e UFPA/NCADR/LASAT e dentre os 378 (trezentos e setenta e oito) PAs atendidos no ano de 2009 pelo serviço de ATES aos Assentamentos de Reforma Agrária do INCRA, o assentamento Palmares II era um dos locais onde estava sendo realizado o presente diagnóstico.

Conforme, mencionado anteriormente durante as duas idas em que acompanhei a equipe técnica da cooperativa e em visitas ao escritório da mesma na sede do município de Parauapebas/PA pude ter acesso ao material coletado na aplicação dos questionários em Palmares II, colaborar na organização e sistematização dos dados e ter contato com um número maior de agricultores do assentamento, vale ressaltar que o questionário¹⁸ utilizado era basicamente o mesmo do projeto AMAZ, o que de certa forma facilitou a sistematização e identificação de agricultores e regionais dentro do assentamento de meu interesse específico.

Dito isso, nesse segundo momento da pesquisa consegui selecionar mais 62 (sessenta e dois) estabelecimentos agropecuários de agricultores de três áreas diferentes e que não foram contempladas na pesquisa do projeto AMAZ na amostra de 51 estabelecimentos, a saber: 17 (dezesete) agricultores do “Fundo da Regional Limão” e mais 45 (quarenta e cinco) estabelecimentos da Regional Estrada do Rio Novo e Regional Vila, sendo 9 (nove) lotes da primeira área (Rio Novo) e 36 (trinta e seis) da segunda área (Vila).

É importante ressaltar que dentre os 51 (cinquenta e um) estabelecimentos agropecuários pesquisados no âmbito do Projeto AMAZ na primeira fase da

¹⁸ O questionário utilizado pela equipe técnica da COPSERVIÇOS foi basicamente o mesmo utilizado no âmbito da pesquisa do Projeto AMAZ, com algumas pequenas alterações, mas que não são relevantes e nem alteram o conteúdo a ser extraído dos mesmos e encontra-se em anexo.

pesquisa, 34 (trinta e quatro) deles pertenciam à Regional Limão e 17 (dezessete) encontram-se entre a Regional Limão e a Regional Três Voltas e, além disso, eram três grupos de 17 (dezessete) estabelecimentos contíguos, o que pode ser encarado como uma exigência metodológica do projeto AMAZ, por conta da particularidade do estudo da dinâmica das paisagens e das transformações na biodiversidade animal e vegetal que eram interesses específicos do projeto.

No nosso caso, não foi possível identificar outras três amostras com o mesmo número de 17 (dezessete) estabelecimentos contíguos totalizando 51 (cinquenta e um) agricultores, por diversos motivos, dentre eles a escassez de tempo para pesquisa de campo deve ser considerada como um impedimento forte e decisivo, vale lembrar que o projeto AMAZ foi desenvolvido durante três anos (2007, 2008 e 2009), sendo assim, nosso objetivo foi muito mais identificar áreas que de certa maneira não foram contempladas na amostra e na análise dos dados do projeto AMAZ para que pudéssemos ter uma amplitude maior na análise dos dados da dinâmica dos sistemas produtivos em curso no assentamento Palmares II e buscar aferir grandes tendências produtivas do assentamento conjugando elementos e dados ao nível dos estabelecimentos agropecuários e qualificá-los com questões e ações estruturantes, sejam elas, créditos financeiros produtivos historicamente relevantes destinados ao assentamento, tanto no âmbito coletivo, como individual e ações de políticas públicas e parcerias estabelecidas com o poder público nas diferentes esferas, federal, estadual e municipal.

Dessa forma, do ponto de vista da análise e apresentação dos resultados trabalharemos a partir de agora com um universo de 113 (cento e treze) estabelecimentos agropecuários divididos em seis sub-amostras, sendo 3 (três) iniciais do projeto AMAZ totalizando 51 (cinquenta e um) lotes, onde duas estão localizadas na Regional Limão e uma na interface da Regional Limão e Três Voltas e outras 3 (três) totalizando 62 (sessenta e dois) lotes, onde 17 (dezessete) estabelecimentos estão localizados na Regional Fundo do Limão¹⁹, 9 (nove) na área do Rio Novo e 36 (trinta e seis) na área da Vila, totalizando assim, 113 (cento e treze) estabelecimentos agropecuários que balizarão nossas análises.

¹⁹ Achamos importante selecionar agricultores dessa área, por conta do isolamento que assolou os mesmos até 2004 antes da construção da ponte sobre o Rio Parauapebas, sendo essa barreira física responsável por deixar os agricultores cerca de 20 Km distantes da área da Vila. Hoje com a ponte a distância foi encurtada para cerca de 5 a 8Km dependendo da localização do lote do agricultor.

Para além da amostra dos 113 (cento e treze) estabelecimentos agropecuários, pude acompanhar por duas semanas a dinâmica da Feira do Produtor Rural de Parauapebas, onde à posteriori, mobilizarei dados mostrando a relevância da Feira para os assentados em Palmares II e a significativa importância e influência de Palmares II na movimentação econômica e produtiva da mesma, além disso, pude acompanhar dentro do assentamento a rota dos três caminhões disponibilizados duas vezes por semana pela Prefeitura de Parauapebas para transporte de feirantes e produtos até a Feira do Produtor na sede no município de Parauapebas.

No mais, vou também utilizar dados obtidos em entrevistas qualitativas e semi-estruturadas, onde consegui entrevistar a direção atual da Associação de Produtores e Comerciantes do Assentamento Palmares II (APROCPAR) e mais 9 (nove) agricultores das áreas e regionais do Fundo do Limão, Rio Novo e Vila com o objetivo de compreender historicamente o papel e a influência do crédito produtivo ao longo dos anos de 1996 até os dias atuais em suas diferentes modalidades (PROCERA, FNO-Especial e PRONAF) na conformação dos atuais sistemas produtivos e uso da terra em curso no assentamento Palmares II.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados de campo foram sistematizados em uma planilha do programa Excel 2003 e as análises serão apresentadas em sua maioria em gráficos do tipo “Box Plot”, que segundo, (MOTTA, 2006, p.47-50) é um tipo de gráfico que objetiva apresentar diversas informações sobre o comportamento dos dados sob forma compacta, além disso, a apresentação dos dados diante do uso do referido instrumento tem como finalidade principal transmitir o padrão ou a tendência geral da informação do que se quer analisar .

A utilização desse instrumento está inserida no campo da estatística descritiva e baseia-se numa medida de tendência central, ou medida de posição, largamente difundida, conhecida e utilizada que é a mediana (md). Sucintamente, a mediana é o valor que ocupa a posição central quando todos os valores da série estão dispostos de forma ordenada (crescente ou decrescente) quanto à sua magnitude, dessa forma traduz-se numa medida de tendência central que não é afetada por valores extremos (MOTTA, 2006, p.33).

A seguir iniciaremos a apresentação dos dados, tanto os coletados no âmbito da pesquisa do Projeto AMAZ nos anos de 2007 e 2008 para as sub-amostras identificadas nos gráficos *box plot* como AMAZ 1 (Regional Limão), AMAZ 2 (Regional Limão) e AMAZ 3 (Parte da Regional Limão e Parte Regional Três Voltas), bem como os dados coletados em pesquisa de campo realizado pelo autor em 2009 em três regionais identificadas nos gráficos abaixo como Fundo Limão, Rio Novo e Vila. Os primeiros dados apresentados abaixo nos gráficos 08, 09 e 10 são referentes ao tamanho médio (área) dos estabelecimentos agropecuários em hectares e o tempo de permanência das famílias dos agricultores nos lotes em anos para as seis sub-amostras.

Antes mesmo de tecer comentários acerca dos gráficos acima relacionados é preciso esclarecer alguns elementos importantes para compreensão e interpretação dos mesmos e dos que virão adiante. Nesse sentido, a mediana da série de dados é representada pelo traço vermelho e pela linha horizontal central de cada caixa das sub-amostras e os quartis inferior Q1 ou P25 e superior Q3 ou P75, pela linhas inferior e superior que delimitam a caixa.

Segundo Motta (2006), a mediana apresenta uma estimativa e possibilita a leitura de uma tendência central, assim como, a altura da caixa possibilita a

estimativa da variabilidade geral dos dados (P75-P25), representando assim, 50% dos valores da série dos dados. Vale lembrar, que a posição da mediana seja ela estando central ou mais próxima a um dos quartis indica a presença ou não de assimetrias nos dados da série em questão.

Por fim, as linhas verticais que saem da caixa servem como elo de ligação entre os valores mais centrais e os extremos da série, em séries simétricas, essas linhas verticais representam geralmente os valores mínimos e máximos, já na presença de assimetrias é usado um algoritmo de recolhimento das linhas verticais para observações mais próximas e apresentação de valores extremos, (MOTTA 2006, p.50).

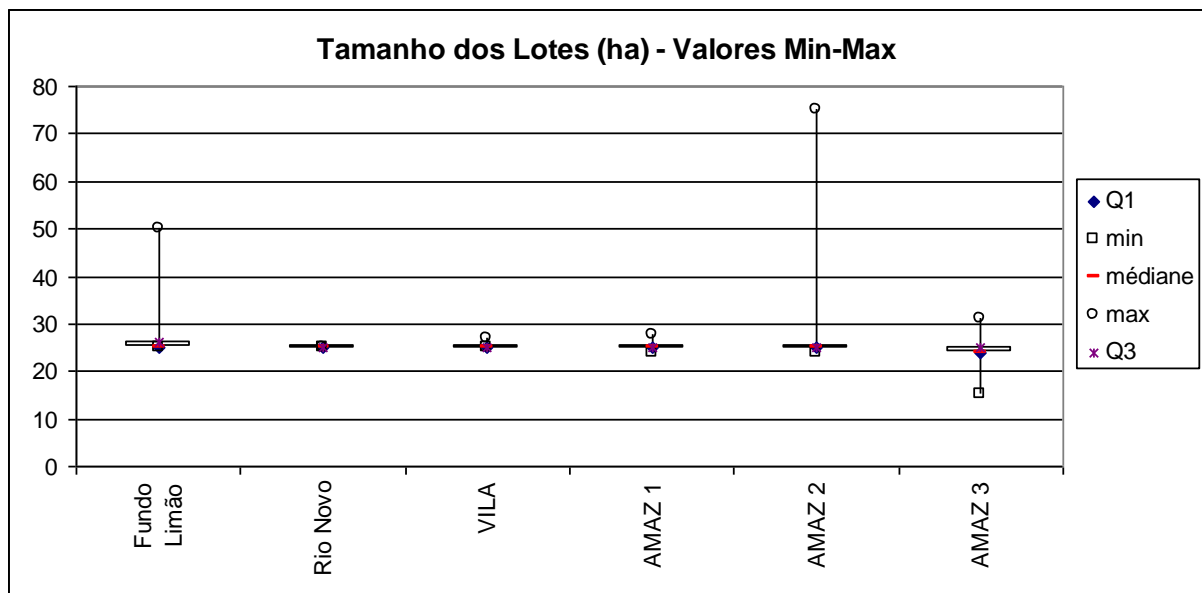


Gráfico 8: Tamanho Dos Lotes (ha) nas 06 Sub-amostras do Assentamento Palmares II com destaque para os valores mínimos e máximos encontrados.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

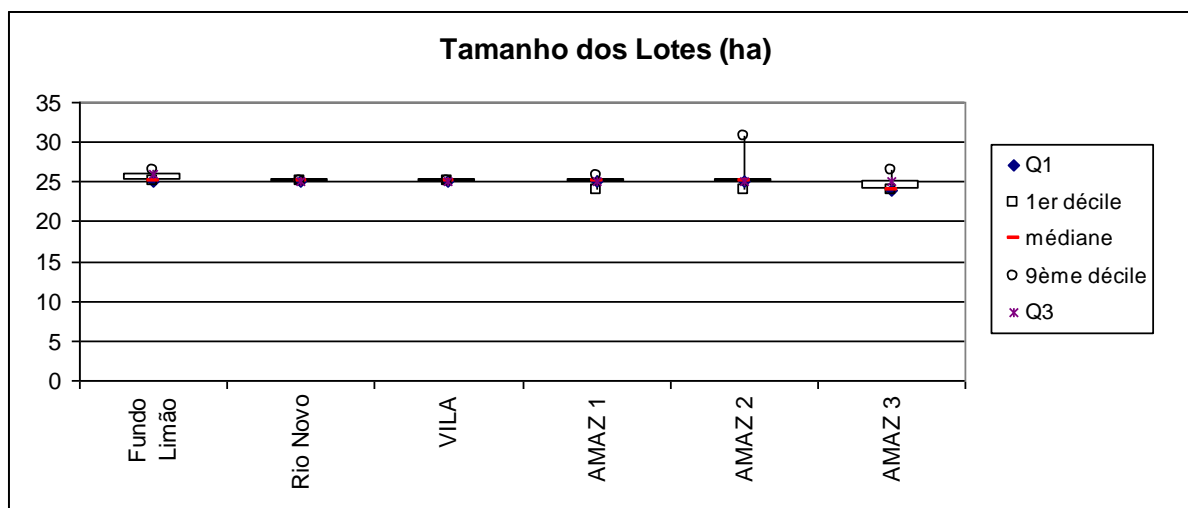


Gráfico 9: Tamanho dos Lotes (ha) nas 06 Sub-amostras do Assentamento Palmares II.
 Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com relação ao tamanho dos lotes podemos afirmar que de maneira geral a amostra dos 113 (cento e treze) estabelecimentos agropecuários do assentamento Palmares II é bastante homogênea e com pouquíssimas variações, no gráfico 08, apresentamos a variação em relação aos valores mínimos e máximos encontrados para as amostras e em tela verifica-se que a mediana para as sub-amostras é de 25ha, com exceção da AMAZ 3 que ficou com mediana de 24 ha, além disso vale destacar que na regional Fundo do Limão encontrou-se um lote de 50 ha, na sub-amostra AMAZ 2 um lote de 75 ha e na AMAZ 3 um lote com 15 ha e outro com 30 ha.

Já o gráfico 9 nos apresenta um quadro mais claro retirando esses valores isolados extremos, tanto os mínimos, quanto os máximos e que de certa forma saem do padrão do tamanho dos lotes do assentamento com um todo e percebe-se que 4 das sub-amostras, sendo elas, Rio Novo, Vila, AMAZ 1 e AMAZ 2 não possuem variações significativas e todos os lotes tem o tamanho de 25 ha, com exceção dos já mencionados anteriormente e a variabilidade dos dados da amostra é praticamente inexistente para essas sub-amostras e nas regionais Fundo do Limão e AMAZ 3 há uma variação, mas que da mesma forma, é pouco significativa, pois a altura das caixas é bastante semelhante e para o caso da regional do Fundo do Limão a variação fica entre 25 ha e 26 ha e na regional do AMAZ 3, que está localizada entre a regional Limão e Três Voltas a variação fica entre 24 e 25 ha.

Outra observação e dado fornecido a partir do gráfico 10 são as aferições de primeiro decil e nono decil, os decis são valores que subdividem a amostra de dados em dez partes iguais, há, portanto nove decis, o primeiro decil que aparece no gráfico 10 e aparecerá daqui por diante na maioria dos gráficos é o valor da amostra na qual 10% dos dados está abaixo dele e o nono decil é o valor no qual 90% dos dados estão abaixo dele e um décimo (10%) está acima dele.

Uma primeira ponderação a ser feita é que essas pequenas variações aparecem por um motivo óbvio, pois nas pesquisas de campo não medimos com técnicas de agrimensura o tamanho dos estabelecimentos agropecuários e, além disso, os dados foram coletados por intermédio de preenchimento dos questionários por entrevista com o “chefe da família” e em alguns casos com a família como um todo, sendo assim pequenas variações sempre aparecerão, mesmo porque muitos dos agricultores conferem a medida e o tamanho dos lotes por técnicas de medições de seus saberes próprios, o que não significa que não são válidas, pelo contrário na maioria das vezes estão sempre muito próximas ao tamanho real da propriedade e eles acabam por convencionar essas medidas como orientadoras.

Com relação ao tempo de permanência dos agricultores em seus lotes, tendo em vista a criação do assentamento ser oficialmente datada do ano de 1996, arrisca-se afirmar analisando os dados do gráfico 10 abaixo relacionado que Palmares II apresenta um quadro relativamente estável, pois em duas das seis sub-amostras não há variação significativa, que são a regional da Vila e a AMAZ 3, com predominância de 13 anos e 11 anos respectivamente quanto ao tempo de permanência, sendo assim, muito provavelmente esses 53 agricultores (36 da regional da Vila e 17 da regional AMAZ 3) são os mesmos desde o início do assentamento, o que de pronto já significa aproximadamente 45% do total da amostra.

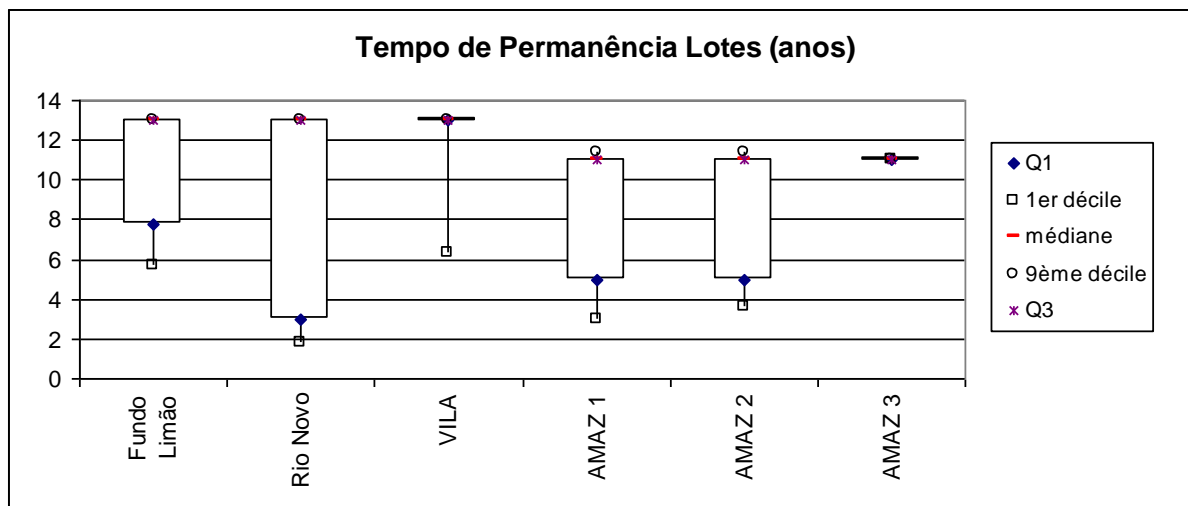


Gráfico 10: Tempo de Permanência nos Estabelecimentos Agropecuários (anos) nas 06 sub-amostras do Assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Ainda em relação ao gráfico 10, faz-se necessário algumas considerações, dos 17 estabelecimentos agropecuários da Regional Fundo do Limão 50% deles estão entre 8 e 13 anos no lote, já na Regional Rio Novo os 50% dos agricultores possuem uma certa variação significativa estando residindo entre 3 anos e 13 anos, no que diz respeito à sub-amostra AMAZ1, 50% dos agricultores residem entre 5 e 11 anos no lote e 25 % deles entre 3 e 5 anos, quanto à regional AMAZ 2 da mesma forma que em AMAZ 1 50 % dos agricultores estão nos lotes entre 5 e 11 anos, no entanto, vale reforçar que em forças de análises de estimativa de uma tendência central as três primeiras sub-amostras Fundo do Limão, Rio Novo e Vila apresentam tempo de permanência em torno de 13 anos e as outras três AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 revelam tempo de permanência no estabelecimento agropecuário de 11 anos.

Acreditamos que essas duas informações referentes ao tamanho dos lotes em hectares e tempo de permanência dos agricultores nos lotes em anos são importantes de evidenciarmos logo de início em nossa análise, pois podem apresentar certa dinâmica geral do assentamento Palmares II da permanência ou não dos agricultores em suas terras originalmente conquistadas, principalmente, quanto à existência ou não de reconcentração de terras e venda de lotes da reforma agrária.

Com relação a essas duas questões, podemos qualificar melhor nossas análises mobilizando dados obtidos nas entrevistas realizadas com a direção da

APROCPAR e com os próprios agricultores e nesse sentido apresenta-se o seguinte quadro: em 2005 houve uma primeira reconfiguração das famílias assentadas, onde 56 (cinquenta e seis) famílias foram legalizadas junto ao INCRA e colocadas em Relação de Beneficiário (RB) da Reforma Agrária, ou seja, 56 lotes foram reconhecidos oficialmente, tanto na legalidade institucional junto ao INCRA, como na legalidade social se podemos chamar assim, que é o reconhecimento social perante o assentamento e sua organização social que essas novas famílias devem conseguir, pois há uma política clara dos dirigentes do assentamento que para ser oficialmente reconhecida no corpo social do assentamento uma família nova que chega deve ter permanência de no mínimo três anos no assentamento e colaborar e ser atuante nas atividades e funções coletivas do assentamento com um todo, não só no campo produtivo, mas na organização social, educação, transporte, debates e problemáticas coletivas do assentamento, dentre outras questões.

Isso ocorre principalmente por força dos debates e discussões realizados no âmbito social do MST como um todo, pois dificilmente se consegue impedir uma venda de lotes, mesmo sendo um lote destinado para fins de Reforma Agrária, pois os motivos pelos quais se chega a essa decisão fogem dos objetivos dessa pesquisa e podem estar relacionados não só ao fracasso da permanência, mas há problemas de saúde, relações de vizinhança, parentesco, valorização e acúmulo do patrimônio familiar e aquecimento no mercado de terras, enfim, há uma série de fatores que podem contribuir para que ocorra a venda dos lotes.

Ainda com relação a essa questão por ocasião de vendas e trocas de estabelecimentos agropecuários, para esse ano de 2010 há um contingente de aproximadamente 80 famílias a serem reconhecidas e legalizadas junto ao INCRA, onde permanece a mesma estratégia mencionada anteriormente, sendo assim pode-se afirmar que há uma relativa permanência da grande maioria dos agricultores inicialmente assentados, pois somando-se as 56 inicialmente reconhecidas em 2005 mais as 80 a serem reconhecidas nesse ano de 2010, totalizando 136 famílias, o que equivale a 26% das 517 famílias originalmente assentadas, ou seja, cerca de 74% das famílias permanecem compondo o quadro de agricultores em Palmares II.

Quanto à reconcentração de terras identificamos por intermédio das entrevistas 8 casos reconhecidos e conhecidos oficialmente no assentamento Palmares II e junto ao próprio INCRA-SR/27 de Marabá, sendo duas reconcentrações de 3 lotes, ou seja, há dois lotes no assentamento com 75 ha e seis

reconcentrações de dois lotes, o que significa seis lotes com 50 ha, inclusive dois deles identificados por nossa amostra de dados, um de 50 ha na sub-amostra Fundo do Limão e outro de 75 ha na sub-amostra AMAZ 2. Esse número relativamente baixo se deve ao trabalho de massificação e organização social intensa promovido pelas lideranças e dirigentes do próprio MST com os agricultores, mas com certeza há outros fatores relacionados com a permanência e não reconcentração de terras, tais como, o acesso a serviços diversos, infraestrutura privilegiada, transporte, educação, mercados e o próprio uso da terra como um todo e dinâmica produtiva posta em prática nos próprios estabelecimentos agropecuários familiares, sendo esses dois últimos fatores tratados a seguir balizando nossa análise pelos gráficos 11 a 15, abaixo relacionados.

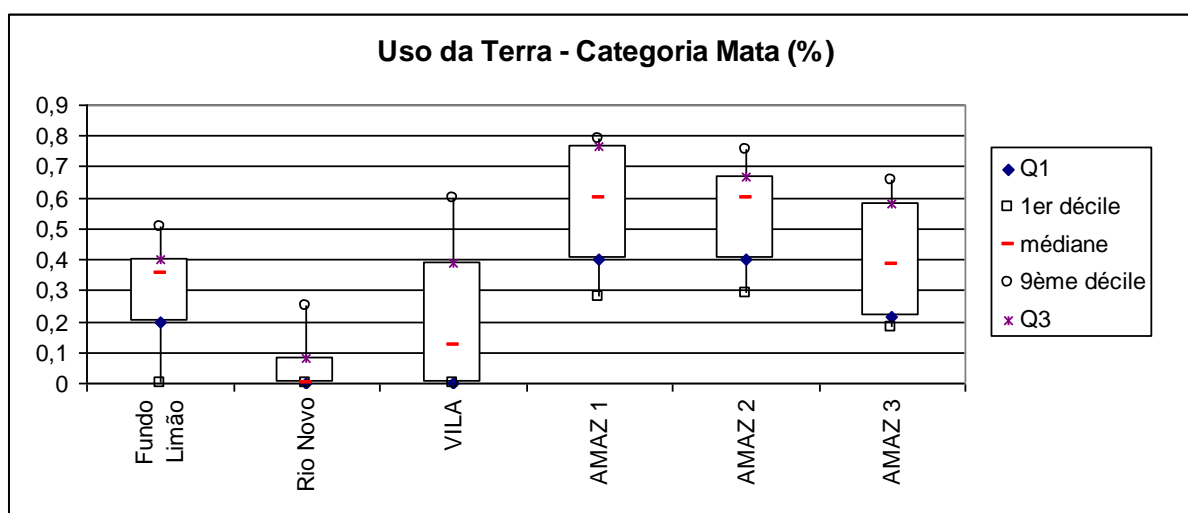


Gráfico 11: Uso da Terra para Categoria Mata nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com relação ao uso da terra para categoria-Mata são observadas diferenças claras nas 06 sub-amostras dos 113 estabelecimentos agropecuários pesquisados. No caso da Regional Fundo do Limão a tendência central apontada pelo gráfico 11 é de 35,3% de mata para sub-amostra, na Regional Rio Novo é 0%, na Vila em torno de 12% da cobertura vegetal dos lotes pesquisados é de mata e com relação às outras três sub-amostras AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ, temos os valores de 60%, 60% e 38,4% respectivamente, lembrando que esses valores são indicados pela mediana das sub-amostras indicando uma tendência central das mesmas e desconsiderando valores extremos, além disso, percebe-se em tela, uma clara diferença entre as três

primeiras sub-amostras (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila) e as outras três (AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3).

Quanto às diferenças apresentadas, uma primeira observação é sobre certa condição ecológica inicial de partida diferenciada entre as sub-amostras, pois nas sub-amostras AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 os lotes onde os agricultores foram assentados eram em sua maioria cobertos por Mata, isso de certa forma também ocorre na Regional Fundo do Limão que faz parte da mesma regional das sub-amostras AMAZ 1 e AMAZ 2.

Ainda com relação ao gráfico 11 podemos identificar algumas variações internas às próprias sub-amostras, com destaque para Fundo do Limão contando com 50% dos estabelecimentos possuindo entre 20% e 40% de mata, na sub-amostra do Rio Novo apesar da tendência geral ser praticamente 0% de mata, há um contingente de 50% dos estabelecimentos entre 0% e 8%, da mesma forma na sub-amostra Vila, também há uma certa variação interna significativa com 50% dos lotes entre 0% e 38,75% e cerca de 25% possui entre 28,75% e 60%, o que apesar de termos uma tendência central com pouco mata em torno de 12% da cobertura vegetal dos lotes, dentro da sub-amostra possui uma variação relativamente significativa a ser considerada.

Dentre as outras três sub-amostras, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 a presença da mata é bem mais marcante se comparadas às outras três anteriores e com pouca variação, em AMAZ 1 e AMAZ 2 a mediana e com isso a tendência central é exatamente a mesma, com pouca variação entre elas, pois em AMAZ 1 50% dos lotes possuem entre 40% e 76,4% de mata e em AMAZ 2 50% entre 40 e 66,7% de mata. Já em AMAZ 3, há uma maior variação, pois a tendência central está muito próxima a sub-amostra do Fundo do Limão, mas 50% apresentam uma variação inferior à AMAZ 1 e AMAZ 2 e um pouco superior ao Fundo do Limão, contando com 21,7% a 58% de cobertura vegetal de mata na sub-amostra AMAZ 3.

A presença de muita ou pouca mata nas sub-amostras podem apresentar tendências quanto à adoção de diferentes sistemas técnicos produtivos e usos da terra, além da condição ecológica inicial de partida diferenciada que já foi mencionada anteriormente, espera-se que haja uma maior diferenciação entre as Regionais (sub-amostras), em AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 e de certa maneira no Fundo do Limão há possibilidade de que não tenha ocorrido um processo de pecuarização intenso, já em Rio Novo e na Vila a adoção de sistemas produtivos

baseados em estratégias tipo terra-extensiva devem ter ocorrido com maior evidência, ou pelo contrário a adoção da pecuária extensiva pode ter orientado as estratégias dos agricultores. No entanto somente a informação da cobertura vegetal da categoria-Mata não é suficiente para esgotar esse debate. Faz-se necessário identificar os outros usos da terra em curso e qualificá-los com a análise, bem como ter melhor clareza das atividades produtivas realizadas pelos 113 estabelecimentos agropecuários estudados. Nesse sentido, duas outras categorias serão mobilizadas na análise, o uso da terra materializado na categoria-capoeira e na categoria-pasto representadas pelos gráficos 12 e 13 respectivamente.

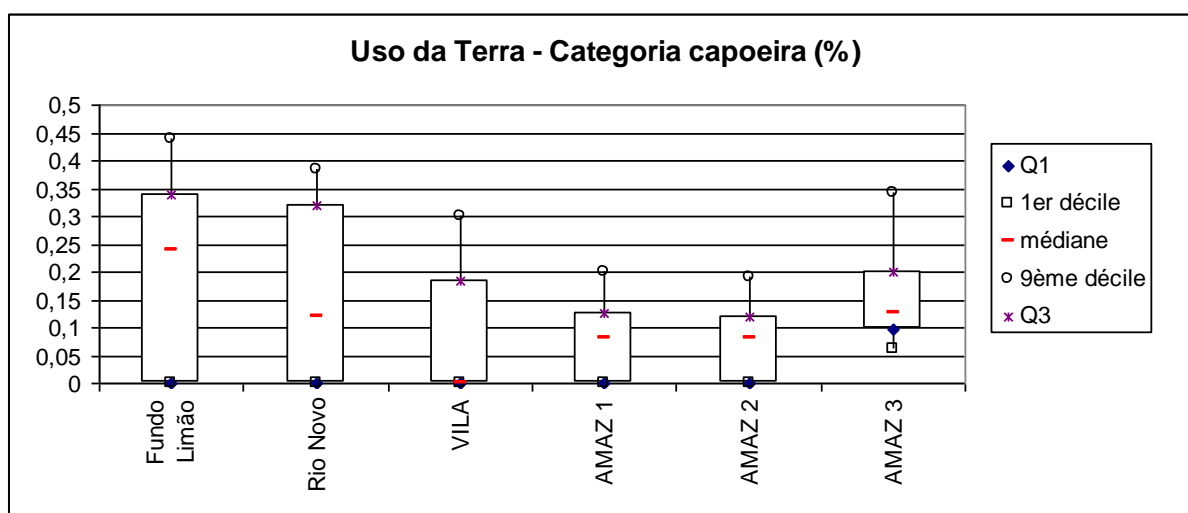


Gráfico 12: Uso da Terra para Categoria Capoeira nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

No que se refere à categoria-capoeira as diferenças permanecem, principalmente em relação entre as três primeiras sub-amostras (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila) e as outras três (AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3), no entanto as variações são bem mais significativas tanto internamente nas sub-amostras, quanto entre elas. Para as três primeiras as tendências gerais, quanto à porcentagem da categoria-capoeira para o uso da terra, são respectivamente, 24%, 12 % e 0% da cobertura vegetal do estabelecimento agropecuário ocupado por capoeira e com relação as outras três são respectivamente 8%, 8% e 12,5% para AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3.

As variações internas são grandes principalmente em Fundo do Limão, Rio Novo e Vila, onde na sub-amostra Fundo do Limão, 50% dos estabelecimentos

possuem entre 0% e 34% da categoria-capoeira e 25% possui entre 34% e 40%. Já em Rio Novo, 50% está entre 0% e 32%, na Vila, os 50% ficam entre 0% e 18,5%, mas a tendência central é 0% reforçada pela localização da mediana, em AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 as amplitudes de variação são menores, com 50% entre 0% e 12,5% de cobertura vegetal ocupada por capoeiras em AMAZ 1, 50% entre 0 e 12% em AMAZ 2 e 50% entre 9% e 20% em AMAZ 3, além outros 25% entre 0% e 10%.

Da mesma forma que na categoria-mata para o uso da terra, percebe-se claramente uma variação entre os dois grupos de sub-amostras, ou seja, há diferenças nas tendências gerais entre o primeiro grupo (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila) e o segundo grupo (AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3), no caso da categoria-mata as variações eram significativas entre elas com pouca amplitude, mas no caso da categoria-capoeira ocorrem da mesma forma variações internas, mas as amplitudes internas a cada sub-amostra são bastante significativas, lembrando que nessa categoria-capoeira não entram áreas de cobertura vegetal identificadas como de juquira, que no linguajar local/regional dos agricultores significam áreas que já tiveram pastagens implantadas nas mesmas, dessa forma, as áreas identificadas com uso da terra identificadas como juquira pelos agricultores entrarão na composição da categoria-pasto, a qual será tratada a seguir pela análise descritiva do gráfico 13.

Para o caso do uso da terra da categoria-pasto as variações entre os dois grupos de sub-amostras permanecem, no entanto, as amplitude de variações internas são um pouco menores do que na capoeira, mas continuam sendo significativas. As tendências gerais apontadas são as seguintes, para as seis sub-amostras, 44%, 80%, 60%, 19,2%, 24% e 18,75% respectivamente para Fundo do Limão, Rio Novo, Vila, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 do uso da terra composto pela categoria-pasto, o que indica claramente a presença significativa de pastagens nas áreas das três primeiras em contraposição as outras três sub-amostras.

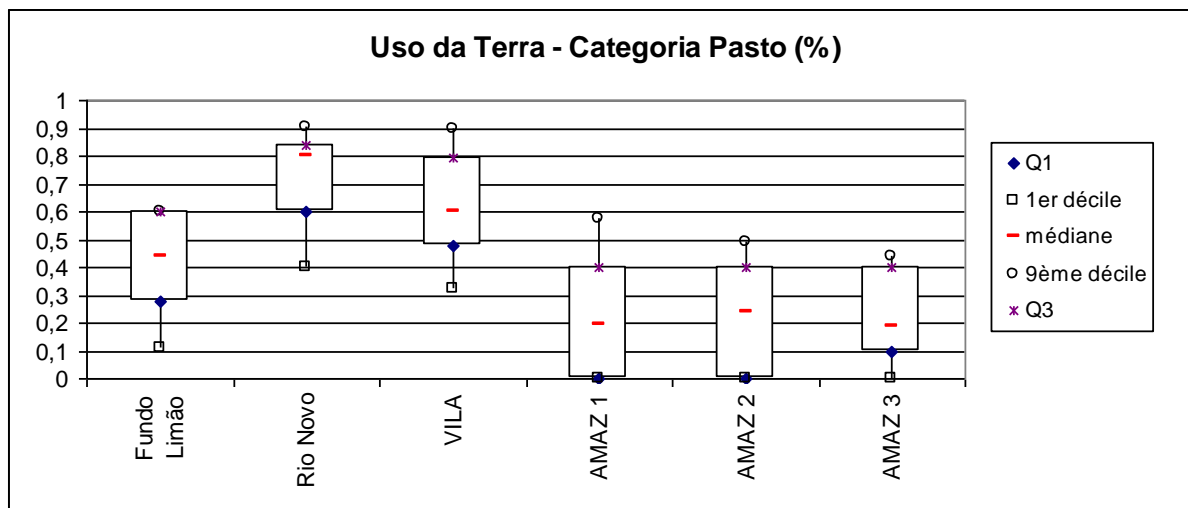


Gráfico 13: Uso da Terra para Categoria Pasto nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmeares II. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com relação às variações de amplitude interna às seis sub-amostras, temos ainda, com relação à categoria-pasto no que se refere ao uso da terra e cobertura vegetal nos estabelecimentos agropecuário, o seguinte quadro à luz do gráfico 13, em Fundo do Limão 50% dos lotes entre 30% e 60% e 25% entre 10% e 27%, na sub-amostra do Rio Novo 50% estão entre 60% e 84% e 25% entre 40% e 60% com vasta amplitude, mas vale destacar, a predominância de pastagens nessa sub-amostra, bem como na regional da Vila, pois 50% dos estabelecimentos estão entre 48% e 79,5% e 25% entre 32% e 48%, o que da mesma forma que no caso anterior na sub-amostra do Rio Novo caracteriza uma área com elevada área de pastagens presentes nos estabelecimentos agropecuários.

Para AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 as medianas e as tendências centrais são bastante próximas e as variações de amplitude internas são maiores em AMAZ 1 e AMAZ 2, no caso de AMAZ 1, 50% dos estabelecimentos agropecuários possuem entre 0% e 40% de pastagens de cobertura vegetal, em AMAZ 2 temos a mesma situação acrescida de 25% dos lotes entre 40% e 48,4% e em AMAZ 3 50% estão entre 10 e 40% de pastagens.

Levando-se em consideração as três categorias de uso do solo até aqui analisadas pode-se aferir uma contraposição clara entre dois grupos de sub-amostras, principalmente no que diz respeito às categorias mata e pasto, o que em si não é uma grande descoberta, nem tampouco elucidativa para encerrar o debate acerca da presença ou não de um processo intenso de pecuarização e em

contraposição a ele, a diversificação produtiva materializada na implantação de cultivos anuais, perenes, criação de pequenos animais e a própria pecuária de leite. Com relação à categoria-capoeira, com exceção da sub-amostra da Vila, onde há uma clara tendência a ausência de capoeiras, essa pode ser um indicativo importante da sua manutenção para ser utilizada pela agricultura de corte-queima, quanto à isso vale destacar o relativo elevado valor da tendência geral da presença de 24% de capoeira nos lotes da sub-amostra do Fundo do Limão, o que pode ser explicado pelo isolamento físico sofrido pelos estabelecimentos agropecuários dessa região antes da construção da ponte sob o Rio Parauapebas e das condições de relevo acidentado e acesso dificultoso nas vicinais no período de inverno, para além da sub-amostra do Fundo do Limão, essa relativa “capoeirização” dos estabelecimentos agropecuários pode estar relacionada a mudanças mais profundas nos próprios sistemas técnicos de produção, como por exemplo, a adoção da mecanização como prática de preparo do solo e diminuição da prática de corte e queima, ponto esse que retornaremos adiante na análise dos dados.

Vale destacar, que nas sub-amostras onde os agricultores obtiveram seus estabelecimentos cobertos em sua grande maioria por mata (AMAZ 1, AMAZ 2, AMAZ 3), apesar da diminuição gradativa ao longo dos anos a mata ainda se apresenta enquanto categoria predominante do uso da terra e em contraponto, nas sub-amostras (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila), onde a maioria dos lotes, com exceção do Fundo do Limão, eram cobertos por pastagem a categoria pasto continua com predominância em relação à mata e a capoeira, no mais, com exceção da sub-amostra da Vila onde a mediana para a categoria pasto fica em torno de 0% percebe-se em todas as outras sub-amostras um contingente de capoeira reservado, o qual pode ser destinado como uma reserva para roçados e posterior implantação de pastagens, ou simplesmente roçados e áreas de descanso.

Para finalizar a análise acerca do uso da terra no assentamento Palmares II, à luz do universo dos 113 estabelecimentos agropecuários pesquisados agrupados nas seis sub-amostras, traremos agora, as categorias de uso da terra em cultivos anuais e cultivos perenes, lembrando que nos cultivos anuais estão agrupados, além dos cultivos anuais tradicionais de arroz, milho, feijão, fava, amendoim e mandioca, foram alocados nessa categoria o uso da terra dispendido em atividades de horticultura (olerícolas principalmente) e cultivos semi-perenes como maracujá, mamão e banana principalmente. E nas áreas da categoria de cultivos perenes, para

além das áreas implantadas somente com cultivos perenes solteiros ou consorciados, da mesma maneira estão computadas as áreas ocupadas pelos sítios e quintais, que em sua maioria são compostos por plantas perenes nativas e exóticas sendo esses em sua maioria localizados nos arredores da casa e cumprem função importante seja na alimentação e nutrição alimentar da família camponesa, seja como estratégia de diversificação produtiva e comercialização de frutas principalmente, como complementação da renda familiar.

Os usos da terra para as duas referidas categorias encontram-se dispostos nos gráficos 14 e 15, no que diz respeito à área em hectares ocupada principalmente, tanto as anuais como as perenes não são tão significativas em termos de porcentagem em relação ao tamanho do estabelecimento agropecuário, no entanto, são relevantes por trataram-se de atividades produtivas, tipo terra-intensiva, onde o volume aplicado de trabalho é alto e o rendimento financeiro também, sendo assim, justifica-se a pertinência em nos atentarmos a esses usos da terra, perceber tendências e identificar áreas onde os mesmos estão ocorrendo mais veementemente, pois logo em seguida trabalharemos com o Produto Bruto dessas categorias, o que evidenciará melhor sua importância.

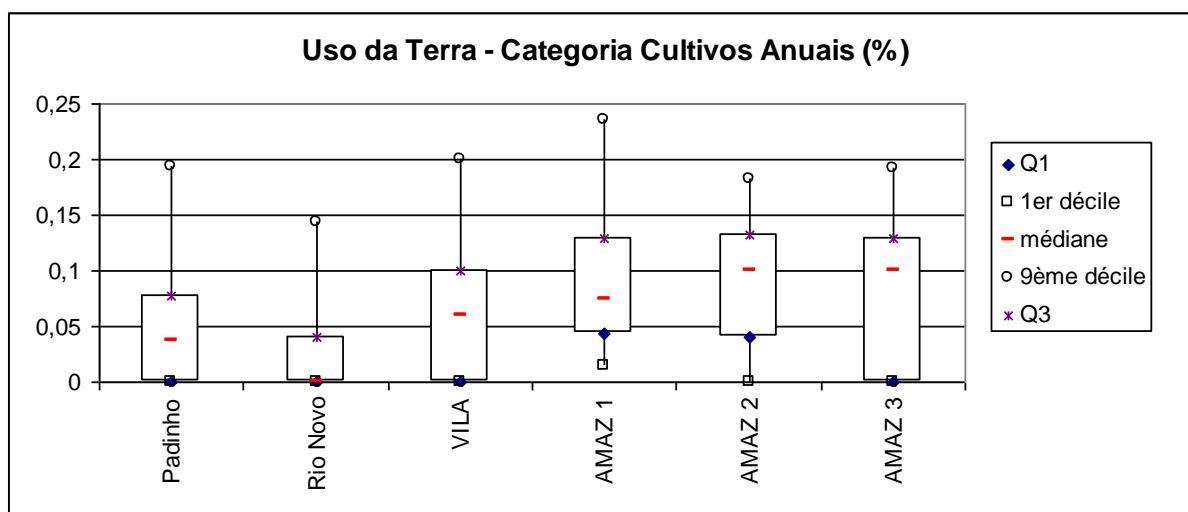


Gráfico 14: Uso da Terra para Categoria Cultivos Anuais nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com relação ao gráfico 14, observam-se as seguintes tendências gerais para as diferentes sub-amostras em questão, quanto ao uso da terra da categoria-cultivos anuais, para a sub-amostra Fundo do Limão 3,7% do tamanho dos lotes em

hectares estão ocupados por cultivos anuais, no entanto 50% dos estabelecimentos apresentam entre 0% e 7,6% e 25% entre 7,6% e 26% da cobertura vegetal ocupada com cultivos anuais, já para as outras cinco sub-amostras o quadro de tendência geral da área ocupada dos lotes por cultivos anuais é a seguinte: 0%, 6%, 7,5%, 10% e 10,06% para as sub-amostras Rio Novo, Vila, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 respectivamente.

Num primeiro momento pode parecer pequena a área ocupada, em relação ao uso da terra da categoria-cultivos anuais, no entanto, conforme já destacamos para o Fundo do Limão há uma importante variação a ser levada em consideração, a saber: na sub-amostra do Rio Novo 50% possui entre 0% e 4% e 25% entre 0% e 40%, para a regional da Vila, 50% possui entre 0% e 10% e 25% está entre 10% e 24%, sendo relevante a variação da amplitude nessas áreas, bem como, em AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 que apresentam as maiores tendências centrais destacadas pela mediana e com variações significativas em amplitude em tela, 50% em AMAZ 1 estão entre 4% e 12,9% com sua cobertura vegetal ocupada por cultivos anuais, para AMAZ 2, 50% estão entre 4% e 13,2% e em AMAZ 3, 50% estão entre 0% e 12,9%, o que de certa forma indica um importante esforço empregado nos estabelecimento agropecuário nos cultivos anuais, com exceção à sub-amostra do Rio Novo que possui tendência a 0% de cultivos anuais, mas tem uma amplitude elevada, ou seja, dentro da sub-amostra há estabelecimentos investindo pesadamente no cultivo de espécie anuais.

Outra questão a ser ponderada, em relação à área ocupada por cultivos anuais deve-se ao fato da variação de possíveis sistemas produtivos adotados pelos agricultores, pois pode estar ocorrendo a combinação de diferentes atividades produtivas, sendo assim, o fato de apresentar uma pequena área ocupada em termos de lavouras anuais, não quer dizer ausência de produção, pois a própria pecuária, além da criação de pequenos animais pode estar ocupando espaço e sendo relevante para os estabelecimentos agropecuários.

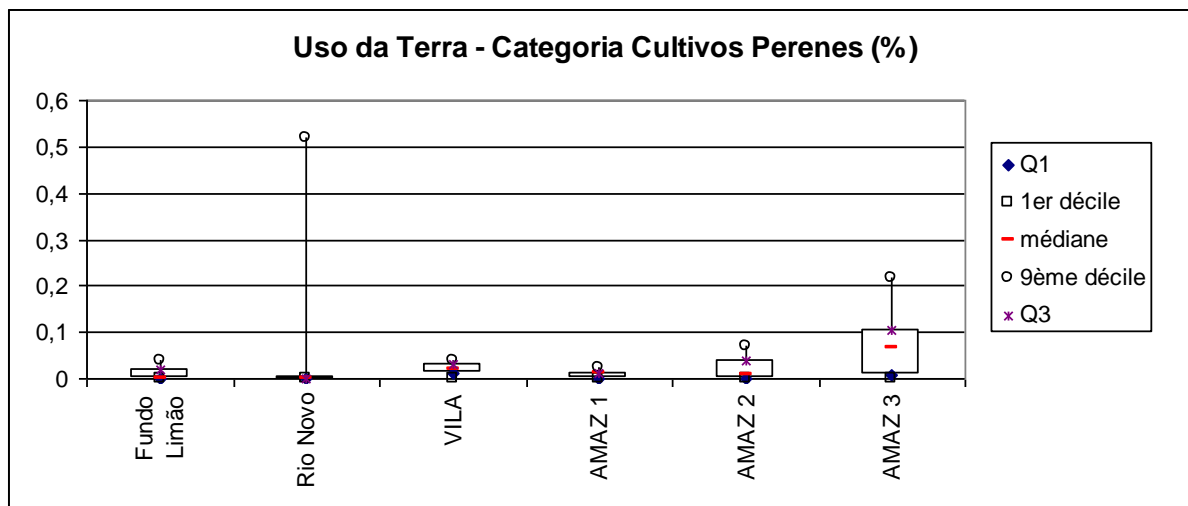


Gráfico 15: Uso da Terra para Categoria Cultivos Perenes nas 06 Sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Para o caso do uso da terra da categoria-cultivos perenes, levando-se em consideração os dados mostrados pelo gráfico 15, temos o seguinte quadro relativo às tendências gerais para as sub-amostras Fundo do Limão, Rio Novo, Vila, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3, respectivamente: 0%, 0%, 2%, 1,25%, 0,6% e 6,67% do uso da terra dos estabelecimentos agropecuários cobertos por cultivos perenes.

Com relação a essa categoria, vale destacar as regionais da Vila e AMAZ 3 com presença significativa de cultivos perenes com 2% e 6,67% de área ocupada enquanto tendência central e com as seguintes variações, na regional da Vila, 50% estão entre 1% e 3,27% e 25% entre 0% e 1% e em AMAZ 3, 50% estão entre 0,6% e 10,41% e 25% entre 10,41% e 17,75% do uso da terra ocupado pela categoria cultivos perenes, nas outras sub-amostras, com exceção de Rio Novo que não possui cultivos perenes, o Fundo do Limão apresenta 50% entre 0% e 2% da área ocupada, AMAZ 1 possui 50% dos lotes entre 0% e 1,25% e AMAZ 2, com 50% entre 0% e 4% da área ocupada por cultivos perenes.

Conforme mencionado anteriormente, apesar da pouca área ocupada relativamente por essas duas categorias de cultivos anuais e cultivos perenes, as mesmas não podem ser desconsideradas da análise, pelo contrário, há de se verificar o quanto elas e as outras três (mata, capoeira e pasto) contribuem para a formação do Produto Bruto Agropecuário Total dos 113 estabelecimentos agropecuários do estudo em questão, tarefa da qual nos ocuparemos a partir de

agora para qualificar nossa análise, para tal, faremos uso dos gráficos 16, 17, 18, 19 e 20 inicialmente.

Antes de entrarmos na análise dos gráficos propriamente dita, faz-se necessário descrevermos abaixo a fórmula do cálculo para os indicadores que aparecerão no transcorrer de nossa análise, lembrando que a maioria dos indicadores foram concebidos inicialmente no âmbito das pesquisas do projeto AMAZ e utilizados no tratamento dos dados tanto da primeira fase, quanto da segunda fase da pesquisa de campo nas seis sub-amostras do assentamento Palmares II:

1. Produto Bruto Bovino (PB Bovino em R\$): Número de novilhos e bezerros multiplicado por 80Kg/ano, multiplicado pelo valor do Kg de carne (R\$ 1,85) + litros de leite consumidos + litros de leite vendidos, multiplicado por R\$ 0,27/litro, independente de ter sido vendido in natura, ou destinado à fabricação de derivados;

2. Produto Bruto Pequenos Animais (PB Pequenos Animais em R\$): Aves consumidas + aves vendidas, multiplicado por R\$ 12,00 a unidade + Suínos consumidos + Suínos vendidos, multiplicado por R\$ 150,00 a unidade (60 Kg média/cabeça multiplicado por R\$ 2,50 Kg de carne suína²⁰;

3. Produto Bruto Animal (PB Animal em R\$): Soma do PB Bovino e PB Pequenos Animais;

4. Produto Bruto Cultivos Anuais (PB Cultivos Anuais em R\$): Soma dos Valores Brutos das Culturas Anuais e Semi-Perenes produzidas no estabelecimento agropecuário, calculado pela multiplicação da quantidade produzida multiplicada pelo preço unitário de mercado, independente de ter havido venda ou auto-consumo;

5. Produto Bruto Cultivos Perenes (PB Cultivos Perenes em R\$): Soma dos Valores Brutos das Culturas Perenes produzidas no estabelecimento agropecuário, calculado pela multiplicação da quantidade produzida multiplicada pelo preço unitário de mercado, independente de ter havido venda ou auto-consumo;

²⁰ Os valores atribuídos aos preços para cálculo do Produto Bruto foram adotados através de pesquisa no mercado local e regional do município de Parauapebas.

6. Produto Bruto Cultivo (PB Cultivo em R\$): Soma do PB de Cultivos Anuais e PB dos Cultivos Perenes e

7. Produto Bruto Agropecuário Total (PB Total em R\$): Soma do PB Animal e PB Cultivo.

Com relação ao Produto Bruto Agropecuário Total (PB Total) expresso em reais (R\$) no gráfico 16, temos a seguinte situação nas seis sub-amostras pesquisadas, quanto à mediana de tendência central, para o Fundo do Limão o valor encontrado é de R\$ 3.786,80, para Rio Novo o valor fica em R\$ 8.752,00, na sub-amostra Vila é de R\$ 6.869,63, em AMAZ 1 (Regional Limão) o valor é de R\$ 12.134,00, já em AMAZ 2 (Regional Limão) o valor ficou em R\$ 7.121,00 e por fim, para AMAZ 3 (Parte do Limão e parte das Três Voltas) temos o valor de tendência central para o PB Total da ordem de R\$ 5.250,00.

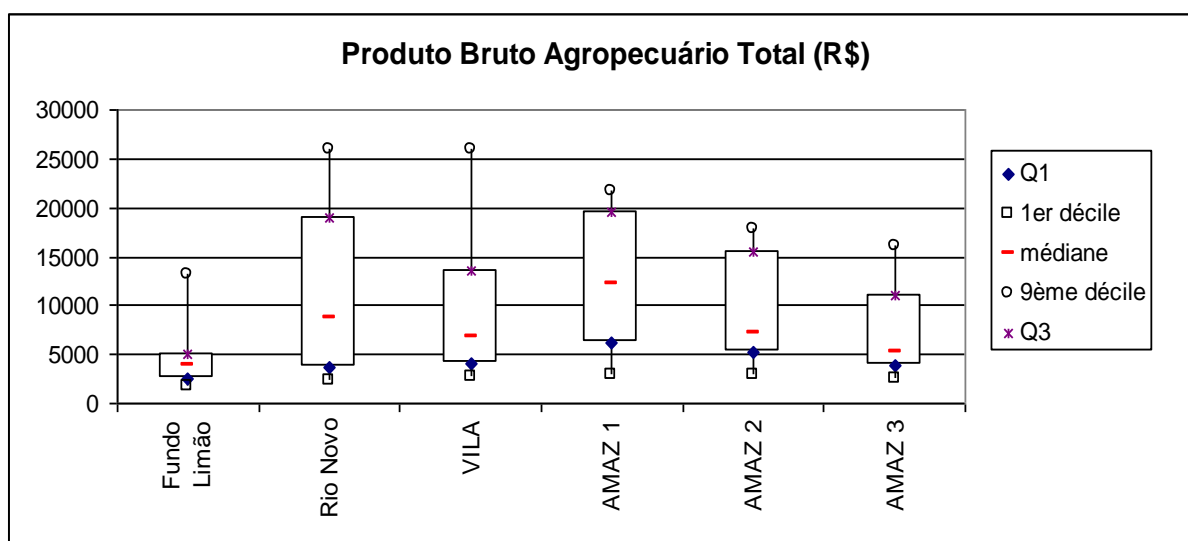


Gráfico 16: Produto Bruto Agropecuário Total para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Para além dos dados obtidos nas medianas para cada sub-amostra, algumas considerações devem ser feitas para melhor apreensão dos dados revelados para o PB Agropecuário Total. Conforme mencionado anteriormente, quanto mais compacta a caixa (box) representada pelo gráfico, mais homogênea é a sub-amostra, conseqüentemente quanto maior a caixa, maior é a amplitude de variação da sub-amostra. No caso dos gráficos 16, 17, 18, 19 e 20, Q1 e Q3 permanecem

indicando os valores que separam o primeiro quartil da amostra (25%) e o terceiro quartil (75%) respectivamente do universo da sub-amostra e agora temos a representação nos gráficos do primeiro (1er décile) e nono decil (9ème décile), que correspondem aos extremos representados pelas linhas verticais da caixa (box), ou seja, além do dado indicativo da tendência central expresso pela mediana (traço vermelho), pode-se ler os valores de Q1 e Q3, onde temos concentrados e com as variações dos 50% dos estabelecimentos agropecuários para cada sub-amostra pesquisada e lendo-se as linhas verticais do primeiro decil e nono decil temos 80% da amostra entre esses valores, além de excluídos os 10% inferiores e 10% superiores que ocasionam disparidades.

Para o caso da sub-amostra Fundo do Limão o valor de Q1 é R\$ 2.592,00 e Q3 R\$ 5.100,00, amplitude da caixa é baixa e o valor da mediana R\$ 3.786,80 está bem centralizado, o que significa dizer que boa parte dos 17 estabelecimentos agropecuários da sub-amostra são bem representativos dessa amplitude. No caso do Rio Novo, o valor de Q1 é R\$ 3.670,10 e de Q3 R\$ 18.915,00, nesse caso a amplitude já é mais significativa e, além disso, temos os 10% dos valores superiores da amostra que estão fora da representatividade da tendência geral, o que implica em uma amostra pouco homogênea, no que se refere ao PB Total, o que de certa maneira acontece também para as outras quatro sub-amostras com algumas variações.

Para a regional da Vila, o valor de Q1 é R\$ 4.090,00 e de Q3 R\$ 13.500,45, tem-se um contingente de 10% superiores com grande amplitude (nono decil), a mediana fica na casa dos R\$ 6.869,63 e mais próxima do valor inferior Q1, nos casos de AMAZ 1 e AMAZ 2, a amostra está bem representada entre Q1 e Q3, com os valores entre R\$ 6.236,40 e R\$ 19.509,50 para AMAZ 1 e entre R\$ 5.266,40 e R\$ 15.388,40 para AMAZ 2 respectivamente, onde a mediana em AMAZ 1 está bem centralizada no universo da sub-amostra, já no caso de AMAZ 2 a mediana está bastante próxima ao valor de Q1, por fim, em AMAZ 3, os valores de Q1 e Q3 são R\$ 5.250,98 e R\$ 10.982,00, a amplitude de variação da amostra é menor do que em AMAZ 1 e AMAZ 2 e os valores de Q1 e Q3 são R\$ 3.915,82 e R\$ 10.982,54 e a mediana está mais próxima ao valor de Q1.

Dessa forma para o PB Total temos o seguinte quadro, o maior valor encontrado na análise para mediana foi em AMAZ 1, seguido da sub-amostra do Rio Novo, em terceiro lugar vem AMAZ 2, depois a área da Vila, em quinto temos AMAZ

3 e por fim o Fundo do Limão. Vale lembrar que o PB total é composta pela soma dos valores do PB Animal e PB Cultivo, onde o PB Animal é a soma do PB Bovino e do PB Pequenos Animais e PB Cultivo é a soma do PB Cultivos Anuais e do PB Cultivos Permanentes, sendo assim, faz-se necessários esmiuçar a análise em termos, tanto do PB Animal, quanto do PB Cultivo e suas correspondências para que possamos perceber quais atividades produtivas vem contribuindo significativamente para conformar o PB Agropecuário Total.

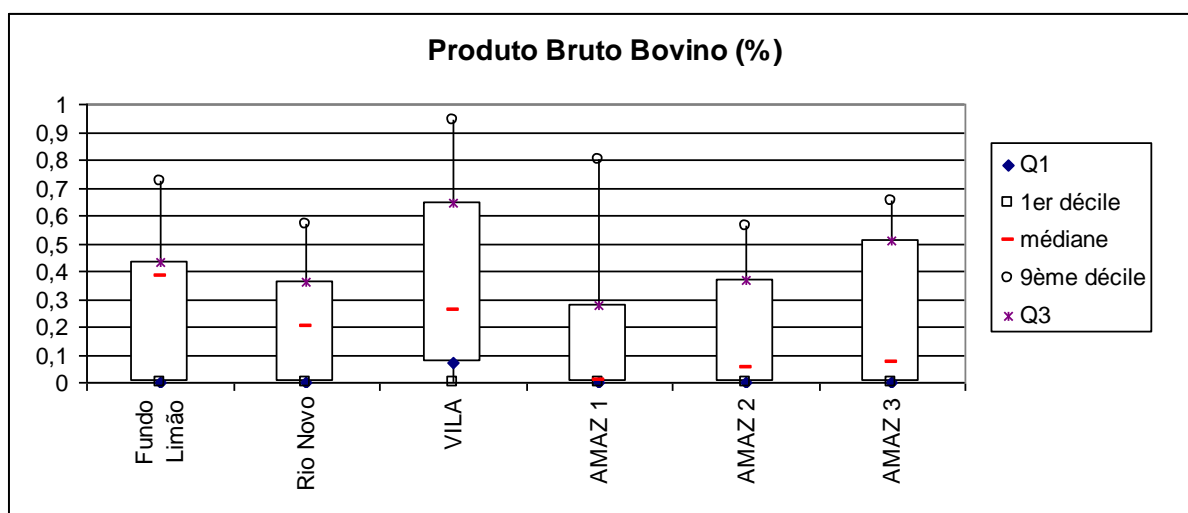


Gráfico 17: Produto Bruto Bovino de Leite e Corte para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

O gráfico 17 acima apresenta os valores em porcentagem do Produto Bruto Bovino, em relação ao PB Total, lembrando que no cálculo do PB Bovino está incluído, além do rebanho expresso em novilhos e bezerros a produção leiteira, tanto do que foi consumido e vendido de leite *in natura*, quanto a quantidade de leite utilizada seja para consumo ou venda e também a destinada à produção de derivados do leite, principalmente queijos de diversos tipos e doces.

Quanto ao PB Bovino, algumas considerações merecem destaque, percebe-se certa oposição entre as três primeiras sub-amostras (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila), em relação às outras três (AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3), as medianas são as seguintes, para as três primeiras 37,98%, 20,27% e 25,88% respectivamente, em relação ao PB Total e para as três últimas os valores são 0,4%, 5,4% e 7,2% respectivamente, em relação ao PB Total ou seja, há uma considerável diferença entre os dois grupos das sub-amostras, no entanto com exceção à sub-amostra da

Vila que apresentou o valor de Q1 igual a 6,9% todos os outros valores de Q1 para as demais sub-amostras são 0%, já para Q3 o quadro altera-se significativamente, para Fundo do Limão, Rio Novo e Vila, os valores são respectivamente, 43,53%, 36,29% e 64,71%, quanto ao segundo grupo de AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3, os valores são, 27,47%, 36,76% e 50,98%, o que implica em dizer que em todas as sub-amostras temos uma amplitude elevada indicando grande variação nos 50% representados nas caixas do gráfico 17 e também nos 80% das amostras entre o primeiro e nono decil.

Além disso, merece destaque em Fundo do Limão, a mediana está próxima a Q3, em Rio Novo o valor da mediana está bem centralizado e em AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 os valores da mediana são bem próximos ao valor inferior de Q1, ou seja, 0%, no caso da sub-amostra da Vila nota-se um baixo número de estabelecimentos agropecuários que não exercem a atividade pecuária, seja de leite, ou de corte, lembrando e relacionando com os dados apresentados para o uso da terra em suas diferentes categorias, são justamente as sub-amostras de Fundo do Limão, Rio Novo e Vila, as que possuem maior área do lote coberta por pastagens, em contraposição à mata principalmente, além disso, com exceção da sub-amostra da Vila, todas outras apresentam o valor de Q1 igual a 0%, o que implica dizer que em todas temos a presença de estabelecimentos agropecuários que não realizam a atividade pecuária, seja ela de leite, ou de corte.

Outra questão a ser ponderada, diz respeito ao fato de que todas seis sub-amostras apresentam relativa amplitude considerável, ou seja, dentro delas ocorre uma série de situações que podem variar, em relação ao PB Bovino, haja vista, os próprios valores de Q1 serem 0% com exceção da sub-amostra da Vila, mas de qualquer forma, pode-se destacar a considerável importância de uma tendência geral em Fundo do Limão, Rio Novo e Vila de ter na atividade pecuária parcela significativa do PB total influenciado pelo PB Bovino, diferentemente de AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3, no entanto será preciso aferir o quão é significativo, em relação às outras atividades produtivas.

O gráfico 18 abaixo relacionado, nos traz informações acerca dos valores em (%) para o Produto Bruto dos Pequenos Animais, em relação ao PB Total para as seis sub-amostras, nesse sentido é possível ter uma panorâmica clara de que como está estruturado e composto o Produto Bruto Animal, lembrando ainda, que para o cálculo do PB Pequenos Animais são considerados as aves e os suínos e não foram

encontrados estabelecimentos agropecuários nas sub-amostras que exerçam outro tipo de sistema de criação de pequenos animais como piscicultura, caprinocultura ou ovinocultura.

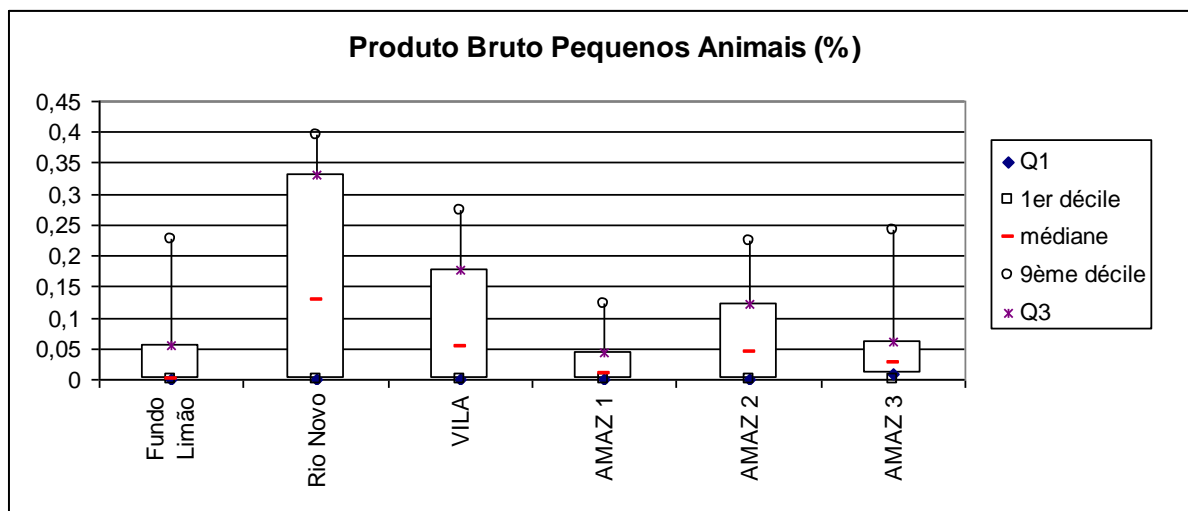


Gráfico 18: Produto Bruto Pequenos Animais para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Conforme nos mostra o gráfico 18 a atividade produtiva da criação de pequenos animais não apresenta relevância significativa pode-se assim dizer, com exceção à sub-amostra do Rio Novo que possui uma tendência geral expressa pelo valor de 12,7%, mas com amplitude elevada expressa em Q1 com valor de 0% e Q3 com valor de 33,12%, as outras cinco sub-amostras possuem Q1 igual a 0% e Q3 variando da seguinte maneira para Fundo do Limão, Vila, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 apresentando os valores de 5,6%, 17,5%, 4%, 12% e 6% e as medianas para essas sub-amostras são respectivamente 0%, 5,3%, 0,9%, 4,5% e 2,5%.

As baixas porcentagens expressas em valores referentes à porcentagem em relação ao PB Total não podem ser desconsideradas da análise, pois a atividade de criação de pequenos animais em sua maioria está bastante articulada com o desenvolvimento de outras atividades e traduz-se em uma atividade tipo terra-intensiva que demanda pouca área, mas cumpre papel importante no complemento do PB Total e da alimentação das famílias camponesas.

As medianas estão sempre próximas ao valor de Q1 reforçando assim a constatação da baixa importância relativa em termos proporcionais ao PB Total, mas no caso das sub-amostras do Rio Novo, Vila e AMAZ 2 as próprias medianas não

são tão baixas assim (12,7%, 5,3% e 4,5%) e da mesma forma as amplitudes de variações são significativas entre o primeiro decil e o nono decil reforçando que apesar de tendências gerais baixas no universo de nossa amostra pesquisada existem casos de considerável relevância para a atividade produtiva da criação de pequenos animais em questão.

Com as análises dos gráficos 17 e 18 encerra-se a parte animal e adentraremos em evidenciar pelos gráficos 19 e 20 abaixo relacionados o Produto Bruto dos Cultivos, dividido em cultivos perenes e cultivos anuais e terminando assim a análise do universo dos 113 estabelecimentos agropecuários das seis sub-amostras, em relação ao PB Agropecuário Total e suas variações expressas no decorrer do texto e das análises, por ora, é possível afirmar que há uma contribuição relativamente significativa do PB Animal, em relação à composição do PB Agropecuário Total das seis sub-amostras, sendo mais significativa essa contribuição nas sub-amostras Fundo do Limão, Rio Novo e Vila, em contraposição às outras três AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3, no entanto reforça-se a presença de elevada amplitude das sub-amostras principalmente no que diz respeito ao PB Bovino, pois os valores de Q3, com exceção de AMAZ 1 que possui o valor de 24,47%, todas sub-amostras possuem valores acima de 36% para que Q3, indicando assim, que há um contingente de estabelecimentos agropecuários com atividade pecuária, seja de leite, ou de corte significativa na composição do PB Agropecuário Total .

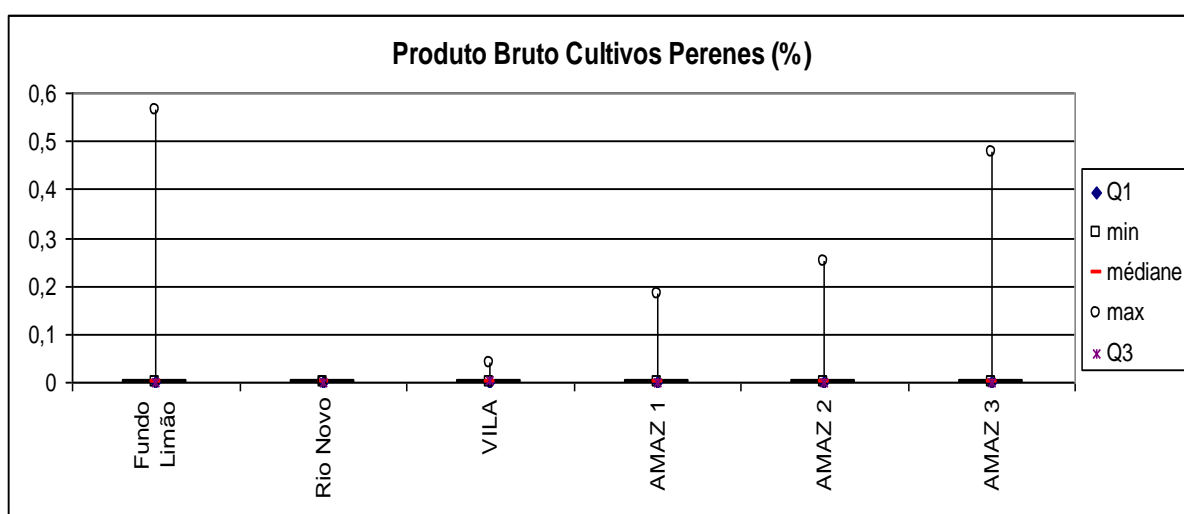


Gráfico 19: Produto Bruto Cultivos Perenes para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

No que diz respeito ao Produto Bruto dos Cultivos Perenes, de acordo com os dados apresentados pelo gráfico 19 acima há uma homogeneidade nas sub-amostras, onde todas apresentam tendência central igual a 0% para contribuição do PB de Cultivos Perenes na composição relativa do PB Agropecuário Total, no entanto, escolhemos dentro da variação possível do Box-plot outro formato de gráfico para indicar que mesmo com essa tendência geral baixa, em nossa amostra há estabelecimentos que apresentam valor elevado para o PB Cultivos Perenes, com destaque para o Fundo do Limão e AMAZ 3.

No caso da sub-amostra Fundo do Limão encontramos o valor máximo de 56% do PB Cultivo Perene, em relação ao PB Agropecuário Total, em AMAZ 1 18%, em AMAZ 2 25%, em AMAZ 3 48% e na sub-amostra Vila 4% da composição do PB Agropecuário Total advém do PB de Cultivos Perenes, de qualquer maneira em termos de tendência geral há uma baixa contribuição dos cultivos perenes na composição do PB Agropecuário Total, no entanto, vale ressaltar que onde aparecem, os mesmos são significativos e contribuem decisivamente na conformação do PB Cultivo como um todo e no PB Agropecuário Total, reforçando assim, tratar-se de uma atividade produtiva importante para pensar a sustentação dos estabelecimentos agropecuários.

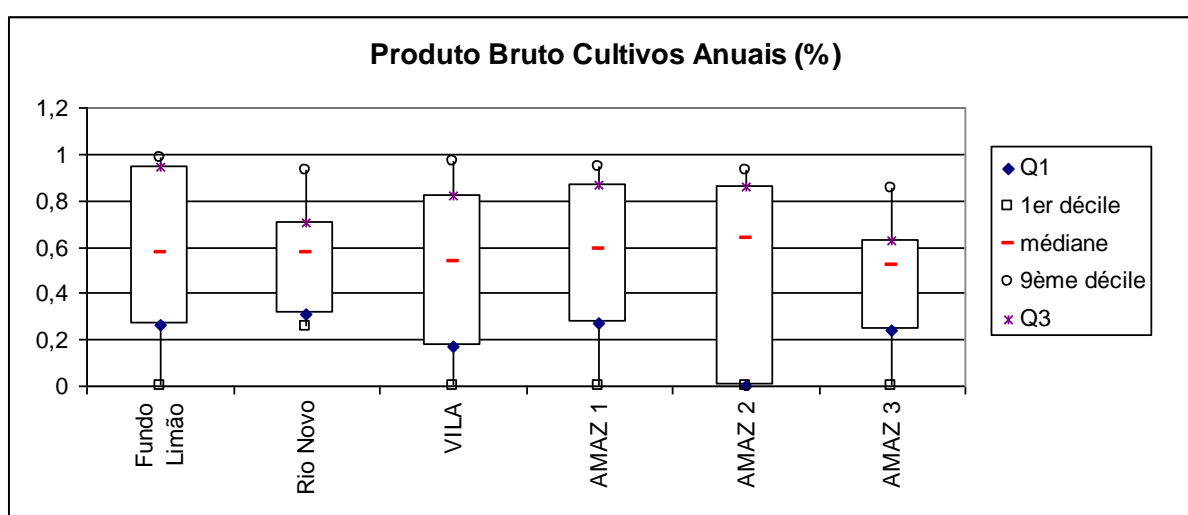


Gráfico 20: Produto Bruto Cultivos Anuais para as seis sub-amostras do assentamento Palmeares II. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com relação ao Produto Bruto dos Cultivos Anuais expresso pelo gráfico 20, o que se observa é uma completa inversão em relação ao PB dos Cultivos Perenes. Surge em tela, uma elevada significância para todas sub-amostras e o mais emblemático as tendências são bastante próximas em termos relativos ao PB Agropecuário Total, o que de certa maneira de ante mão, já coloca a significativa importância dos cultivos anuais no centro da análise para as seis sub-amostras do assentamento Palmares II, pois diferentemente do PB Animal, seja, o de pequenos animais, seja o bovino e a própria contribuição dos cultivos perenes, os cultivos anuais ganham destaque na análise e relevância clara em termos da conformação relativa do PB Agropecuário Total.

As amplitudes são significativas para Fundo do Limão, Vila, AMAZ 1 e AMAZ 2. Já para Rio Novo e AMAZ 3 temos estabelecimentos mais homogêneos, a partir do gráfico 20 temos as seguintes informações: quanto à medianas os valores são bastante representativos e indicam forte tendência geral aos cultivos anuais no assentamento, sendo os seguintes para as sub-amostras do Fundo do Limão, Rio Novo, Vila, AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 respectivamente, 57%, 57%, 53%, 59%, 63% e 51%.

Com relação à amplitude entre o primeiro e nono decil, onde estão situados 80% dos estabelecimentos agropecuários das sub-amostras temos o seguinte quadro, para o Fundo do Limão em 80% dos lotes os cultivos anuais contribuem entre 0% e 98% para a conformação do PB Agropecuário Total, em Rio Novo a contribuição dos 80% dos estabelecimentos fica entre 25% e 92%, para Vila fica entre 0 e 92%, em AMAZ 1 entre 0% e 95%, para AMAZ 2 entre 0% e 93% e para AMAZ 3 entre 0% e 85%.

Conforme atestado ainda pelo gráfico 20, para o Fundo do Limão, 50% dos estabelecimentos contribuem com o PB dos Cultivos Anuais para a conformação do PB Agropecuário Total na ordem de 26% a 94%, para a sub-amostra do Rio Novo o quadro altera-se para 31% a 70%, na Vila os 50% ficam entre 17% e 82%, já em AMAZ 1 entre 27% e 86%, para AMAZ 2 entre 0% e 85% e por fim, em AMAZ 3 a contribuição fica entre 24% e 62% dos 50% da sub-amostra.

Os números apresentados são reveladores de um forte tendência geral do cultivo de anuais no assentamento Palmares II, não há como negar a importância dos mesmos na composição relativa do Produto Bruto Agropecuário Total, no entanto, por ora, ainda é cedo para grandes conclusões, até mesmo porque é

preciso identificar quais fatores vem permitindo a adoção desse tipo de estratégia produtiva, sendo assim, vamos procurar qualificar melhor quais são os principais cultivos que estão sendo implantados e o que vem permitindo garantir essa tendência será o nosso esforço a partir de agora.

No entanto, uma primeira grande conclusão pode ser anunciada, em termos de tendência geral de nossas análises, em todas sub-amostras os cultivos anuais contribuem significativamente na constituição relativa do PB Agropecuário Total, ou seja, nos 113 estabelecimentos agropecuários há uma forte tendência do predomínio das lavouras anuais em detrimento da pecuária, o que não deixa de ser relevante tendo em vista toda problemática posta no presente projeto sobre o Sudeste Paraense, uma região marcada emblematicamente, tanto na literatura acadêmica, quanto nas ações estatais e privadas, como sendo lócus da predominância de trajetórias tipo terra-extensiva, principalmente a pecuária, seja ela em grande escala, seja nos estabelecimentos familiares, nesse sentido em Palmares II anuncia-se ao menos por ora uma trajetória diferenciada.

Ainda, com relação aos cultivos anuais dentro das sub-amostras encontramos algumas variações, pois no primeiro grupo (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila) o PB Bovino apresenta significativa importância, conformando assim, o consórcio gado-cultivos anuais como uma tendência geral forte para esse grupo, já no segundo grupo das outras três sub-amostras (AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3) ocorre o predomínio claro dos cultivos anuais, podendo se afirmar que vem ocorrendo certa especialização nesse tipo de atividade produtiva por parte desse grupo de agricultores, o que reforça a necessidade de aprofundarmos a análise para tentar apreender quais fatores vêm permitindo a afirmação dos cultivos anuais no cenário produtivo do assentamento Palmares II.

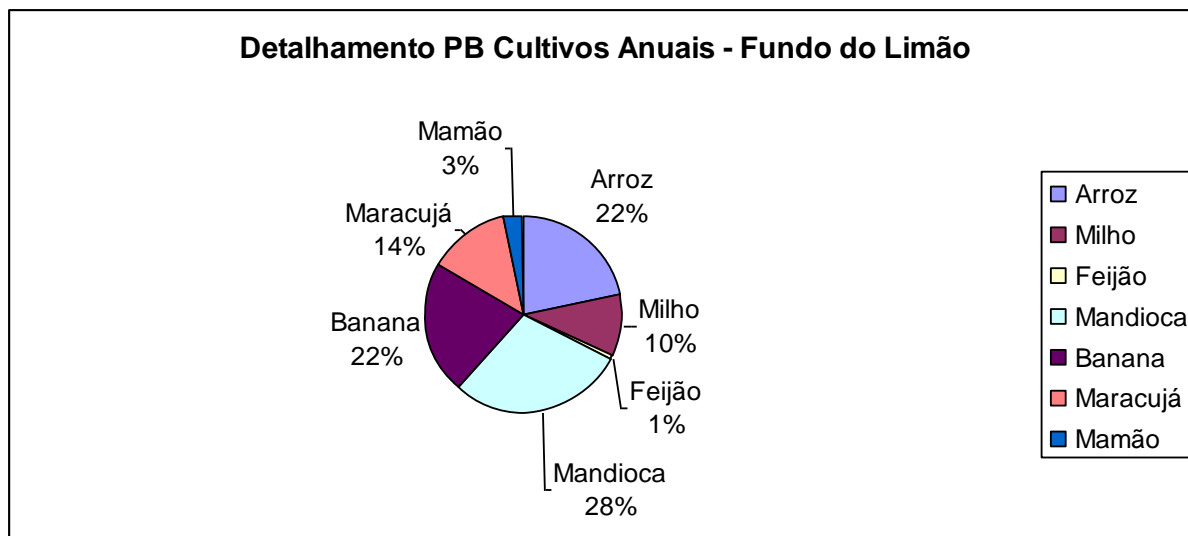


Gráfico 21: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra do Fundo do Limão no assentamento Palmeares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

De acordo com os dados revelados pelo gráfico 21 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra Fundo do Limão está composta da seguinte maneira, 22% do PB de cultivos anuais é de responsabilidade da cultura do arroz, 10% de milho, 1% de feijão, 28% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca), 22% de banana (prata, nanica, coaruda, roxa), 14% de maracujá e 3% de mamão. Pode-se afirmar que trata-se de uma sub-amostra bastante diversificada, pois aparecem sete cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, mas merecem destaque para esse caso, as culturas de arroz, mandioca e banana que somadas compõe 72% do PB dos Cultivos Anuais.

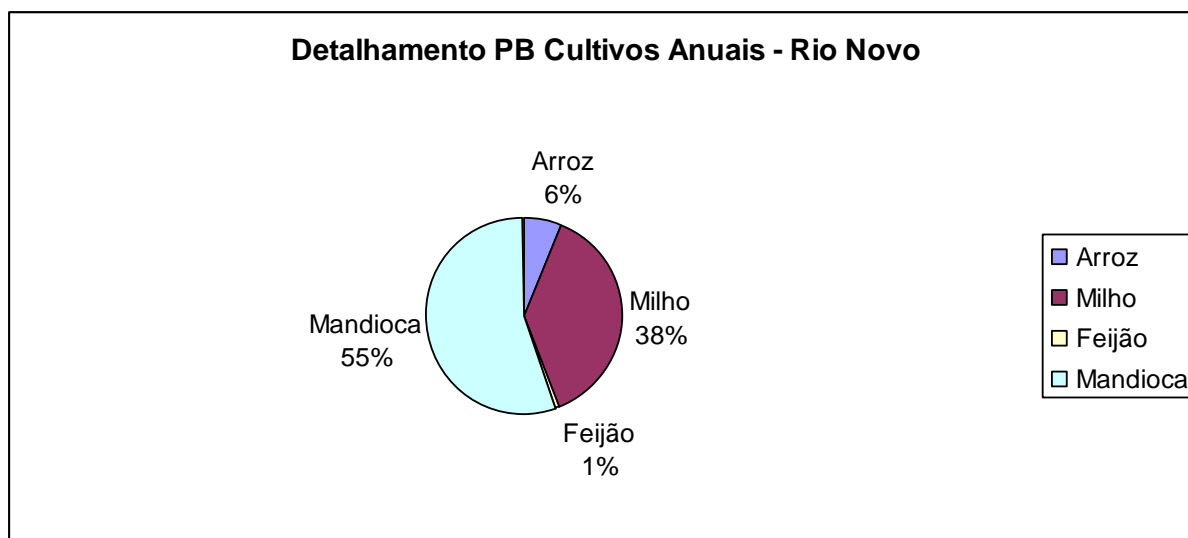


Gráfico 22: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra do Rio Novo no assentamento Palmeares II. Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

De acordo com os dados revelados pelo gráfico 22 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra Rio Novo está composta da seguinte maneira, 6% do PB é de arroz, 38% de milho, 1% de feijão e 55% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca). Pode-se afirmar que trata-se de uma sub-amostra não tão diversificada quanto à anterior, pois aparecem somente quatro cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, mas merecem destaque para esse caso, as culturas de mandioca e milho que somadas correspondem a 93% do PB dos Cultivos Anuais.

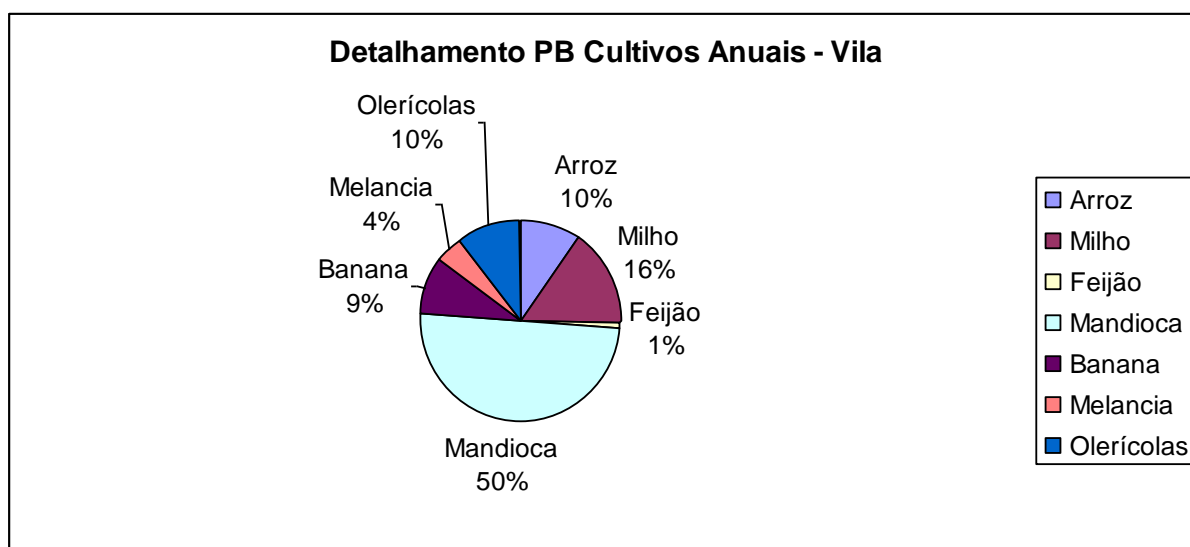


Gráfico 23: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra da Vila no assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Conforme os dados revelados pelo gráfico 23 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra Vila está composta da seguinte maneira, 10% do PB é de arroz, 16% de milho, 1% de feijão, 50% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca), 9% de banana (prata, nanica, coaruda, roxa), 4% de melancia e 10% de olerícolas (alface, couve, cheiro verde, rúcula, agrião, dentre outros). Pode-se afirmar que trata-se de uma sub-amostra bastante diversificada, pois aparecem sete cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, mas merece destaque para esse caso, a cultura da mandioca que isolada corresponde a 50% do PB dos Cultivos Anuais, as outras seis, com exceção do feijão, estão relativamente bem distribuídas em termos de significância, além disso, vale ressaltar a presença na composição do PB Cultivos Anuais das olerícolas com 10% e da banana com 9%.

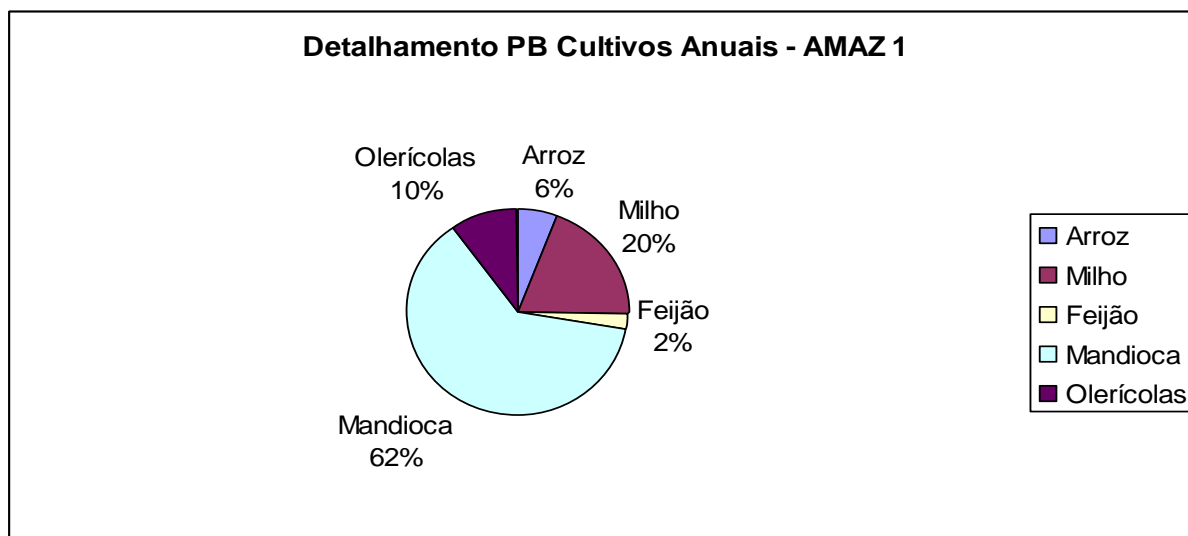


Gráfico 24: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra AMAZ 1 no assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Com base nos dados revelados pelo gráfico 24 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra AMAZ 1 está composta da seguinte maneira, 6% do PB é de arroz, 20% de milho, 2% de feijão, 62% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca e 10% de olerícolas. Pode-se afirmar que trata-se de uma sub-amostra menos diversificada, pois aparecem somente cinco cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, com destaque para esse caso, da cultura da mandioca que isoladamente representa 62% do PB dos Cultivos Anuais para sub-amostra em questão.

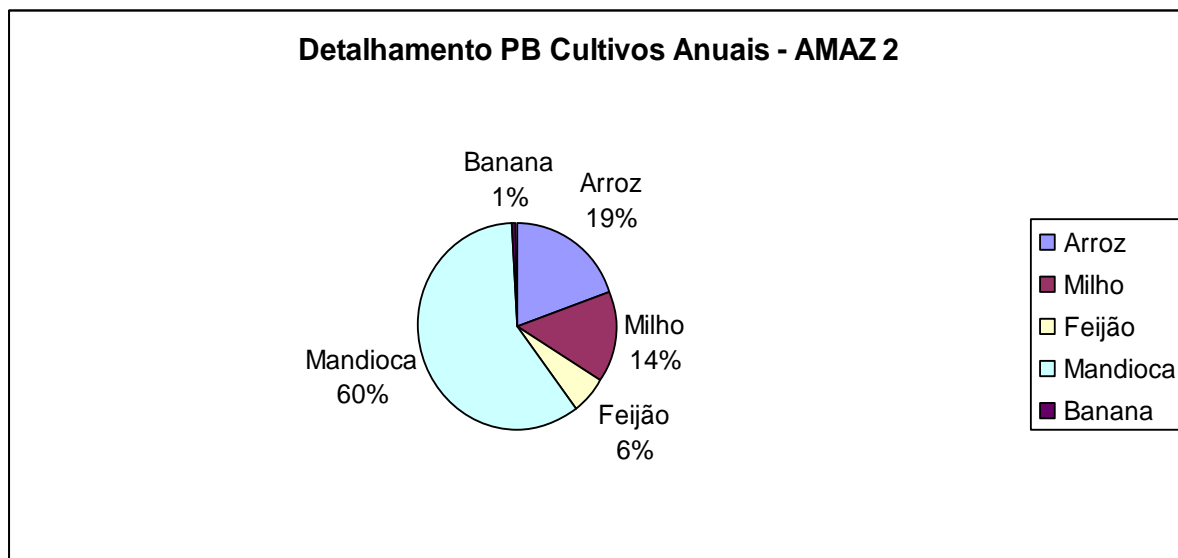


Gráfico 25: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra AMAZ 2 no assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Como nos mostra os dados revelados pelo gráfico 25 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra AMAZ 2 está composta da seguinte maneira, 19% do PB é de arroz, 14% de milho, 6% de feijão, 60% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca) e 1% de banana (prata, nanica, coaruda, roxa). Pode-se afirmar que se trata de uma sub-amostra pouco diversificada, pois aparecem cinco cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, nesse caso, assim como no anterior para a sub-amostra AMAZ 1, a cultura da mandioca isoladamente corresponde a 60% do PB dos Cultivos Anuais.

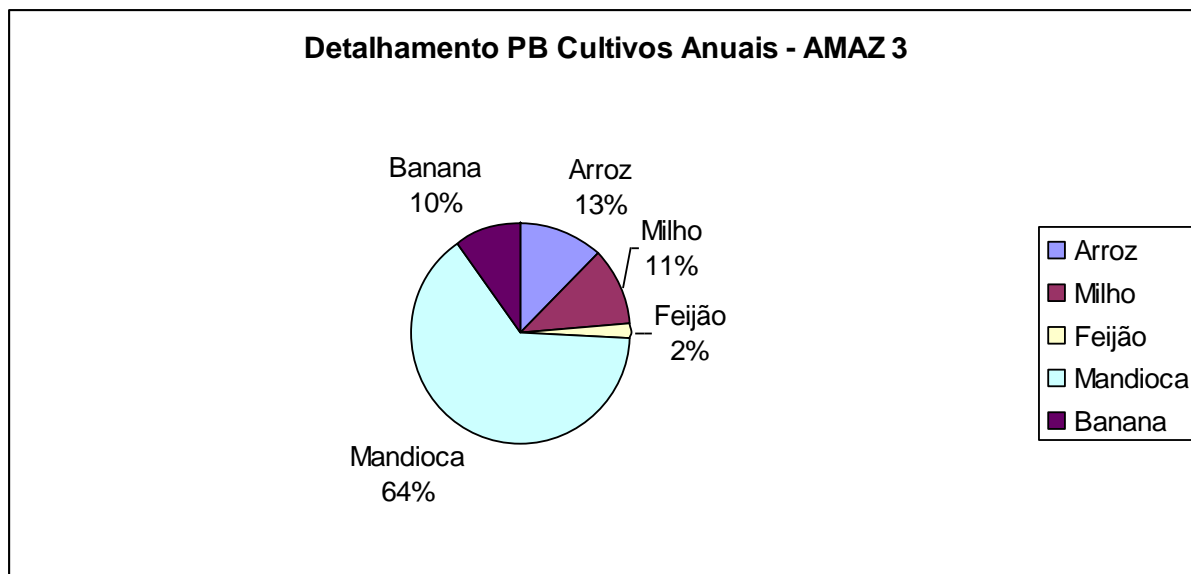


Gráfico 26: Detalhamento do Produto Bruto de Cultivos Anuais para Sub-Amostra AMAZ 3 no assentamento Palmares II.

Fonte: Dados Pesquisa de Campo do Projeto AMAZ 2007-2008 e Pesquisa de Campo realizada pelo autor em 2009, organização do autor.

Por fim, conforme os dados revelados pelo gráfico 26 acima, a composição do PB Cultivos Anuais para sub-amostra AMAZ 3 está composta da seguinte maneira, 13% do PB é de arroz, 11% de milho, 2% de feijão, 64% de mandioca e derivados (farinha, tucupi e a própria mandioca) e 10% de banana (prata, nanica, coaruda, roxa). Pode-se afirmar que trata-se de uma sub-amostra relativamente diversificada, pois aparecem cinco cultivos compondo o PB dos Cultivos Anuais, mas como nas anteriores Fundo do Limão, Rio Novo, Vila, AMAZ 1 e AMAZ 2 o grosso da contribuição das culturas para composição do PB dos Cultivos Anuais continua sendo o cultivo da mandioca, nesse caso, em AMAZ 3 corresponde a 64% do PB dos Cultivos Anuais para a sub-amostra.

Os gráficos 21 a 26 reforçam a presença marcante das culturas anuais na composição do Produto Bruto dos Cultivos Anuais e para, além disso, reforçam a importância relativa do PB dos Cultivos Anuais na composição do Produto Bruto Agropecuário Total, o que de certa forma já era perceptível nos primeiros anos de pesquisa do projeto AMAZ em 2007 e 2008, no entanto muitas indagações surgiam, por conta da própria representatividade e certo enviesamento das sub-amostras AMAZ 1, AMAZ 2 e AMAZ 3 não serem representativas do conjunto do assentamento Palmares II, não só por uma questão estatística de intervalo e nível de confiança, mas pelas próprias condições ecológicas iniciais de partida, no que diz respeito à cobertura vegetal principalmente, pois boa parte dos 51 estabelecimentos

agropecuários inicialmente pesquisados no âmbito do projeto AMAZ foram assentados sob mata quando da chegada no assentamento, o que de ante mão possibilitaria a formulação de hipóteses que esse agricultores disporem de mata para fazer roça e rodízio de capoeiras, com baixa tendência à implantação de pastagens.

Acreditamos que com a escolha de outras três sub-amostras (Fundo do Limão, Rio Novo e Vila) podemos ampliar a nossa amostra com mais 62 lotes, totalizando um universo de 113 estabelecimentos correspondentes a 22% das famílias assentadas em Palmares II, o que acreditamos ser mais representativo do que as 51 famílias inicialmente pesquisadas e confere uma melhor qualidade na identificação e reflexão de tendências reprodutivas adotadas pelas famílias camponesas no assentamento.

Ainda com relação à primeira fase da pesquisa, nos anos de 2007 e 2008 algumas questões percebidas durante as pesquisas de campo não puderam ser tratadas, percebeu-se forte influência histórica do acesso aos créditos produtivos em suas diversas modalidades, em especial, PROCERA, FNO-Especial e PRONAF ao longo dos anos de existência do assentamento, da mesma forma uma forte relação com a sede do município de Parauapebas, principalmente no que se refere ao escoamento e comercialização da produção traduzida muito fortemente na relação com a “Feira do Produtor Rural de Parauapebas” e transformações substanciais no sistema técnico de uso da terra, já naquele momento, não só a tendência de aumento do plantio de cultivos anuais e queda da pecuária, mas junto a elas a forma de preparo do solo estava sendo modificada, a tradicional agricultura de corte e queima aos poucos não traduzia mais a principal forma de plantar e cultivar a terra no assentamento Palmares II, o preparo da terra mecanizado já podia ser observado ao longo das vias de acesso e vicinais do assentamento, o que coloca a necessidade de aprofundar a reflexão.

Na verdade, o predomínio e ascendência dos cultivos anuais em Palmares II não é de certa forma uma grande novidade, pois o trabalho de Monteiro (2005) já apresentava principalmente no que se refere à mandioca alguns números esclarecedores, o autor buscou dados históricos na COOMARSP para safra 1997/1998 e os comparou com a safra 2002/2003 e obteve os seguintes resultados, uma variação positiva de 17,23% para a cultura do arroz para o período em questão, uma variação negativa de 2,34% para a cultura do milho e por fim, uma variação

positiva significativa para a cultura da mandioca da ordem de 526,90% da safra 1997/1998 para 2002/2003. O que o autor não apreendeu em sua pesquisa e talvez seja importante reforçar é que efetivamente essa forte tendência dos cultivos anuais vem realmente se materializando e em especial a mandioca, mas no entanto, há também outros cultivos em ascensão dentro do assentamento em algumas áreas, como por exemplo, a banana e o cultivo de olerícolas, além do mais o milho, apesar de ter apresentado pelos dados do autor um retrocesso, vem retomando sua importância devido principalmente ao convênio entre a Prefeitura Municipal de Parauapebas e a APROCPAR com o “Programa Patrulha Mecanizada”.

Ainda com relação ao trabalho de Monteiro (2005), o autor aponta o forte conflito existente entre as estratégias coletivas e individuais de produção e organização da produção, houve uma tentativa de implantar inúmeros projetos coletivos de produção e organização da produção, no entanto o sucesso foi baixo e pouco eficiente em termos de fortalecimento da coletividade, mas não inviabilizou a conquista de infra-estruturas coletivas. Por mais, que a tomada de decisão seja individual, o movimento coletivo dos assentados na busca de crédito, parcerias e canais de comercialização continuam sendo relevantes em Palmares II, mesmo porque a organização até o ano de 2004/2005 era feita pelos chamados NB's – Núcleos de Base, com um coordenador por Núcleo que compunha a coordenação do assentamento, na época eram 42 NB's identificados pelo autor, atualmente a organização se dá por regionais, sendo três as consideradas para efeito de mobilização e organização social interna ao assentamento e que estabelecem mediação nas negociações internas e externas ao assentamento, a saber: Regional Limão, Regional Três Voltas e Regional Vila/Rio Novo, cada uma contando com aproximadamente 170 famílias.

Dessa forma, a partir de agora buscaremos trazer elementos qualitativos e quantitativos frutos da pesquisa de campo realizada pelo autor que nos ajudem a complexificar a análise e tratar dessas lacunas, em três grandes frentes, que não estão desarticuladas, nem do ponto de vista histórico das discussões internas da organização sócio-produtiva do assentamento Palmares II e do próprio MST na região como um todo, tampouco das próprias necessidades reprodutivas das famílias camponesas, sendo elas: o papel do crédito produtivo ao longo dos anos, a parceria Assentamento Palmares II via APROCPAR com a Prefeitura de

Parauapebas na execução da “Patrulha Mecanizada” e a comercialização da produção na “Feira do Produtor Rural de Parauapebas”.

5.1 POSSIBILIDADES E DESAFIOS AO CAMPESINATO EM PALMARES II

Antes mesmo de apresentar os elementos referidos às três questões balizadoras de nossa análise a partir de agora, vale destacar que diante da concepção sócio-econômica adotada na análise, deve-se ressaltar que um estabelecimento agropecuário familiar camponês tem como objetivo de sua produção a reprodução rural, ou seja, o mesmo lança mão na maioria das vezes da combinação de diferentes atividades produtivas, sejam elas, atividades extrativistas, agrícolas e não-agrícolas. A ênfase está na reprodução da família como um todo e não no lucro, o que grosso modo, a diferencia da unidade de produção capitalista e orientam suas estratégias e decisões internas, inclusive as decisões sobre alocação de trabalho, do patrimônio acumulado e dos recursos naturais disponíveis.

Conforme exaustivamente debatido na literatura acadêmica por diversos autores, isso não exclui uma relação com a sociedade envolvente, inclusive relações de mercado, troca e planejamento, porém lhe reserva uma possibilidade de certo grau de autonomia relativa. Ao mesmo tempo, isso lhe confere uma série de contradições, pois a tendência hegemônica da economia capitalista é de “destruição” do estabelecimento familiar camponês através do processo de centralização e concentração de capitais ou ainda de subordinação desta à sua racionalidade e ao seu processo de acumulação.

Por conta disso, a capacidade de permanência das famílias assentadas na unidade de produção agropecuária familiar depende de sua capacidade interna de gerar renda, monetária e/ou na forma de produtos para auto-consumo, que permita sua reprodução social e econômica. Ao mesmo tempo, a composição desta renda reflete estratégias diferenciadas que cada família adota num determinado período de tempo, em função de diferentes formas de utilização de seu trabalho disponível (estratégias mais intensivas ou extensivas em termos de trabalho) e/ou de seus recursos naturais (estratégias mais intensivas ou extensivas em uso da terra e outros recursos naturais).

Os efeitos da renda tem duas dimensões: uma imediata e outra mediata. O efeito imediato da renda é garantir a reprodução da família no curto prazo, ou seja, permitir uma remuneração por trabalhador que garanta sua reprodução. O efeito mediato reflete-se na acumulação de capital, ou seja, uma vez garantida a reprodução imediata, parte da renda pode ser acumulada na forma de capital produtivo. Diferentemente da unidade de produção capitalista, cuja acumulação de capital é um fim em si mesmo, na unidade camponesa ela é um meio para melhorar a eficiência futura da capacidade da família se reproduzir com menos esforço.

Por isso Chayanov (1974), colocou uma questão central: uma vez que as necessidades reprodutivas não são parâmetros fixos e naturais, mas sociais, como uma família determina quanto de sua renda será destinada ao auto-consumo familiar e quanto será convertido para a formação/reprodução de capital? Essa indagação nos leva a justificar a exaustiva análise iniciada pelo tamanho dos estabelecimentos e tempo de permanência nos mesmos, passando pelo uso da terra e pela formação do Produto Bruto Agropecuário Total. Com certeza lacunas restam, mas acreditamos termos apresentado elementos que balizam essas estratégias e possibilitam o estabelecimento de relações internas e externas ao assentamento.

Ao que nos parece os dados apresentados em Palmares II reforçam essas perspectivas e denunciam não se tratar apenas de uma agricultura em pequena escala para o auto-consumo, mesmo porque há um grau importante de diversidade e intensidade de uso do solo, levando-se em consideração o tamanho dos estabelecimentos agropecuários e as diferentes condições iniciais ecológicas onde cada agricultor foi assentado nas diferentes sub-amostras pesquisadas.

É importante ressaltar que a capacidade reprodutiva da família não reflete apenas sua situação econômica interna, mas também externa. Por isso, estudar as formas econômicas de relação da unidade camponesa com a sociedade mais geral é importante. As formas de apropriação de parte da renda dos camponeses pelo capital mercantil (no momento da comercialização), do capital industrial (nas relações entre preços dos produtos camponeses e dos produtos industrializados, mais ou menos determinados em função dos sistemas técnicos adotados) e do capital financeiro (através do crédito) muitas vezes inviabilizam certas eficiências produtivas internas, obrigando a outras estratégias menos eficientes do ponto de vista do uso do trabalho e dos recursos naturais ou ainda criando-lhes crises de reprodução. Essas questões não foram aprofundadas na primeira parte da análise,

porém deverão ser trazidas ao menos pistas que possam permitir uma leitura mais completa dessas relações estabelecidas mobilizando dados do crédito produtivo acessado pelos agricultores em Palmares II, dos produtos e da produção comercializada na Feira do Produtor Rural do município de Parauapebas e do “Programa Patrulha Mecanizada” para preparo de solo.

Por fim, compreendemos que a capacidade de reprodução da família não pode ser vista apenas como resultado de suas ações econômicas, mas também políticas, sociais e culturais. Em seu trabalho *Velho* (1980), já chamava a atenção para a capacidade política demonstrada pelo campesinato da frente de expansão maranhense-paraense reverter certas tendências de destruição (crises de reprodução) observadas no plano estritamente econômico, o que foi evidenciado pela permanência segundo o próprio autor conclui para área de estudo em São Domingos do Araguaia. O protagonismo político, a capacidade de se adaptar às reações e revezes climáticos, a formação de redes sociais, enfim, fica claro que a reprodução não está somente centrada no campo da produção.

Ainda tratando da preocupação da reprodução sócio-econômica camponesa, Costa (2000), chama a atenção da conquista do crédito subsidiado (FNO-Especial e PRONAF “A” principalmente) como as expressões mais claras dessa capacidade de recriação num período mais recente. Sendo assim, tentaremos trazer elementos que possam estar possibilitando a permanência e a reprodução sócio-econômica do campesinato em Palmares II, para além do nível de funcionamento do estabelecimento agropecuário familiar camponês em sua parcela produtiva e que podem estar permitindo certa estabilidade ao campesinato em Palmares II.

Por fim, outro elemento importante são as redes e canais de comercialização estabelecidos com o meio envolvente, ao que nos parece as possibilidades da criação de canais diretos de comercialização rompem com certa marginalidade atribuída à produção familiar evidenciando socialmente a relevância e a diversidade de possibilidade de produtos e produção, além do mais, casos como o da Feira do Produtor Rural de Parauapebas podem ser um contraponto à ação de especuladores e da própria ação do capital usurário mercantil, o qual muitos agricultores, sejam por falta de organização da produção, seja por distâncias longas e isolamento acabam por ficarem reféns da ação desses. Destarte, espera-se que

esse conjunto de ações possam estar colaborando para o que Velho (1980) atribuiu como desmarginalização do campesinato na fronteira.

5.2 CRÉDITO PRODUTIVO, MECANIZAÇÃO E FEIRA DO PRODUTOR RURAL DE PARAUPEBAS

Uma primeira consideração sobre o crédito produtivo a ser mencionada é que não há uma sistematização organizada e detalhada do crédito acessado pelos agricultores no PA Palmares II. Isso é um problema em si, mas boa parte das informações está na memória das lideranças do assentamento e da APROCPAR. Na verdade, até há muitos arquivos, no entanto, estão dispersos entre a APROCPAR, BASA, Banco do Brasil e o INCRA. Tentei duas idas sem sucesso às agências do BASA e do Banco do Brasil em Parauapebas e no Núcleo Urbano de Carajás, mas não obtive sucesso. Os arquivos da APROCPAR estão desorganizados e não tem uma continuidade temporal que permitiria uma análise mais detalhada por estabelecimentos agropecuários, nem por volume de recursos aplicados individualmente em diferentes atividades produtivas.

Dessa forma, como mencionei anteriormente vou buscar trazer elementos estruturantes com o problema de não ter conseguido relacionar claramente esses dados obtidos por intermédio de entrevistas semi-estruturadas com a direção da APROCPAR, aos dados dos 113 estabelecimentos pesquisados, no entanto, os dados apresentados são consistentes e podem ajudar a identificar historicamente e atualmente tendências gerais no assentamento como um todo, para além da nossa amostra pesquisada. Sendo assim, vou trazer um breve relato histórico de como surgiu o crédito para os assentados em Palmares II, quais as estratégias foram adotadas ao longo dos anos e de que forma isso vem ou não se configurando em uma ação estratégica na reprodução sócio-econômica e produtiva dos estabelecimentos agropecuários familiares.

Um primeiro momento importante referente ao acesso de crédito produtivo é justamente o ano inicial do assentamento 1996/1997. Nesse momento apesar das inúmeras dificuldades de efetivação da conquista do assentamento e das lutas realizadas, o que já foi bem descrito em (MONTEIRO, 2005; BRINGEL, 2006) e apesar do Massacre de Eldorado dos Carajás, todo esse enfrentamento e as baixas ocorridas pela violência sofrida acabam por configurar uma conjuntura relativamente

favorável para negociações políticas nos aspectos referentes à reforma agrária em toda sua amplitude de ações, em especial ao crédito produtivo não foi diferente.

Na região Sudeste do Pará como um todo, muito pouco crédito havia sido acessado até então, mesmo porque o PRONAF é datado do ano de 1996 e as outras linhas não eram difundidas e acessadas nem pelos movimentos sociais organizados do campo, tampouco pelos agentes financiadores, havia muitas ressalvas sobre a possibilidade e estruturação de uma rede de insumos, produtos e assistência técnica, bem como, canais de comercialização que supririam a necessidade dos agricultores, nas palavras de uma das lideranças entrevistadas, a agricultura familiar não era tida como prioridade para o desenvolvimento da região.

Sendo assim, para além das necessidades produtivas imediatas era importante acessar o crédito, até mesmo para cumprir um papel simbólico junto aos assentados reforçando a confiança dos agricultores no movimento social e perante a sociedade como um todo, pois numa região tensa e eivada por conflitos agrários investir na consolidação da reforma agrária se constituía como um grande desafio diante da sociedade ampliada, no entanto, conforme admitem e reforçam as próprias lideranças não havia quadro suficientemente formado para organizar, pleitear e administrar as propostas. Nesse sentido, quem coordenou essa primeira avalanche do crédito produtivo para o assentamento Palmares II foi o MST Nacional e na perspectiva de acessar crédito tanto individual como coletivamente, sobretudo coletivizar a produção e as infra-estruturas era a orientação imediata.

Ainda com relação a esse primeiro momento, o acesso ao crédito era para os assentamentos Rio Branco e Palmares, com o objetivo de acesso ao “teto 1” e “teto 2” do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). No PA Rio Branco muito do acúmulo posto em prática era da experiência do Movimento Sindical e da própria militância do MST de outros estados, já em Palmares II, o quadro foi reconfigurando-se, houve forte investimento em formar uma militância própria, objetivando ir além do debate isolado do crédito, mas buscando a consolidação do MST na região e no estado como um todo. Dessa forma, o objetivo na cabeça dos dirigentes e lideranças era massificar o acesso ao crédito na Palmares II e consolidar o MST e para isso a política de crédito deveria ser massiva e com investimento pesado em capacitação e infraestrutura.

a) Recursos Financeiros Oriundos do Crédito ao longo dos anos:

- (i) **1996 - PROCERA** – R\$ 1000,00 no Banco do Brasil para cada família e acessaram aproximadamente entre 400 a 430 famílias para cultivos arroz, milho e mandioca basicamente, financiando atividades de custeio, não foi financiado nenhum tipo de investimento individual;
- (ii) **1996/1997 - PROCERA / Projeto Coletivo** no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), projeto para agroindústrias coletivas para beneficiamento de aves, suínos, peixes e leite, farinheira e fábrica de laticínios; veículos, 06 caminhões, 04 tratores, máquina e implementos agrícolas (2 tratores, 2 arados e duas grades aradoras) que beneficiariam um total de 480 famílias.
- (iii) **1997 – Banco do Brasil** - crédito individual para aproximadamente 400 famílias no valor de R\$ 1000,00/família para custeio das lavouras de milho, mandioca e arroz;
- (iv) **1998/1999 – PROCERA / BASA** – R\$ 2.000,00/família para arroz, milho e mandioca e custeio e manutenção dessas atividades;
- (v) **1998/1999 – PROCERA Coletivo / Banco do Brasil Complementar** de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para ampliação da frota de caminhões e tratores, conformando assim um total de R\$ 2.320.000,00 (dois milhões trezentos e vinte mil reais);
- (vi) **1999** – Primeiro crédito individual e foi liberado quando os agricultores praticamente estavam em sua maioria já nos seus estabelecimentos, foi um ano estratégico, primeiro acesso ao PRONAF “A”, onde aproximadamente 400 famílias acessaram esse crédito.

Esse ano de 1999, marca de certa forma a ruptura com a perspectiva de acesso aos créditos coletivos, além de ser o primeiro ano de acesso oficial ao PRONAF “A” lançado em 1996 e funcionou da seguinte maneira: foram abatidos os

R\$ 3.000,00 por família acessados nos anos anteriores de 1996 e 1997 e tinham direito a complementação no teto de R\$ 9500,00, sendo assim, aproximadamente 405 famílias acessaram em torno de R\$ 6.5000,00, sendo R\$ 4.500,00 para investimento e R\$ 2.000,00 para custeio das atividades implantadas anteriormente arroz, mandioca e milho principalmente. Foi a primeira liberação de crédito que contemplava financiamento em investimentos individuais.

Antes mesmo de maiores detalhes, vale destacar, o trabalho de Monteiro (2005), em que o mesmo problematiza toda essa estratégia do próprio MST posta em prática no assentamento Palmares II, que findou por não constituir uma coletividade satisfatória e colhendo os resultados esperados, no que se refere à coletivização dos meios de produção, principalmente as grandes estruturas de beneficiamento, como o laticínio, farinhas e uso e manutenção dos maquinários agrícolas e veículos pesados.

O autor aponta os principais problemas indicados pelos próprios assentados em Palmares II para o certo fracasso na aposta do crédito coletivo, sendo eles, 42,11% indicam a falta de conhecimentos administrativos como causa principal, 28,95% apresentam a falta de formação e conhecimento técnico para desenvolver as atividades priorizadas, o que está bastante relacionado com um conflito na época entre priorização da produção coletiva e reprodução econômica individual. Muitas famílias, desde o início eram contra a adoção desse tipo de estratégia, para além, desses dois fatores tidos como principais, os assentados mencionaram ainda, a própria falta de qualificação técnica dos que vinham para acompanhar os projetos, a própria aplicação do recurso, por parte do MST e do Governo Federal, além disso, 67,22% nunca receberam nenhum tipo de assessoria técnica durante o período em questão (MONTEIRO, 2005). O autor chega a concluir que o campesinato está centrado em uma individualidade determinante em suas ações, em detrimento de ações coletivas, no entanto, é preciso relativizar tal afirmação, pois há questões estruturantes que são sempre pleiteadas no âmbito coletivo. Talvez o que seja difícil é suplantar uma lógica imposta por um projeto coletivo concebido de fora para dentro e não a partir dos de dentro, pois se faz necessário estarmos atentos às diversas frentes que deveriam ser abertas para gerar um projeto coletivo com 517 famílias.

Voltando aos nossos dados, é importante destacar que desses R\$ 4.500,00 destinados para investimento, a dianteira do processo foi destinado para atividade

pecuária, no entanto como reforçam as próprias lideranças, havia forte preocupação em conciliar a atividade produtiva pecuária com outras atividades produtivas, buscando superar um massivo processo de pecuarização, conforme reforça a fala de um dos nossos entrevistados, *“...era sempre a criação de gado associada a alguma outra atividade, tentamos o coco, café, aves, suínos, acerola, cupuaçu, banana, maracujá, muita coisa já tem plantada aqui”*.

Em síntese, nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999 as atividades produtivas eram concentradas na área da VILA, a atividade pecuária iniciou com mais força a partir de 1999 quando os agricultores em sua maioria foram para os seus lotes oficialmente entregues, foi quando também houve uma primeira quebra da coletivização e iniciou-se a proposta dos Núcleos de Base (NBs), vale ressaltar ainda, que desde o início de 1996/1997 havia criação e uso coletivo de gado principalmente na área da SEDE do assentamento, por conta principalmente da infra-estrutura herdada da fazenda, onde havia curral, cercas, pastagens formadas e acesso aberto de estradas.

Uma breve avaliação do período (1996-1999) pode ser organizada da seguinte forma, à luz das nossas entrevistas realizadas: (i) a maioria das famílias acessou o crédito, aproximadamente 405 famílias, o que equivale a 78,3% das famílias assentadas. Ainda segundo nossos entrevistados, quem não acessou o crédito é porque tinha problemas com documentação, ou fez a opção de não acessar por estarem mais bem estruturados que a maioria; (ii) apesar dos enteveros, foram realizadas importantes conquistas no âmbito coletivo da infra-estrutura da VILA principalmente, casas foram construídas com crédito de habitação, terrenos divididos para cada família na vila do tamanho de 30m x 30m, escola, posto de saúde, cooperativa de transporte coletivo, acesso de estrada ao assentamento durante ano todo. Ao nível dos estabelecimentos agropecuários e da coletivização produtiva muitas dificuldades ocorreram. No âmbito coletivo muitos problemas na gestão, manutenção e organização de uso dos equipamentos e infra-estrutura, conforme reforça Monteiro (2005) e no âmbito da produção a nível dos lotes e no coletivo, muitas dificuldades na administração dos recursos e implementação das atividades produtivas, muitas atividades se apresentavam inovadoras como por exemplo, a piscicultura, o cultivo de perenes e frutíferas, no entanto, havia falta de acompanhamento técnico e falta de assessoria técnica, comprometendo muitas vezes as atividades, sejam elas coletivas ou individuais.

Passado esse período inicial de 1996-1999, nos anos seguintes de 2000, 2001 e 2002 não houve acesso formal de crédito produtivo por partes dos assentados em Palmares II, muito por conta da necessidade de realizar uma avaliação crítica, em relação aos acessos já conquistados e pensar novos rumos e potencialidades sobre os sistemas produtivos e segundo ressaltou um dos agricultores entrevistados, “... a gente precisava de um momento pra pensar no que deu certo e no que deu errado, logo a gente ia ter que pagar os créditos e daqui pra frente tinha que investir no que tivesse dando retorno”.

Em 2003 foi o ano do vencimento da primeira parcela PROCERA Custeio (R\$ 3.000,00) e PRONAF “A” Investimento (R\$ 4.500,00), no entanto, foi negociado o prolongamento e alongamento das dívidas agrícolas, pois a grande constatação é que as famílias não haviam conseguido estruturar reservas e ter capacidade de pagamento, pois segundo dados repassados pela direção da APROCPAR, mais de 70% das famílias estariam em inadimplência e nesse mesmo ano foi criado o PRONAF “A/C” como uma espécie de complementação ao PROCERA Custeio e PRONAF “A” e nesse mesmo ano aproximadamente 405 famílias acessaram o PRONAF “A/C” Custeio no valor de R\$ 3.250,00. Ainda no ano de 2003 o teto do PRONAF “A” subiu de R\$ 9.000,00 para R\$ 12.500,00 e nesse instante, poucas famílias acessaram o PRONAF “A”, por conta da inadimplência e de já terem sido beneficiados por créditos anteriores.

Com as dificuldades de pagamento do crédito e necessidade de reestruturação e avaliação do percurso percorrido, a estratégia e os rumos do debate pautado pelos dirigentes e lideranças do assentamento Palmares II modificaram-se, segundo nos informou, um dos dirigentes da APROCPAR, [...] *privilegiou-se a partir de 2003 a modernização da propriedade*”. O objetivo final era cuidar do que estava iniciado e com problemas na implementação, foi a partir dos anos de 2003 e 2004 que foram retomados os convênios dos serviços de ATES do INCRA e a estratégia era recuperar e cuidar dos investimentos (arrumar cercas, fazer e refazer currais, melhoramento do rebanho, sempre casando a atividade pecuária com fruticultura – cupuaçu, coco, maracujá, banana, acerola e para tal, aproximadamente 100 famílias acessaram o crédito complementar para esse investimento (R\$ 3250,00/família) nos anos de 2003, 2004 e 2005.

A avaliação era positiva quanto à perspectiva de ter uma equipe técnica dentro do assentamento que não estivesse apenas pautada pela elaboração de

projetos de crédito. Durante os anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, pelo convênio do serviço de ATES firmado entre o INCRA e a Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sul e Sudeste do Pará (COOMARSP), esteve residindo no assentamento Palmares II, uma equipe técnica multidisciplinar, oscilando entre cinco e sete integrantes, contando com técnicos agropecuários de nível médio, profissionais das ciências agrárias de nível superior (agrônomos, zootecnista e veterinário) e profissionais das ciências humanas e sociais (sociólogos e pedagogos, principalmente).

A equipe técnica vinculada formalmente à COOMARSP tinha a incumbência e responsabilidade de discutir, planejar e executar ações juntamente com as famílias assentadas e com os dirigentes e lideranças do assentamento Palmares II no campo técnico-produtivo, no campo ambiental e social, ampliando assim, o horizonte de atuação, além de ser responsável pela elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), Palmares II, em convênio firmado com o INCRA, buscando oferecer um diagnóstico claro da atual situação técnica-produtiva, social, ambiental e apontar questões relativas à infra-estrutura, serviços, saúde e educação.

Entre os anos de 2006 a 2009 efetivamente não houve acesso formal ao crédito produtivo oficial PRONAF, no entanto outros convênios e projetos foram e vêm sendo acessados em parceria e articulação com a Prefeitura Municipal de Parauapebas e diretamente com o MDA/INCRA. Em sua maioria são projetos de financiamento de caráter anual para custeio de atividades produtivas, como produção de mudas para plantio e recuperação de nascentes e igarapés, além de plantios de frutíferas, como o açaí, maracujá, acerola, cupuaçu, mamão, banana e coco, principalmente.

Segundo relato dos dirigentes da APROCPAR e dos próprios agricultores ouvidos, a partir dos anos de 2005 a 2009 percebe-se uma guinada nas estratégias das famílias assentadas. Os investimentos são crescentes em fruticultura, sendo financiados ou não (acerola, maracujá, mamão e banana principalmente) e há um crescimento das hortas dentro do assentamento, pois segundo os mesmos, a Prefeitura vem apoiando fortemente a comercialização de hortaliças e frutas na Feira do Produtor Rural de Parauapebas fornecendo transporte e hospedagem aos agricultores e recentemente no ano de 2008 com a estruturação de um viveiro municipal que subsidia o fornecimento de mudas de espécies frutíferas, principalmente, acerola, mamão e maracujá. Além disso, há de se destacar a forte

atuação da SEMPROR Parauapebas, por intermédio do “Programa Terra Viva” que atende áreas de assentamento e de colonização em três grandes frentes:

(i) Apoio e Fomento à Diversificação Produtiva: assessoria técnica e subsídios para plantio de grãos, implantação de hortas, fruticultura, estruturação de um viveiro de mudas municipal com capacidade de produção para 50.000 mudas/ano, recuperação de pastagens e implantação de capineiras e sistemas de criação de pequenos animais;

(ii) “Programa Patrulha Mecanizada”: apoio à mecanização e construção de represas, a principal justificativa para mecanização está associada a duas grandes questões, uma primeira é o dispêndio de trabalho exigido dos agricultores para recuperar áreas degradadas de pastagens antigas e segundo, uma estratégia para diminuição dos desmatamentos e queimadas e por fim,

(iii) Apoio à Comercialização: da mesma forma essa ação está estruturada em duas frentes significativas, uma primeira ligada ao processamento de frutas e fabricação de compotas e doces principalmente realizada em parceria com a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás (COOPER), que, além disso, ainda realiza a viabilização da compra coletiva de insumos produtivos, como calcário, adubos, sementes, alevinos, dentre outros, diminuindo e dissolvendo custos que seriam repassados aos agricultores e um outro subprograma denominado de “Qualidade e Renda”, onde o objetivo central é cuidar da organização geral da Feira do Produtor Rural de Parauapebas, tendo ações desde o cadastro dos agricultores, até o transporte e hospedagem dos mesmos na cidade, com o objetivo de garantir a qualidade do produto final comercializado na Feira.

Dessa forma, fica claro que o assentamento Palmares II está inserido e faz parte de uma rede complexa de instituições e articulações com entes públicos, hoje fortemente representados pelo poder público municipal de Parauapebas e pelo Governo Federal com algumas ações no âmbito dos projetos e programas do MDA/SDT pelo município compor um dos “Territórios da Cidadania” do segundo mandato do governo LULA.

Nesse sentido, os elementos apresentados ajudam a reforçar e compreender, por exemplo, o fortalecimento e a expansão dos cultivos anuais no assentamento,

segundo dados obtidos em nossas entrevistas, nos anos de 1996 a 1999, a produção privilegiada de cultivos anuais era de arroz e forte tendência a implantação de pastagens, para os anos de 2004/2005-2009/2010 privilegia-se atualmente o plantio de milho e mandioca, segundo a fala de um dirigente da APROCPAR em assembléia realizada no assentamento Palmares II no dia 24 de Novembro de 2009, no Núcleo Três Voltas, [...] *esse casamento do milho com a mandioca mansa articula bem as necessidades para manutenção da criação de pequenos animais e peixes e não fortalece a lógica de implementação do desmatamento, queimadas e ampliação das pastagens* (pecuarização).

Para tal, os apoios dos Programas da Prefeitura de Parauapebas tem sido fundamental – Terra Viva, Mecanização, Viveiro de Mudas, Farinheira e o Convênio MDA/CEF/Prefeitura de Parauapebas, que viabilizará a implantação dos tanques de resfriamento de leite no assentamento, sendo localizados, um na área da Sede e outro nas Três Voltas dentro do assentamento Palmares II.

Retomando-se a discussão do crédito propriamente dita faz-se necessário evidenciar o grau de endividamento das famílias assentadas em Palmares II, segundo os dados levantados em nossas entrevistas na pesquisa de campo, a média de endividamento gira em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 / família e 25% estão dentro dos prazos, ou seja, devendo, mas na normalidade; outros 25% não tem endividamento e 50% estão inadimplentes, o que não significa um fracasso total, pois estão endividados, mas com estrutura, segundo reforça nosso entrevistado. A orientação dada pelos dirigentes e lideranças do assentamento é não se desfazer do que foi adquirido ao longo dos anos para pagar o crédito, até mesmo porque, segundo comenta o entrevistado [...] *temos clareza das responsabilidades partilhadas, com certeza temos nossa parcela de responsabilidade, mas tem os próprios Bancos financiadores e o poder público que devem responder ao ônus de endividamentos dos agricultores, pois são créditos liberados fora de prazo, a não renovação dos serviços de assessoria técnica, entre outros fatores que dificultam nosso planejamento e a gente não pode pagar sozinho por isso*. Percebe-se na fala uma conotação fortemente política, no sentido de não sacrificar o patrimônio em detrimento do pagamento da dívida adquirida com o crédito, o que demonstra forte poder de articulação, pois em última instância era como se o recurso empregado no financiamento das atividades produtivas, por

intermédio do crédito via agentes financiadores fosse uma espécie de compensação dada aos agricultores.

Conforme podemos perceber em nossa pesquisa de campo subsidiada por nossas entrevistas, as pautas discursivas com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal no âmbito dos sistemas produtivos giram em torno da diversificação produtiva, fortalecimento de atividades e ações que vem recebendo o aval dos agricultores assentados em Palmares II, dentre elas, o reforço da “Patrulha Mecanizada”, se constitui numa prioridade anunciada claramente pelos agricultores e dirigentes do assentamento, sendo assim, acrescenta-se a preocupação de quais áreas são possíveis de serem mecanizadas não colocando em risco a propriedade principalmente com relação aos aspectos ambientais e ainda, se faz necessário discutir e definir uma estratégia para análise e correção dos solos que estão sendo mecanizados principalmente por conta da intensificação que os mesmos vem sofrendo, ponto esse de certa maneira polêmico e que voltaremos adiante em nossas análises, além disso, priorizar a pecuária de leite ao invés da criação extensiva de corte e viabilizar a implantação das duas farinhas na área da Vila em parceria com a prefeitura municipal são prioridades anunciadas.

5.2.1 Tendência à mecanização – “Programa Patrulha Mecanizada”

No que diz respeito ao “Programa Patrulha Mecanizada” em parceria com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, os dados do ano de 2009/2010 foram os seguintes e da mesma forma como os dados do crédito não são referentes somente à nossa amostra de 113 estabelecimentos agropecuários, mas de qualquer forma, acreditamos ser de fundamental importância, até mesmo porque a mecanização se traduz hoje na lógica produtiva do assentamento num fator fundamental para compreender as causas da elevada contribuição dos cultivos anuais na conformação do Produto Bruto Agropecuário Total.

No total foram gastas aproximadamente 1200 horas de trator no assentamento Palmares II e atendidas 321 (trezentos e vinte e uma famílias) dos Núcleos Limão, Três Voltas e Vila, totalizando 320 ha de área preparada, o que corresponde a 1ha em média/família, não temos os dados por cada família infelizmente. Desse total 213 (duzentos e treze) agricultores prepararam área para o

plantio de milho e mandioca, o que corresponde a 66,3% do total, 60 (sessenta) agricultores para implantação de milho e horta, o que equivale a 18,6% do total e 48 (quarenta e oito agricultores) prepararam área para o plantio de milho e frutíferas, com destaque para o plantio de acerola, banana e maracujá, no total das 1200 (mil e duzentas horas), ainda foram realizados a construção e adaptação/reparo em doze tanques para atividade de piscicultura, outra ação a ser fomentada pela APROCPAR, em parceria com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, dessa forma, ressalta-se a importância da mecanização e mais uma vez, surge com destaque o cultivo da mandioca, além disso, há um significativo contingente de áreas preparadas para o cultivo de hortas, o que aponta outra tendência significativa em curso no assentamento, bem como a fruticultura, o que trataremos adiante com análise dos dados da Feira do Produtor Rural do município de Parauapebas.

5.2.2 A Feira do Produtor Rural de Parauapebas

A Feira do Produtor Rural em Parauapebas, localizada no centro da sede urbana do município de Parauapebas foi concebida em 1992, pela Prefeitura Municipal, em parceria com as associações e entidades representativas da base dos agricultores, com o objetivo de favorecer a venda de produtos agrícolas dos agricultores familiares do município. No início eram cerca de 20 agricultores cadastrados e atualmente são 398 feirantes cadastrados, além de outros em espera e vendedores não cadastrados, vindos de 17 localidades diferentes, sendo quatro delas assentamentos de reforma agrária, dentre eles o assentamento Palmares II.

Esta feira é bancada pela Prefeitura de Parauapebas, através da SEMPROR. Cabe à secretaria a manutenção do local de comercialização, como limpeza e confecção das bancas onde o produto é exposto, transporte dos produtos e feirantes e hospedagem dos agricultores. Para o transporte dos agricultores e de seus produtos são disponibilizados doze caminhões, que durante três vezes na semana percorrem diferentes rotas para conduzir os agricultores até a feira. Estes ficam hospedados na Casa do Agricultor, localizada em frente à feira. Uma questão importante de ser pontuada é o diálogo e as exigências pautadas pelos agricultores, em relação ao apoio da Prefeitura. Os mesmos doze caminhões, quando não estando transportando os feirantes e seus produtos ficam a disposição dos

agricultores nos outros dias da semana, claro que com agendamento prévio, para a realização de serviços diversos, desde mudanças pessoais, até transporte de mudas, estacas, matérias de construção adquiridos por doação e comprados na cidade e animais, o que reforça certa condição privilegiada dos agricultores residentes no município de Parauapebas.

Atualmente a feira funciona quatro dias na semana: terça feira pela tarde, quarta feira pela manhã, sexta pela tarde e sábado pela manhã. Os períodos de maior movimento são quarta e sábado, sendo as feiras de sábado as mais procuradas pelos consumidores, pois apresentam a maior diversidade de produtos, muito por conta de ser o dia em que mais agricultores levam seus produtos à feira, até mesmo porque por tratar-se de uma atividade intensiva em termos de trabalho e capital, a participação dos agricultores duas vezes na semana implica ausência do estabelecimento em praticamente quatro dias da semana, o que nem sempre é possível e fácil de concretizar diante da necessidade de manter um patamar produtivo constante.

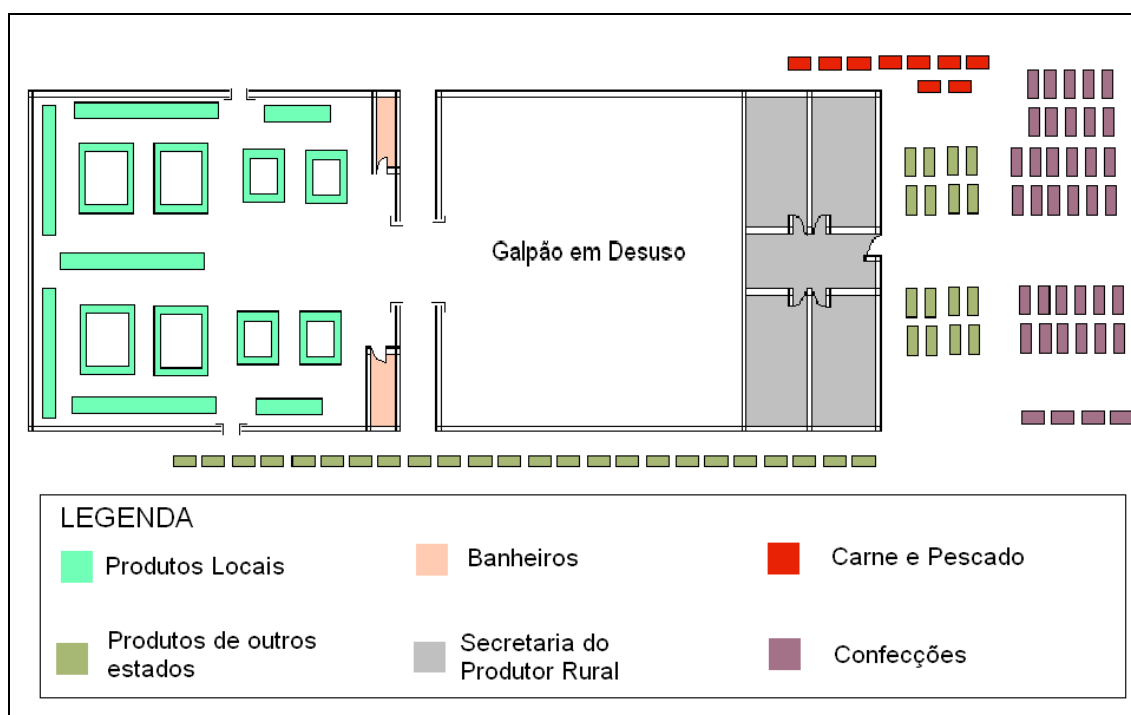


Figura 2: Disposição atual da Feira Municipal de Parauapebas.
Fonte: Almeida, A. P., 2009.

A figura 2 mostra a disposição dos feirantes e produtos na Feira Municipal do Produtor em Parauapebas. A mesma conta com dois galpões para comercialização e disposição dos produtos, no entanto, apenas um está em uso. No interior deste galpão, os feirantes vindos das diversas localidades se organizam em bancas para

comercialização de produtos de origem vegetal. Nas laterais do galpão há comercialização de produtos agrícolas vindo de outros estados, artesanato e produtos importados. À frente do galpão está situada a Secretaria Municipal de Produção Rural, onde se encontram os registros de comercialização e cadastro dos agricultores. Na parte externa há uma feira fixa, que funciona todos os dias da semana, onde há comercialização de roupas, artefatos domésticos e eletro-eletrônicos e em menor quantidade revenda de produtos agrícolas por terceiros. Carnes e pescados são comercializados na lateral desta feira, expostos ao ar ou armazenados em caixas térmicas (ALMEIDA, A. P., 2009).

Entre os meses de julho e dezembro de 2009, houve uma venda mensal média da ordem de R\$ 189.267,45, apenas por parte dos 398 agricultores cadastrados, ou seja, na parte que, Almeida, A. P., (2009) denominou de “produtos locais” da figura 2. O assentamento Palmares II, com 24,1% dos agricultores cadastrados, foi o responsável por 18,3 % desse movimento de vendas, configurando-se como a segunda principal localidade participante da Feira do Produtor Rural de Parauapebas, conforme nos mostra a tabela 08.

Tabela 8: Localidades Presentes na Feira, Número de Agricultores Cadastrados pela SEMPROR/Parauapebas e Média de Vendas no Semestre JUL – DEZ / 2009.

Localidade	Nº de Agricultores		Vendas Mensal*	
	absoluto	(%)	(R\$)	(%)
Cedere e VS	50	12,6	57.331,56	30,3
Palmares II	96	24,1	34.678,50	18,3
Paulo Fonteles	28	7,0	24.103,67	12,7
Rio Branco	45	11,3	16.403,50	8,7
Assentamento APA I	28	7,0	12.767,33	6,7
Palmares I	51	12,8	11.870,67	6,3
Apinha APA II	23	5,8	9.602,70	5,1
Zona Urbana	26	6,5	8.648,42	4,6
Carajás	9	2,3	3.497,87	1,8
Ilha do Gelado	4	1,0	3.288,42	1,7
Brasil Novo	15	3,8	2.709,33	1,4
Terra Roxa	7	1,8	1.847,25	1,0
Carlos Fonseca	3	0,8	899,25	0,5
Tapete Verde	6	1,5	722,08	0,4
Taboqueira	2	0,5	433,50	0,2
Valentim Serra	3	0,8	302,33	0,2
Gameleira	2	0,5	161,08	0,1
TOTAL	398	100	189.267,45	100

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor. * média dos meses julho a dezembro de 2009.

Conforme amplamente discutidos nos estudos sobre feiras em geral, para além das questões do abastecimento e comercialização de produtos, as feiras são reconhecidas pela sociabilidade e transformações na espacialidade urbana Mascarenhas (2008) e por apresentarem muitos elementos da cultura local, expressa na forma de artesanatos, comidas típicas, músicas, danças e sotaques (SOUSA, 2000). Numa região de migração recente, a feira expressa muito bem essa diversidade de origens culturais do campesinato local e se apresenta com um local de síntese de uma identidade regional em construção, conforme destacam, (MICHELOTTI et al., 2010).

Por todos esses aspectos, econômicos e sócio-culturais, a importância das feiras vem ganhando destaque no cenário político-institucional e acadêmico envolvido com a produção familiar. Em uma sociedade globalizada e hegemônica por mercados universalizados e impérios agroalimentares, baseados em altos índices de produtividade e tecnologia. Faz-se necessário a busca da construção, por parte do sistema produtivo familiar, de estratégias próprias de comercialização.

Conforme destaca Wilkinson (1997), a reprodução e o futuro dos sistemas produtivos familiares dependem menos da competitividade fincada nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que no surgimento de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas regionais a partir do reconhecimento dos sistemas produtivos familiares e suas potencialidades como propulsores do desenvolvimento. As feiras podem ser um bom exemplo disso.

No caso da Feira do Produtor de Parauapebas, a participação de agricultores do assentamento Palmares II na comercialização direta através da Feira Municipal de Parauapebas, mostra sinais importantes de estímulo à diversificação e complexificação da produção, parte fundamental de uma possível “estabilização relativa” do campesinato. Numa região cuja simplificação dos sistemas de produção teve sua maior marca na pecuarização, a produção em Palmares II apresentou uma elevada diversidade e importância de produtos, sobretudo não ligados à pecuária bovina.

A tabela 09 abaixo relacionada, mostra que, ao longo de um levantamento da comercialização pela feira entre os meses de julho e dezembro de 2009, para os agricultores-feirantes dos Assentamentos Palmares II, os mesmos levaram à feira um total de 69 produtos diferentes, sendo 05 produtos de origem animal, 06 tipos de grãos, 25 tipos de frutas (in natura ou processadas; obtidas em cultivos ou

extrativismo), 28 produtos olerícolas e 05 derivados da mandioca. A maior parte desses produtos são obtidos em sistemas de produção terra-intensivos, ou seja, geram uma elevada renda agrícola por unidade de área o que pode ser um fator importante também face às preocupações ambientais decorrentes dos desmatamentos em áreas de assentamento e convergem para os esforços anteriormente identificados, tais como, uso da mecanização para preparo de áreas.

Tabela 9: Diversidade de itens comercializados na Feira do Produtor Rural de Parauapebas entre Julho e Dezembro de 2009.

Tipos de Produtos	Quantidade e Variedade de Itens Produzidos	
Produtos Animais	05	Frango caipira, ovo caipira, queijo cozido, queijo cru e requeijão.
Grãos	06	Amendoim, fava verde, fava seca, feijão seco, feijão verde e milho seco.
Frutas	25	Abacate, açaí, acerola, azeite de babaçu, banana, buriti, cacau, caju, castanha, coco seco, coco verde, cupuaçu, graviola, goiaba, jaca, jenipapo, limão, mamão, manga, maracujá, murici, noni, pocan, polpa de fruta e tamarindo.
Olerícolas	28	Abóbora, abobrinha, alface, almeirão, açafão, batata doce, cebola, cheiro verde, chicória, corante, couve, hortelã, inhame, jambú, jiló, mastruz, maxixe, milho verde, pepino, pimenta de cheiro, pimenta do reino, pimentão, quiabo, rúcula, salsa, tomate, vagem e vinagreira.
Mandioca e Derivados	05	Farinha branca, farinha puba, mandioca, tapioca e tucupi.

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor.

Tabela 10: Diversidade de Tipos de Produtos Comercializados por Agricultor

		N° Agricultores	Quantidade de Agricultores que Comercializam Cada Tipo de Produto de Origem Vegetal			
			Olerícolas	Frutas	Mandioca e Derivados	Grãos
Quantidade de Tipos de Produtos Comercializados pelo Mesmo Agricultor	1 tipo	6	0	2	4	0
	2 tipos	9	3	6	3	4
	3 tipos	16	13	15	13	4
	4 tipos	11	11	11	11	11
	Total	42	27	34	31	19
	1 tipo	14,3%	0%	5,9%	12,9%	0,0%
	2 tipos	21,4%	11,1%	17,6%	9,7%	21,1%
	3 tipos	38,1%	48,1%	44,1%	41,9%	21,1%
	4 tipos	26,2%	40,7%	32,4%	35,5%	57,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor.

Um desdobramento dessa observação da diversidade de produtos comercializados pela localidade refere-se à diversificação de cada unidade familiar de produção. Conforme a tabela 06, uma amostra de 42 agricultores-feirantes do Assentamento Palmares II²¹, que comercializaram entre julho e dezembro de 2009, mostrou que 14,3% se especializaram em apenas um tipo de produto, enquanto 21,4% se dedicaram a dois tipos de produtos, 38,5% a três tipos de produtos e 26,2% a quatro tipos de produtos. Assim, para cerca de 64,7%, a diversificação produtiva da localidade está sendo acompanhada também por uma maior diversificação do sistema de produção familiar, pois eles comercializaram entre três e quatro tipos de produto..

Em todas as situações, há uma diversidade interessante e novamente aparece o produto – “mandioca e seus derivados” com relativa importância elevada para todos os tipos de agricultores, pois independente da quantidade de produtos comercializados a mandioca e seus derivados esteve presente em 73,8% dos agricultores de Palmares II. A mandioca e seus derivados é um produto da roça tradicionalmente praticada na região, sendo que por ser mais rústica que os demais itens (arroz, milho e feijão) pode ser produzida em situações de piores condições de fertilidade e estrutura física do solo. No assentamento Palmares II, a importância da

²¹ Optamos em trabalhar com somente 42 agricultores, por conta de serem esses os que estiveram presentes na Feira do Produtor de Parauapebas recorrentemente durante os seis meses (julho a dezembro de 2009) que obtivemos acesso aos dados e aos cadastros dos mesmos.

mandioca vem sendo reforçada, conforme mencionamos anteriormente, através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Produção Rural que tem disponibilizado máquinas e implementos agrícolas para retirada do capim de áreas de pastagens com aração e gradagem e posterior plantio agrícola, sobretudo da mandioca.

Além da sua rusticidade, os produtos derivados da mandioca têm se mostrado vantajosos do ponto de vista econômico. O gráfico 28 mostra que os produtos do tipo 'Mandioca e seus derivados' representaram 45,1% do valor total das vendas no período de julho a dezembro de 2009. Seguindo, por grau de importância, aparecem as frutas com 32,9%, olerícolas com 13,4%, os grãos com 4,9% e por fim, os produtos de origem animal com 3,8%.

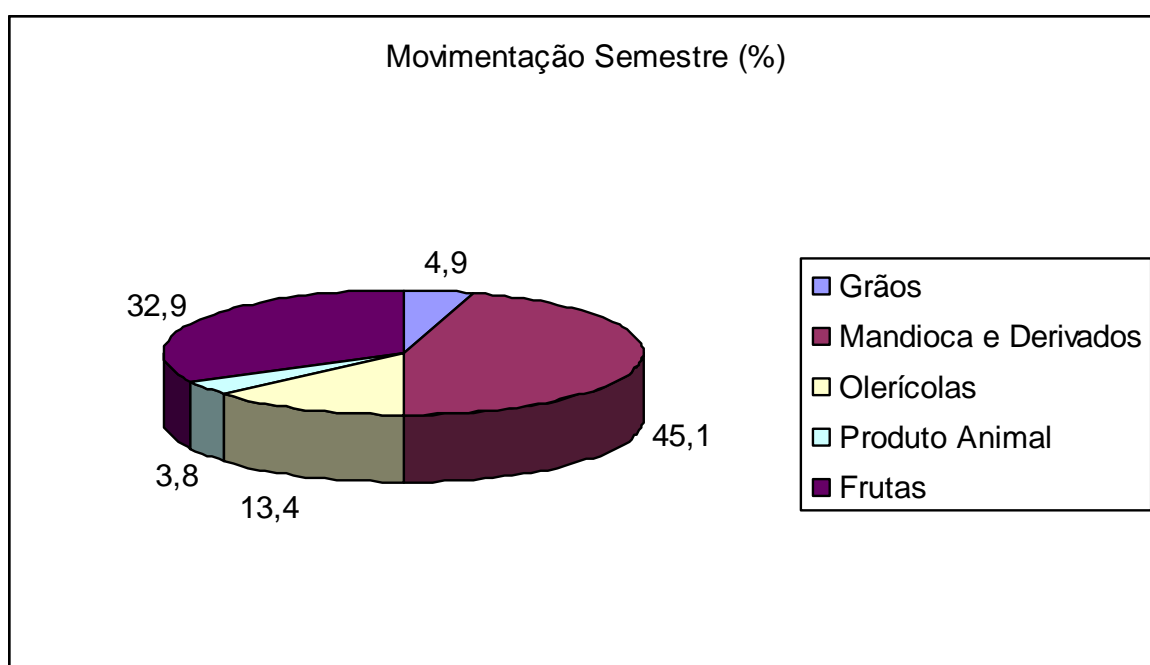


Gráfico 27: Importância econômica relativa dos tipos de produtos comercializados.
 Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor

A importância do grupo de produtos “mandioca e seus derivados” pode ser mais bem compreendida nos gráficos 28 e 29. Seu valor de venda, além de elevado no total, é pouco sujeito a variação de safra ao longo do ano, podendo ser comercializado o ano todo, com exceção para o mês de julho, onde houve um caso isolado de um agricultor que aportou uma quantidade significativa do produto mandioca e seus derivados, mas que não se mantém, nem tampouco é regra para oferta em quantidades tão elevadas para esse tipo de produto.

Outros tipos de produtos, como olerícolas e frutas, já apresentam maiores flutuações anuais, seja por efeito de variação na produção, seja por efeito de

variação no preço. De qualquer forma, o gráfico 28 mostra que a combinação de diferentes tipos tem garantido certa estabilidade na receita total das vendas ao longo do ano, o que reforça a importância da diversificação também dos sistemas de produção para cada família e não apenas no conjunto agregado da Feira. Uma família com um sistema de produção diversificado tende a ter uma receita mais estável ao longo do ano.

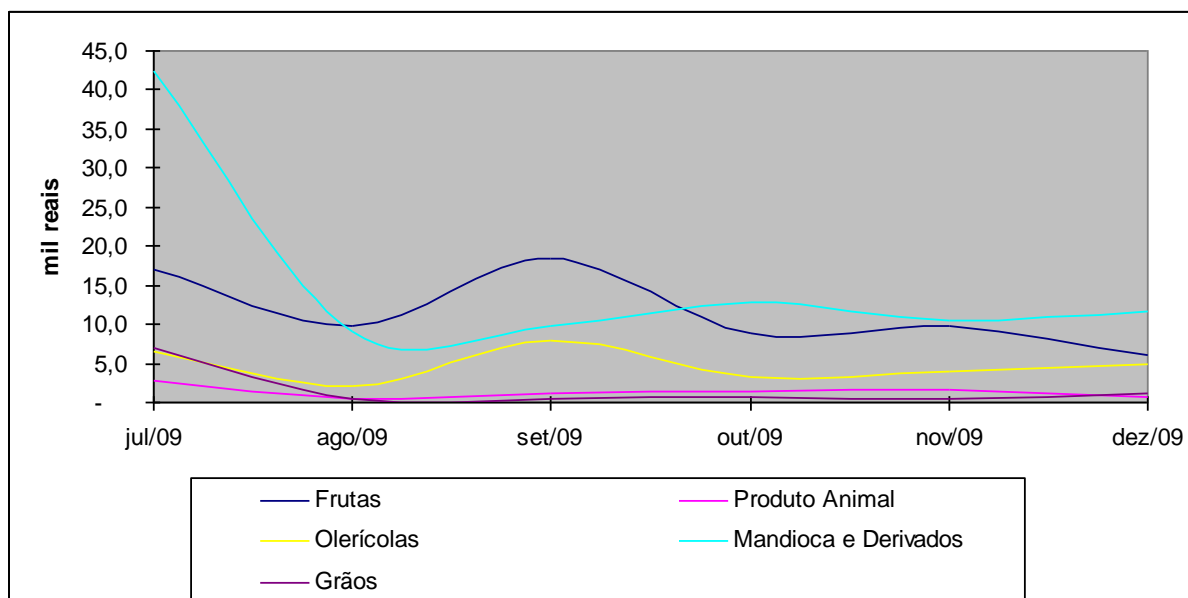


Gráfico 28: Receita obtida com a comercialização de cada tipo de produto
Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor

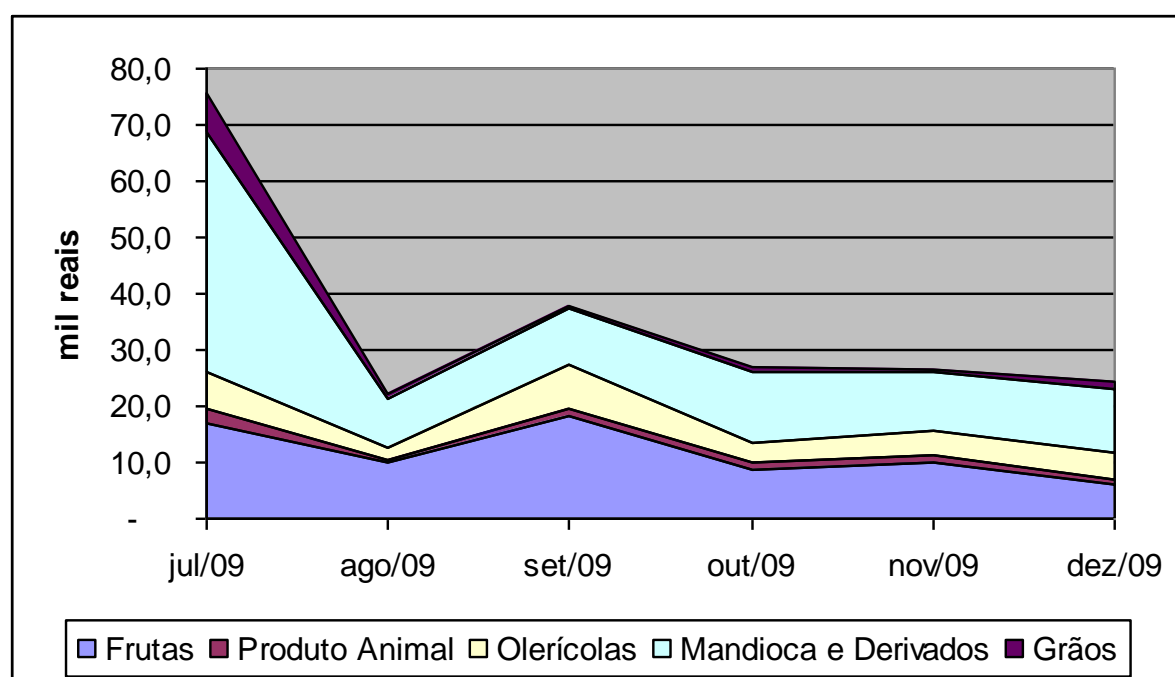


Gráfico 29: Receita agregada obtida com a comercialização do conjunto de produtos
Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização do autor

6 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A REPRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E PRODUTIVA EM PALMARES II

Uma primeira consideração a ser feita diz respeito ao desafio encarado de apreender a complexidade do agrário na atualidade no Sudeste Paraense, faz-se necessário lançar mão de um arcabouço teórico e metodológico consistente para dar conta de minimamente evidenciar elementos que ajudem a reforçar a possibilidade da reprodução camponesa num emaranhado tão complexo. Tal atributo da referida região, está calcada na diversidade de estratégias de desenvolvimento postas em prática pelos diversos atores presentes e materializados principalmente na disputa de dois projetos, de certa maneira, antagônicos, um primeiro calcado nos monocultivos em larga escala, pecuária extensiva em grandes fazendas e empresas capitalistas e mineral, energético e exportador, e outro, embasado em estratégias de diversificação produtiva, policultivos, estabelecimentos agropecuários familiares onde a gestão e a produção estão indissociadamente relacionadas e em áreas de menor extensão com amplo espectro de unidades produtivas envolvidas.

Nesse sentido mobilizar um referencial teórico que consiga dialogar e se posicionar dentro dessa complexidade traduziram-se em uma primeira grande tarefa a ser trilhada no presente trabalho, sendo assim, não haveria como não tratar a região, a partir das contribuições de Martins (2009), Costa (2000) e Velho (1980), pois os autores não só discutem o que é e como se conforma a fronteira e a região em questão especialmente, buscando elementos para posicionar o campesinato dentro da fronteira e compreender como se dá em última instância a relação capitalismo, fronteira e campesinato que continua a ter sua pertinência no debate acadêmico.

A escolha de pesquisar a reprodução sócio-econômica do campesinato em Palmares II é emblemática por diversos fatores e pôde trazer elementos e fatores que ajudam a compreender as possibilidades e limites das estratégias adotadas pelo campesinato na região como um todo. O assentamento historicamente foi conquistado por intermédio de um esforço social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o objetivo de qualificar a dinâmica forte de 'luta pela terra' já em curso na região, mas, para, além disso, a conquista de Palmares II e sua estabilização busca contrapor justamente a lógica desenvolvimentista imposta para a região materializada no âmbito dos dois projetos mencionados anteriormente, pois

o mesmo está localizado no município de Parauapebas/PA, cujo crescimento vertiginoso é espantoso, bem como o aumento populacional calcados na especulação e valorização das terras próximas à cidade para a construção imobiliária e esperança de empregos são realidades visíveis quando se chega ao município. Além disso, o assentamento é cortado pela Estrada de Ferro Carajás e vizinho da maior reserva mineral de ferro do mundo em teor de pureza e sua exploração encontra-se em expansão, com a abertura de novas minas na Floresta Nacional de Carajás (FLONA) e a construção da Aços Laminados do Pará (ALPA) em Marabá/PA, com a promessa de geração de 12.000 postos de empregos.

Posto isso, o que se coloca como desafio para o campesinato em Palmares II e no Sudeste Paraense como um todo é avançar na constituição de estratégias que ajudem a reforçar um segundo momento posterior à 'luta pela terra' e sua conquista, o que alguns autores como Fernandes (2009) e Carvalho e Carter (2009), vêm tratando como a 'luta na terra', o que nada mais é, senão efetivamente garantir as condições políticas, sociais e econômicas mínimas para no caso do Sudeste Paraense romper com o 'ciclo de fronteira' e adentrar nas esferas da estabilização relativa do campesinato para pensar o tempo futuro.

A opção em mobilizar um contingente de dados quantitativos está de certa forma impregnada no anseio de demonstrar a pertinência em fazer contas e calcular a estabilização, logo de início, quando olhamos para o tempo de permanência das famílias assentadas em Palmares II no nosso universo de 113 famílias pesquisadas percebemos que nada menos que 74% são as mesmas quando da ocupação, conquista e criação oficial do assentamento, claro que os números por si, não dizem a verdade absoluta e nem permitem conclusões finais, por conta disso, buscou-se qualificar as análises quantitativas com elementos qualitativos frutos de nossas entrevistas com lideranças do assentamento, representantes da associação e agricultores assentados em Palmares II em geral.

Identificar quais fatores vem permitindo a permanência tornou-se nosso objetivo central, quando recaímos o olhar para o tamanho dos estabelecimentos, duas questões ficam claras, primeiro o assentamento Palmares II de partida, foge aos padrões e médias de tamanho dos lotes do Sudeste Paraense, o que pode ser contrastado com os trabalhos de Costa (2000; 2008) e com os dados secundários sistematizados por nós no presente trabalho, pois a média do tamanho dos lotes fica em 25 ha e outro fator é que não há reconcentração de terras e são casos isolados

que ocorreram da compra e venda de lotes e mesmo assim, o movimento social segue uma estratégia para não fortalecer essas práticas promovendo não só o reconhecimento junto ao INCRA/SR-27, mas o próprio reconhecimento social da nova família que chega fixando um tempo mínimo de permanência de três anos no assentamento e para além da produção propriamente dita será preciso e cobrado o envolvimento na diversidade de atividades do assentamento como um todo.

Logicamente, o tempo de permanência e o tamanho do estabelecimento não contemplam e dão conta do aprofundamento da análise, por conta disso, nos nossos resultados apresentados e discussões efetuadas mobilizamos dados do uso da terra para perceber a evolução dos diferentes usos e calculamos o Produto Bruto Agropecuário Total para quantificar quais atividades produtivas e como estão contribuindo para formação do mesmo. Com relação ao uso da terra foi de fundamental importância a inclusão de mais três sub-amostras (Fundo Limão, Rio Novo e Vila) para buscar mostrar a abrangência na diversidade de condições iniciais ecológicas de partida, pois nos dois primeiros anos de pesquisa do projeto AMAZ (2007 e 2008), os estabelecimentos pesquisados eram todos inicialmente assentados em áreas de mata, diferentemente das outras áreas, principalmente, Rio Novo e Vila, o que com certeza coloca desafios de ordem diferenciada para os agricultores.

Ainda com relação, à dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas pesquisados, optou em apresentar separadamente e depois em conjunto os dados para o Produto Bruto de Cultivos e Produto Bruto Animal, pois a opção era justamente contrapor os dados da criação animal, em especial, a pecuária, com os dados dos cultivos anuais e perenes e os resultados são reveladores, no que se refere a grande contribuição dos cultivos anuais na conformação do Produto Bruto Agropecuário Total, em praticamente todas as nossas sub-amostras, a pecuária apresenta relativa importância, mas são os cultivos anuais que comandam a receita dos agricultores assentados em Palmares II, tal fato, ajuda referendar que há uma certa tendência pela busca de trajetórias tipo terra-intensiva, em contraposição as de tipo terra-extensiva. A cultura mais representativa da categoria dos cultivos anuais é a mandioca e seus derivados (farinha e tucupi principalmente) e para além disso, percebeu-se que nas sub-amostras Fundo do Limão, Rio Novo e Vila há uma significativa sinergia do consórcio cultivos anuais – gado, já em AMAZ 1, AMAZ 2 e

AMAZ 3 há predominância dos cultivos anuais beirando a especialização nessa atividade produtiva em detrimento da pecuária, seja ela de corte ou leite.

Tal enunciado nos colocou a tarefa de adentrarmos em busca dos fatores que explicassem os reais motivos da superação da pecuária, além do tamanho dos lotes em Palmares II, o que já poderia ter sido um empecilho inicial para consolidação de um processo de pecuarização, esse por si só também não bastava para contrapor a lógica da pecuária, pois o assentamento não está isolado de todo um contexto sócio-político e econômico envolvente.

Por conta disso, fomos buscar fora dos estabelecimentos propriamente ditos e estudados esses fatores e apontamos três deles como sendo fundamentais para estabilização em Palmares II, a saber: o crédito agrícola e o contingente de recursos repassados historicamente, a Feira do Produtor Rural de Parauapebas e para além da feira em si, a própria articulação política privilegiada com a prefeitura do município, tendo nessa nova gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) um direcionamento privilegiado às áreas rurais do município como um todo e a mecanização agrícola possibilitando maiores extensões de terras a serem preparadas e cultivadas pelos agricultores.

No mais, outro ponto a ser reforçado historicamente é a própria condição de Palmares II como um todo, um assentamento vizinho da sede municipal e não é de qualquer município e sim de Parauapebas, cujos atributos mencionamos anteriormente, além disso, é fruto de um acúmulo organizativo e político forte, tendo na representação do MST um aliado ímpar e fundamental para ampliar as formas de 'luta na terra' e ainda pode-se assim dizer que é datado de um período de meados dos anos de 1990, onde há uma reconfiguração política ao atendimento básico das demandas sociais na região como um todo.

Por fim, todo esforço em buscar compreender os fatores e as condições que estão possibilitando o rompimento com a tese do 'ciclo de fronteira' em Palmares II possuem a intencionalidade clara de assegurar novas possibilidades e novas estratégias de desenvolvimento a serem trilhadas na região, pois ao passo que o campesinato consolida suas bases, o capital financeiro avança impiedosamente no Sudeste Paraense e com poucos sinais de assegurar uma equidade nas relações estabelecidas, sejam elas de controle e gestão, sejam elas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório. **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: DIPES; IPEA, 1992. 496 p.

ALMEIDA, Ana Paula de Oliveira. **Estudo da comercialização da produção familiar do PA Palmares na feira municipal de Parauapebas**. Relatório de Pesquisa – Bolsa PIBIC - Interior / CNPq-UFPA. 2009. 18 p. Mimeografado.

ASSIS, William Santos de; HALMENSCHLAGER, Fábio; OLIVEIRA, Myriam. Dinâmicas Territoriais, projetos coletivos e as complexidades das áreas de fronteira agrária: o caso da região de Marabá, Pará. In: BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; MALUF, Renato (Org.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2009. p. 167-192.

BILLARD, C. **Land Use and land cover changes assessment using remote sensing images and its understanding with social and economical parameters: A case study in the community of Palmares II, Brazil**. Master thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Science in Forest Ecology and Management. Albert – Ludwigs – Universität Freiburg. 2008. 102 p.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos trechos e bocas: trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no Sudeste do Pará**. 217 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural; Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, Francisco de Assis. Campesinato e fronteira: percepções e realidade na primeira metade dos anos oitenta. In: _____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA; NAEA, 2000. p. 81-130.

_____. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Belém: UFPA; NAEA, 1992. Série Estudos SEPEQ, 1.

_____. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: VIANA, Gilnney. **Série Amazônia Sustentável**. Brasília: MMA, 2003. p. 289-313.

_____. Decodificando Economias Locais: estrutura e dinâmica do Sudeste Paraense, uma região crítica da Amazônia. In: Rivero, S., Jayme Jr., F. G (org). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 175 – 230.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. Campinas: Alves, 1999. 146 p.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2.. ed. rev. e amp. Belém: UFPA; NAEA. 1999. 174 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigual Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 161-198.

GONÇALVES, M.R.; TOPAL, Olivier. Agricultura Familiar da Região de Marabá: trajetória de acumulação. In: ATAS do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. Belém: SACAD;UAG, 1994.

GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da Fronteira: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA; NAEA, 2001. 169 p.

HÈBETTE, Jean. A Resistência dos Posseiros. In: HÈBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA 2004. p. 191-196. v. 2.

_____. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social: o caso de Pau Seco/Cametaú. In: HÈBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 2. p. 169 – 190.

HURTIENNE, Thomas Peter. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 30, n. Especial, Fortaleza, dez., 1999. p. 442-466.

_____. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**. v. 8, n. 1, Belém: NAEA, 2005. p. 19-71.

_____. Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, Belém: NAEA, 1999. p. 75-94.

_____. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes et al. (orgs.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém: Pará: CEJUP, 2001. p. 177-283 (Série Estado e Gestão Pública, nº 2).

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 137 p.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LASAT. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar**. PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará). Marabá-PA: versão preliminar, 2006. 142 p.

LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia. **Amazônia: A Fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: MPEG, 1991. (Coleção Eduardo Galvão).

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Barcelona: Ariel história, 1974.

MARTINS, Jose de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 157p.

_____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: VOZES. 4. Ed., 1990. 185p.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 187p.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sergio. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: CPDA;UFRRJ; Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999. 279 p.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, Francisca Nívea. **Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá**. In: REUNIÃO DA ANPAAS, 3. Campinas: São Paulo, 2004, 20 p.

MICHELOTTI, Fernando et al. O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2. **Anais...** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007. 17 p.

_____. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3. **Anais....** Campina Grande: Paraíba, 2008. 17p.

MONTEIRO, Dion Marcio Carvaló. **Estudo sobre a Organização da Produção em Áreas de Assentamento no Sudeste do Pará**. Belém: 2005. 115 f. (Dissertação; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará).

MOTTA, VALTER T. **Bioestatística**. 2. ed. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2006.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, 12. **Anais....** São Miguel do Iguazu: Paraná, 2004. 54 p. Mimeografado.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. **Anais.....** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. cap. 9. VII. p. 101-141.

OLIVEIRA, Myriam; VEIGA, Iran.; LIMA, Luisa Mastop; TAVARES, Francinei Bentes. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no Sudeste do Pará. In: MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira Ellery (Org.). **Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica**. Aracajú: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 317-343.

REYNAL, Vincent de; MUCHAGATA, Márcia; TOPALL, Olivier; HÉBETTE. **Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Guadeloupe: LASAT/CAT; DAT/UAG, GRET; 1996. 74 p.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: lê paysan polonais**. Paris: Armand colin, 1973.

UHL, Christopher; TONIOLO, Angélica. Perspectivas Econômicas e Ecológicas da Agricultura na Amazônia Oriental. In: ALMEIDA, Oriana Trindade de (Org.). **A evolução da Fronteira Amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável**. Belém: IMAZON, 1996. p. 67-96.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. A fronteira amazônica e o campesinato (cap. XIII). In: _____. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. [2. ed.]. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 193-223. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. [2. ed.]. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1980. 178p.

WILKINSON, J. Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, 1997. 25 – 50 p.

ANEXO A – Questionário aplicado junto aos agricultores.

Questionário Agro-sócio-econômico 2008/2009 – Versão Inicial Projeto AMAZ, adaptado para pesquisa de campo 2009

1. Identificação

Entrevistador: _____

Questionário n°: _____

Data: _____

Nome da propriedade _____ Janela _____

2. Entrevistado(a) (chefe da família)

Nome _____ Apelido _____ Idade _____ Sexo _____

Proprietário (sim/não) ____ Vive na propriedade (sim/não) ____ Outro estatuto _____

3 – Uso do solo e produção

Tipo de cobertura vegetal ou de plantação	Jul/2007 (quest. AMAZ)	Jul/2007 (conferência)	Atualmente (em ha)
Mata primária (ou outra vegetação primária)			
Capoeira (vegetação secundária) total			
Capoeira com pasto (pasto abandonado ou mal semeado)			
Pasto limpo			
Pasto total			
Do total de pasto, quanto é cercado?			
Número de divisões (piquetes)			
Sítio			
Horta			
Cultivos anuais e semi-perenes (roça) - área principal *			
Cultivos anuais e semi-perenes (roça) - área secundária *			
Outra área de cultivos anuais e semi-perenes? Quais? *			
Cultivos perenes – área principal (superfície total) **			
Cultivos perenes - área secundária (superfície total) **			
Outra área de perenes? Qual? **			
Outro			

* 1. Mandioca, 2. Banana, 3. Cana, 4. Arroz, 5. Milho, 6. Maracujá, 7. Abacaxi, 8. Hortaliças, 9. Outros (especificar)

** 1. Pimenta, 2. Cacau, 3. Café, 4. Frutas amazônicas, 5. Palmeiras, 6. Outros (especificar)

4 – Patrimônio/Capital produtivo e sua evolução

4.1. Benfeitorias (exceto pastagens e plantações)

	Julho/2007		Julho/2007 (conferência)		Julho/2008	
	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total
Curral						
Casa de farinha						
Paio/armazém						
Chiqueiro						
Galinheiro						
Tanques peixes / Açude						
Cercas (arames)						
Cercas (elétrica)						
Outros. Quais?						

4.2. Equipamentos motorizados (exceto veículos)

	Julho/2007		Julho/2007 (conferência)		Julho/2008	
	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total
Trator						
Arado						
Grade						
Motosserra						
Triturador						
Motor (casa de farinha)						
Motobomba						
Pulverizador costal						
Roçadeira						
Outros? Quais?						

4.3. Grandes veículos (os motorizados) de transporte

	Julho/2007		Julho/2007 (conferência)		Julho/2008	
	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total
Carro						
Caminhonete						
Caminhão						
Moto						
Carroça						
Outros? Quais?						

4.4 Bens imóveis (preço que alcançaria hoje, caso fosse vendê-lo, incluindo todas as benfeitorias)

	Julho/2007		Julho/2007 (conferência)		Julho/2008	
	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total

Lote						
Casa na vila / cidade						
Outras propriedades						

4.5. Quantidade de grandes animais na propriedade

	Jul/2007 (quest. AMAZ)	Jul/2007 (conferência)	Atualmente
Bovino : fêmeas adultas			
Bovino: reprodutor			
Bovino: bezerros			
Bovino: novillo(a)			
Porcos			
Animais de serviço (caballos, burros, mulas)			
Aves			
Outros? Quais?			

4.6. Rebanhos (de grandes animais) em outras propriedades

	Jul/2007 (quest. AMAZ)	Jul/2007 (conferência)	Atualmente
Bovino : fêmeas adultas			
Bovino: reprodutor			
Bovino: bezerros			
Bovino: novillo(a)			
Animais de serviço (caballos, burros, mulas)			
Outros? Quais?			

4.7. Rebanhos (de grandes animais) de 3° em sua propriedades

	Jul/2007 (quest. AMAZ)	Jul/2007 (conferência)	Atualmente
Bovino : fêmeas adultas			
Bovino: reprodutor			
Bovino: bezerros			
Bovino: novillo(a)			
Animais de serviço (caballos, burros, mulas)			
Outros? Quais?			

5 – Produção / comercialização – ano agrícola 2007/2008

5.1.a Produção/consumo/venda – animais (2007/2008)

Número Total de Unidades:

2007-2008	Compradas	Nascidas	Consumidas	Mortas ou Perdidas	Vendidas
Bovinos machos adultos (cabeças)					
Bovinos fêmeas adultas (cabeças)					
Bezerros (machos e fêmeas) (cabeças)					
Leite (litros)					

2007-2008	Compradas	Nascidas	Consumidas	Mortas ou Perdidas	Vendidas
Queijo (unidades produzidas)					
Porcos (cabeças)					
Aves (cabeças)					
Cavalos/mulas (cabeças)					
Peixes (kg)					
Outros (especificar)					

2007-08 Animais comercializados (indicar quant.)	Tipo de comprador *	Local de entrega **	Transporte utilizado pelo agricultor ***	Forma de pagto ****	Preço Unitário de Venda (R\$)

* 1 – consumidor ; 2 – intermediário da cidade ; 3 – intermediário da localidade ; 4 – cooperativa / associação ; 5 – prefeitura / órgão publico ; 6 – agroindústria ; 7 – outros (especificar)

** 1 – no lote ; 2 – na localidade ; 3 – na cidade ; 4 – outros (especificar)

*** 0 – não se aplica ; 1 – transporte animal próprio ; 2 – transporte animal fretado ; 3 – veículo motorizado próprio ; 4 – veículo particular fretado ; 5 – veículo associação / prefeitura ; 6 – outros

**** 1 – à vista ; 2 – à prazo ; 3 – adiantamento em dinheiro ; 4 – adiantamento em mercadorias ; 5 – outros

5.1.b Técnicas de criação

	Tipo de criação*	Usa ração? Sim / Não	Usa suplemento mineral (sal)? Sim/ Não	Usa vacinas? Sim / Não	Usa antibiótico ou outros medicamentos? ? Sim / Não	Suplemento alimentar (capineira, proteína, outros) Sim / Não	Outros insumos: Quais?
Bovinos							
Porcos							
Aves							
Peixes							
Outros: Quais?							

*1. Soltos 2. Cercados, 3. Confinados.

5.1.c Técnicas de manejo da pastagem

Quantas espécies forrageiras você tem? _____ Para a principal, coletar as informações abaixo.

Espécies forrageiras ou associação de espécies	Nº. de piquetes	Área total (ha)	Semeio de pasto (Chave 1)	Limpeza de pastos (Chave 2)	Técnica de renovação (Chave 3)	Periodicidade de renovação (anos)

Chave 1	Chave 2	Chave 3
1. Mecanizado	1. Não coloca	1. Não faz
2. Semente ao lanço	2. Fogo	2. Aração / gradagem
3. Material vegetativo	3. Roça	3. Descansar
4. Outro: qual?	4. Roça mecanizada	4. Fertilização
	5. Herbicida	5. Outro: qual?
	6. Manual	
	7. Outro: qual?	

5.2.a Produção/consumo/venda – Cultivos anuais e semi-perenes

2007-08 Cultivos anuais e semi-perenes (roça) – área principal	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos o unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Cultivos anuais e semi-perenes (roça) – área secundária	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos o unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Cultivos anuais e semi-perenes (roça) – outra área	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos o unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Produtos anuais/semi- perenes comercializados (indicar quant.)	Tipo de comprador *	Local de entrega **	Transporte utilizado pelo agricultor ***	Forma de pagto ****	Preço Unitário de Venda (R\$)

* 1 – consumidor ; 2 – intermediário da cidade ; 3 – intermediário da localidade ; 4 – cooperativa / associação ; 5 – prefeitura / órgão publico ; 6 – agroindústria ; 7 – outros (especificar)

** 1 – no lote ; 2 – na localidade ; 3 – na cidade ; 4 – outros (especificar)

*** 0 – não se aplica ; 1 – transporte animal próprio ; 2 – transporte animal fretado ; 3 – veículo motorizado próprio ; 4 – veículo particular fretado ; 5 – veículo associação / prefeitura ; 6 – outros

**** 1 – à vista ; 2 – à prazo ; 3 – adiantamento em dinheiro ; 4 – adiantamento em mercadorias ; 5 – outros

5.2.b Técnicas de cultivo - Cultivos anuais e semi – perenes (2007/2008)

	Tipo de cultivo (Chave 1)	Tipo de preparação da área (Chave 2)	Tipo de plantio (Chave 3)	Semente / material utilizado (Chave 4)	Limpeza da área (Chave 5)	Fertilização (Chave 6)	Controle de pragas e doenças (Chave 7)	Colheita (Chave 8)	Tempo de utilização da área para plantação (em anos)
Cultivos anuais e semi - perenes (roça) - área principal									
Cultivos anuais e semi - perenes (roça) - área secundária									

Chave 1	Chave 2	Chave 3	Chave 4	Chave 5	Chave 6	Chave 7	Chave 8
1. Solteiro	1. Mecanização	1. Mecanizado	1. Local	1. Não faz	1. Não faz	1. Manual	1. Manual
2. Associado	2. Tração animal	2. Plantadeira manual (tico-tico)	2. Melhorada	2. Manual	2. Orgânica	2. Químico	2. Mecanizada
	3. Corte e queima	3. Manual		3. Mecanizada	3. Química	3. Orgânico	3. Outra: qual?
	4. Outro: qual?			4. Química	4. Outra. Qual?	4. Outro: qual?	
				5. Outra; qual?			

5.3.a. Produção/consumo/venda – Cultivos perenes

2007-08 Cultivos perenes – área principal	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos ou unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Cultivos perenes – área secundária	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos ou unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Cultivos perenes – outra área	% da Área implantada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos ou unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Produtos perenes comercializados (indicar quant.)	Tipo de comprador *	Local de entrega **	Transporte utilizado pelo agricultor ***	Forma de pagamento ****	Preço Unitário de Venda (R\$)

* 1 – consumidor ; 2 – intermediário da cidade ; 3 – intermediário da localidade ; 4 – cooperativa / associação ; 5 – prefeitura / órgão publico ; 6 – agroindústria ; 7 – outros (especificar)

** 1 – no lote ; 2 – na localidade ; 3 – na cidade ; 4 – outros (especificar)

*** 0 – não se aplica ; 1 – transporte animal próprio ; 2 – transporte animal fretado ; 3 – veículo motorizado próprio ; 4 – veículo particular fretado ; 5 – veículo associação / prefeitura ; 6 – outros

**** 1 – à vista ; 2 – à prazo ; 3 – adiantamento em dinheiro ; 4 – adiantamento em mercadorias ; 5 – outros

5.3.b Técnicas de cultivo - Cultivos perenes (2007/2008)

Plantação	Tipo de cultivo (Chave 1)	Tipo de preparação de área (Chave 2)	Tipo de plantío (Chave 3)	Semente/material utilizado (Chave 4)	Limpeza da área (Chave 5)	Fertilização (Chave 6)	Controle de doenças (Chave 7)	Colheita (Chave 8)	Irrigação (Chave 9)
1									
2									
3									
4									
5									

Chave 1	Chave 2	Chave 3	Chave 4	Chave 5	Chave 6	Chave 7	Chave 8	Chave 9
1. Solteiro	1. Mecanização	1. Mecanizado	1. Normal	1. Não faz	1. Não faz	1. Manual	1. Manual	1. Não faz
2. Associado	2. Tração animal	2. Semeadora manual	2. Melhorada	2. Manual	2. Orgânica	2. Químico	2. Mecanizada	2. Aspersão
	3. Corte e queima	3. Manual		3. Mecanizada	3. Química	3. Orgânico	3. Outra: qual?	3. Superfície
	4. Outro: qual?			4. Química	4. Outra: qual?	4. Outro: qual?		4. Gotejamento
				5. Outra: qual?				5. Outra: qual?

5.4.a. Produção/consumo/venda – Produtos extrativistas

2007-08	Tamanho da Área Utilizada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos ou unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Produtos extrativistas comercializados (indicar quant.)	Tipo de comprador *	Local de entrega **	Transporte utilizado pelo agricultor ***	Forma de pagamento ****	Preço Unitário de Venda (R\$)

* 1 – consumidor ; 2 – intermediário da cidade ; 3 – intermediário da localidade ; 4 – cooperativa / associação ; 5 – prefeitura / órgão publico ; 6 – agroindústria ; 7 – outros (especificar)

** 1 – no lote ; 2 – na localidade ; 3 – na cidade ; 4 – outros (especificar)

*** 0 – não se aplica ; 1 – transporte animal próprio ; 2 – transporte animal fretado ; 3 – veículo motorizado próprio ; 4 – veículo particular fretado ; 5 – veículo associação / prefeitura ; 6 – outros

**** 1 – à vista ; 2 – à prazo ; 3 – adiantamento em dinheiro ; 4 – adiantamento em mercadorias ; 5 – outro

5.5.a. Produção/consumo/venda – Produtos da horticultura

2007-08	Tamanho da Área Utilizada	Número total de unidades produzidas (quilos ou unidades)	Número de unidades consumidas (quilos ou unidades)	Número de unidades vendidas (quilos ou unidades)
Espécie 1:				
Espécie 2:				
Espécie 3:				
Espécie 4:				
Espécie 5:				

2007-08 Produtos hortícolas comercializados (indicar quant.)	Tipo de comprador *	Local de entrega **	Transporte utilizado pelo agricultor ***	Forma de pagamento ****	Preço Unitário de Venda (R\$)

5.5.b Técnicas de cultivo - Hortas (2007/2008)

	Tipo de cultivo (Chave 1)	Tipo de preparação da área (Chave 2)	Tipo de plantío (Chave 3)	Semente / material utilizado (Chave 4)	Limpeza da área (Chave 5)	Fertilização (Chave 6)	Controle de pragas e doenças (Chave 7)	Colheita (Chave 8)	Tempo de utilização da área para plantação (em anos)
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									

Chave 1	Chave 2	Chave 3	Chave 4	Chave 5	Chave 6	Chave 7	Chave 8
1. Solteiro	1. Mecanização	1. Mecanizado	1. Local	1. Não faz	1. Não faz	1. Manual	1. Manual
2. Associado	2. Tração animal	2. Plantadeira manual (tico-tico)	2. Melhorada	2. Manual	2. Orgânica	2. Químico	2. Mecanizada
	3. Corte e queima	3. Manual		3. Mecanizada	3. Química	3. Orgânico	3. Outra: qual?
	4. Outro: qual?			4. Química	4. Outra. Qual?	4. Outro: qual?	
				5. Outra; qual?			

Chave 1
1. Filho (a)
2. Genro ou nora
3. Pais ou sogros
4. Outro familiar
5. Sem parentesco

6.2. Mão-de-obra remunerada (não familiar) que trabalhou no ano agrícola 2007 – 2008

Esta- tuto (chave 2)	Sexo	Idade (anos)	N° de dias trabalhados durante o ano 2007 – 2008										
			Cultivos Temporá- rios e Semi- Perenes	Cultivos Perenes	Extrati- vismo	Criação de Gado e Manejo de Pastagens	Criação de Pequenos e Médios Animais	Hortas	Beneficia- mento da Produção	Comercia- lização	Trabalho Externo	Estudo	Outros

Chave 2
1. Assalariado
2. Diarista
3. Meeiro
4. Agregado (Morador)
5. Outro (especificar)

7 – Rendas não provenientes da atividade agropecuária e despesas fora do lote

A família recebeu alguma renda não proveniente de sua atividade agropecuária? (sim/não) _____

	Tipo de renda*	Valor anual (R \$)
Renda 1		
Renda 2		
Renda 3		
Renda 4		

*1. Salário; 2. Diária; 3. Aposentadoria; 4. Políticas sociais (bolsa família etc.); 5. Outra (especificar).

Em caso de renda salarial, especificar:

	Tipo de atividade		Tempo dedicado	Renda anual (R\$)
	Chave 3	Chave 4		
Chefe de família				
Esposa				
Filho (a) 1				
Filho (a) 2				
Filho (a) 3				
Filho (a) 4				
Filho (a) 5				

Chave 3 (setor atividade)	Chave 4 (tipo de estatuto)
0. Sem atividade	1. Agr. proprietário/RB
1. Agricultura	2. Posseiro
2. Indústria	3. Assalariado
3. Comércio, financeiro, serviços pessoais, funcionário público	4. Pensionista pelo INSS por problema de saúde
4. Do lar	5. Diarista
5. Militar	6. Trabalhador familiar
6. Garimpeiro	7. Agregado
	8. Estudante
	9. Autônomo
	10. Dona de casa
	11. Aposentado
	12. Informal
	13. Outro (especificar)
7. Outro (especificar)	14. NS/NR

8 – Empréstimos/financiamentos, projetos de desenvolvimento e extensão rural

Você já adquiriu algum empréstimo para alguma atividade realizada em seu lote? (sim/não) _____

Tipo de financiamento (1)	Valor (R\$)	Ano de início	Ano de finalização	Atividades financiadas	Houve assistência técnica ligada ao crédito? (sim/não)	Qual a sua opinião sobre a assistência recebida? (chave 3)

(1) [Brasil - FNO especial; PRONAF: qual tipo; FNO normal; outro: qual?].

Você já recebeu algum recurso a fundo perdido (p.ex. projetos de desenvolvimento) para alguma atividade realizada no lote? (sim/não) _____

Tipo de projeto (chave 1)	Tipo de recurso (chave 2)	Organismo executor	Valor (R\$)	Ano de início	Ano de finalização	Atividade apoiada	Já teve assistência técnica relacionada? (sim/não)	Qual é sua opinião sobre a assistência recebida? (chave 3)

Chave 1	Chave 2	Chave 3
1. Institucional	1. Efetivo	1. Excelente
2. ONG	2. Espécie (especificar)	2. Muito boa
3. Associação		3. Boa
4. Corporações		4. Regular
5. Cooperação internacional		5. Mau
6. Outro: qual?		6. Péssima
		7. Não sabe / não respondeu

Fora assistência técnica vinculada a financiamento ou dinheiro a fundo perdido, você recebe visitas regularmente de instituições de extensão rural (sim/não)?

Qual instituição?	Com que frequência?	Data de início	Sobre quais temas?	Qual é sua opinião sobre o trabalho da instituição?

* 1. Excelente; 2. Muito boa; 3. Boa; 4. Regular; 5. Mau; 6. Péssima; 7. Não sabe / não respondeu.

Em caso de que a pergunta anterior tenha uma resposta negativa perguntar: Você já recebeu alguma visita de uma instituição de extensão rural durante os últimos cinco anos (sim/não) _____

Qual instituição?	Com que frequência?	Data de início	Data de finalização	Sobre quais temas?	Qual é sua opinião sobre o trabalho da instituição?

* 1. Excelente; 2. Muito boa; 3. Boa; 4. Regular; 5. Mau; 6. Péssima; 7. Não sabe / não respondeu.

Quais são as principais fontes de informações para a realização das atividades agropecuárias? Ordená-las por ordem de prioridade (sendo uma a mais importante)

Experiência própria	
Vizinhos e familiares	
Instituições de extensão rural	
Universidade	
Loja de produtos agropecuários	
Rádio	
Televisão	
Outra: qual?	

9 – Projetos futuros

9.1. Migração

Pretende ficar aqui ou se mudar? (Sim/Não) _____ Quando? _____

Para onde? _____

9.2. Terra

a- Pretende vender o lote ou parte dele? (Sim/Não) _____ Quando? _____

Quantos hectares pretende vender? _____

b- O que vai fazer depois? Comprar mais terra?(Sim/Não) _____

9.3. Orientação produtiva

a- Pretende mudar a orientação produtiva? (Sim/Não) _____ Como? _____

b- Buscar outras rendas? (Sim/Não) _____ Quais? _____

9.4. Uso do solo

- Pretende deixar como está?(Sim/Não) _____

- Pretende desmatar mais?(Sim/Não) _____ Quanto de área? _____

- Pretende reflorestar?(Sim/Não) Quais espécies? _____ Quanto de área? _____

- Aumentar ou reduzir as pastagens? _____ Quanto de área? _____

- Aumentar ou reduzir os cultivos perenes? _____ Quais? _____ Quanto de área? _____

- Aumentar ou reduzir os cultivos anuais? _____ Quais? _____

Quanto de área? _____